



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, JUVENTUDE RURAL E INSERÇÃO PRODUTIVA:
O CASO DA FORMAÇÃO DE JOVENS RURAIS PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA DO SEMIÁRIDO
CEARENSE**

FORTALEZA

2018

FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, JUVENTUDE RURAL E INSERÇÃO PRODUTIVA:
O CASO DA FORMAÇÃO DE JOVENS RURAIS PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA DO SEMIÁRIDO
CEARENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola/ Educação de Jovens e Adultos, Dinâmicas Sociais no Campo e na Cidade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. PhD. José Ribamar Furtado de Souza

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F163c Falcão Junior, Francisco Carlos.
Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção Produtiva: o caso da formação de jovens rurais para o fortalecimento da agricultura camponesa do semiárido cearense / Francisco Carlos Falcão Junior. – 2018.
160 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. José Ribamar Furtado de Souza.

1. Educação do Campo, Juventude Rural, Inserção Produtiva. I. Título.

CDD 370

FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, JUVENTUDE RURAL E INSERÇÃO PRODUTIVA:
O CASO DA FORMAÇÃO DE JOVENS RURAIS PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA DO SEMIÁRIDO
CEARENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola/ Educação de Jovens e Adultos, Dinâmicas Sociais no Campo e na Cidade e Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. PhD José Ribamar Furtado de Souza – (Orientador)

Universidade Federal do Ceará(UFC)

Prof^aDr^a. Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Universidade Estadual do Ceará(UECE)

Prof^aDr^a..Celecina de Maria Veras Sales

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico esse trabalho a resignificação da educação, que seja um processo ascendente, contínuo, integral e orgânico de conscientização contribuindo para a libertação dos oprimidos. Que a educação, existindo nos sujeitos, dialogue na perspectiva da transformação social. Que o conhecimento proteja como gibões ao sertanejo, para além da estética, que seja ética. Adorne sua cabeça e pés para pensar e agir, cubra o peito e mãos para sentir e seguir. Que caminhem para a promoção da autoimagem e do autoconhecimento do mundo a sua volta, humanizados. Leia-se “educação” como a fonte de um processo de conscientização. Ao amor a “Educação”, ao amor a “Educação do Campo” e ao amor a “Educação Popular”, que conduza libertação.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas tiveram importância na conclusão desse projeto. Algumas de forma direta, outras de forma indireta. Sou grato a todos e todas que fizeram desses momentos de felicidade, dividindo alegrias, fortalecendo a caminhada.

Minha mãe, Eunice Nogueira, pela força e exemplo de mulher guerreira. Sua compreensão mediante esse período foi um bálsamo de tranquilidade para que eu desenvolvesse as etapas do projeto. Meu reconhecimento pelo cuidado e apoio em horas cruciais, me conduziu ao bem-estar necessário para a permanência dos estudos. Sua positividade sempre me estimulou e impulsionou a galgar meu espaço através da satisfação pessoal.

Ao meu companheiro e amante, Antenor Costa, que a 12 anos se faz presente em todas as conquistas e vitórias. Sempre amigo e parceiro contribuiu com essa espiral de sensibilização que nos compõem como seres humanos. Sempre um incentivador dos meus sonhos, potencializando meus projetos, é quando, minha admiração por ele, só cresce.

Minha família que de uma forma geral, em momentos individuais e coletivos, sempre proporcionaram boas e altas gargalhadas. Sorrir é um exercício muito poderoso para manter a sanidade e o foco. Aos amigos e amigas afirmo que amizade é manutenção para a alma. Cada uma e cada um, a sua forma, sempre participantes e necessários/as consolidando dias melhores.

Ao Professor Ribamar Furtado, o meu muito obrigado. Não somente pela forma que se desenvolveu a orientação, muito mais pelo ser humano que se apresentou na trilha. Sou grato pela compreensão, a solidariedade e a atenção que sempre norteou nossos encontros e que sem esses atributos, possivelmente, não teria chegado até aqui.

Esse agradecimento se estende a Professora Eliane Dayse, que da mesma forma, sempre esteve em minha vida, desde a graduação. Sou feliz por ter cruzado o caminho de vocês e de terem demonstrado tanta generosidade nos mais diversos momentos.

As comunidades e assentamentos do campo no semiárido cearense que sempre me receberam tão bem. Fundamentais através das trocas de saberes, das vivências formativas e experiências educativas significativas por meio da valorização e do respeito mútuo surgido pelo trabalho desempenhado. Acredito que a vida como um fenômeno natural, faz sentido quando passamos a compreender melhor o funcionamento

da natureza, onde o ser humano é mais um elemento dentro dessa grande engrenagem que é viver.

As/os profissionais das instituições as quais passei como cooperador, responsáveis pelo auxílio e segurança, acadêmico e profissional, compartilhando do aprendizado e aperfeiçoamento no fazer pedagógico potencializando o exercício da práxis.

A Universidade Federal do Ceará – UFC, pela formação e profissão, pelo aprofundamento teórico e prático, implicando diretamente no avançar intelectual e psicológico. Foi também, um lugar de fortalecimento de valores e princípios por meio de colegas que se fizeram próximos e acessíveis no desvelar de conteúdos e experiências marcantes.

A vida é como um sopro e diante do tempo que já passou, olhar para trás e enxergar todos e todas vocês, para mim, é quando tudo vale a pena e me anima a permanecer na estrada. O meu total carinho, admiração e respeito.

“Agir contra o comando da autoridade, cometendo um pecado, é, em seu aspecto humano positivo, o primeiro ato de liberdade, isto é, o primeiro ato humano. [...] O ato de desobediência como um ato de liberdade marca o nascimento da razão”. (FROMM, 1974, p. 37)

RESUMO

A presente pesquisa estuda a ação pedagógica executada pelo Curso: Formação de Jovens Rurais para o Fortalecimento da Agricultura Camponesa do Semiárido Cearense, ofertado pela UNILAB/2013-2014. Assistindo trezentos jovens dos territórios de Crateús, Canindé e Itapipoca. Após cada ação pedagógica é imprescindível saber se seus objetivos foram atingidos, nessa direção, o problema que a pesquisa levanta é a contribuição do Curso da UNILAB na atividade profissional dos/as cursistas relacionada à inserção produtiva no sentido da melhoria de vida. Quadro de referência: pesquisa qualitativa do tipo descritivo-explicativo, a estratégia aplicada foi um estudo de caso, com concepções da pesquisa-ação e do materialismo histórico, trabalhamos com dados primários e secundários, a unidade de pesquisa foi a Comunidade Jatobá dos Umbelinos no território de Crateús, pela mobilidade, articulação e a concentração de sujeitos envolvidos no processo e disponíveis para as entrevistas. O levantamento documental e bibliográfico serviu para contextualizar e fundamentar o estudo, dentre os instrumentos de registro, ressaltamos o uso de diário de campo, máquina fotográfica e gravador, utilizados como instrumentos metodológicos: entrevistas semiestruturadas, entrevistas do tipo grupo focal, conversas informais, observação participativa e visitas domiciliares, observando antagonismos culturais, compreendendo o real através das contradições sociais pela perspectiva dos próprios sujeitos. A organização e seleção dos dados se deram através do método de análise de conteúdo por meio das unidades de conteúdo e contexto, quando se afirmaram às categorias de análises: contribuição do Curso, inserção produtiva e prática pedagógica. Contamos com as contribuições de Freire (2011, 2014), Brandão (2006) e Ribeiro (2010) que dialogam e problematizam às questões e inquietações levantadas, ajudando na elaboração e nos processos estudados dentro das categorias conceituais: educação do campo, juventude rural e inserção produtiva.

Palavras-chave: Educação do Campo. Juventude Rural. Inserção Produtiva.

ABSTRACT

The present study studies the pedagogical action carried out by the Course: Training of Rural Youth for the Strengthening of Peasant Agriculture in the Semi-arid Cearense, offered by UNILAB / 2013-2014. Watching three hundred young people from the territories of Crateús, Canindé and Itapipoca. After each pedagogical action, it is imperative to know if its objectives have been reached. In this direction, the problem that the research raises is the contribution of the UNILAB Course in the professional activity of the trainees related to the productive insertion towards the improvement of life. Reference framework: qualitative research of the descriptive-explanatory type, the strategy applied will be a case study, with research conceptions and historical materialism, I worked with primary and secondary data, the research unit was the Jatobá Community of the Umbelinos in the territory of Crateús, for the mobility, articulation and concentration of subjects involved in the process and available for interviews. The documentary and bibliographical survey served to contextualize and to base the study, among the recording instruments, I emphasize the use of field diary, camera and recorder, where I used as methodological instruments: semi-structured interviews, focus group interviews, informal conversations, participatory observation and home visits, observing cultural antagonisms, I tried to understand the real through social contradictions from the perspective of the subjects themselves. The organization and selection of the data were done through the content analysis method through the units of content and context, when the categories of analysis were affirmed: contribution of the Course, productive insertion and pedagogical practice. I counted on the contributions of Freire (2011, 2014), Brandão (2006) and Ribeiro (2010) who dialogued and problematized the questions and concerns raised, helping in the elaboration and processes studied within the conceptual categories: rural education, rural youth and productive insertion.

Keywords: Rural Education.Rural Youth.ProductiveInsertion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AR	Ambiente de Reflexão
ATS	Ambiente de Troca de Saberes
C.A.	Centro Acadêmico
CBAR	Comissão Brasileira-Americana de Educação das populações Rurais
CETREDE	Centro de Treinamento e Desenvolvimento
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
EFA	Escola Familiar Agrícola
ENEM	Exame nacional do Ensino Médio
FACED	Faculdade de Educação
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAJUR	Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura

UNILAB Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

USAID United States Agency for International Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – territórios beneficiados pelo Curso	41
Tabela 02 – localidades do tempo-comunidade, número de cursistas e família	45
Tabela 03 – acordos internacionais	49
Tabela 04 – demografia da população brasileira em 2010	77
Tabela 05 – quadro de entrevista 1- unidade registro	105
Tabela 06 – quadro de entrevista 2 – unidade de contexto	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – divisão dos milionários pelo país de residência	50
Gráfico 02 – trabalho atual dos/as educandos/as	125
Gráfico 03 – ensino médio dos/as educandos/as	142
Gráfico 04 – participação dos/as educandos/as em organização	144
Gráfico 05 – moradores por família dos/as educandos/as	145
Gráfico 06 – participação dos/as educandos/as em organização	154
Gráfico 07 – trabalho atual dos/as educandos/as	155

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Formação dos/as facilitadores/as – sítio gurguri – Redenção/Ce – 2014	37
Foto 02 – Ambiente de reflexão Dom Fragoso – santuário nossa senhora imaculada rainha do sertão – Quixadá/Ce – 2014	38
Foto 03 – Universidade Federal do Ceará – UFC – Fortaleza/Ce – 2014	76
Foto 04 – Associação comunitária rural da região de jatobá dos Umbelinos	103

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2.METODOLOGIA.....	22
3.CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	31
3.1 Redes de Redistribuição Emancipatória como Projeto Político Pedagógico. 41	
3.1.1 Formação Agroecológica: caminho a diminuição da desigualdade social?. 47	
3.1.2. Agroecologia como Processo de Desenvolvimento Humano para a Vida.... 54	
4. ARCABOUÇO TEÓRICO	62
5. DISCUTINDO AS CATEGORIAS CONCEITUAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO, JUVENTUDE RURAL E INSERÇÃO PRODUTIVA	66
5.1 Educação do Campo: caminho crítico a conscientização humana?..... 66	
5.1.1 Ensino e Extensão Rural: avanços liberais e contradições sociais	71
5.2 Juventude Rural: desafios e potencialidades..... 82	
5.3 Inserção Produtiva: qualidade de vida dos povos tradicionais do campo..... 93	
6. DIALOGANDO COM OS ACHADOS – RETORNO DO CAMPO.....	100
6.1 Pesquisador de Primeira Viagem	101
6.2 Organização dos Dados e Criação de Recursos: no caminho das análises.. 105	
6.3 Unidade de Análise	108
7.DELINEAMENTOS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	110
7.1 Análises dos Dados e suas Categorias de Análises: contribuição do Curso, inserção produtiva e prática pedagógica	111
7.1.1 Categoria de Análise - Contribuição do Curso.....	114
7.1.2 Categoria de Análise - Inserção Produtiva	124
7.1.3 Categoria de Análise - Prática Pedagógica.....	135
8. CONCLUSÃO.....	156
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICES	164
Apêndice I – Formação dos Facilitadores - 2014	165
Apêndice II – Ficha utilizada para controle do pesquisador	166
Apêndice III – Quadro de Entrevistas 1 – Unidade de Registro	168
Apêndice IV - Quadro de Entrevistas 2 – Unidade de Contexto	169
Apêndice V – Gráficos construídos a partir da ficha de cadastro do entrevistado	170

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela Educação do Campo¹ surgiu na graduação ao nos depararmos com a disciplina de Estruturas e Funcionamento da Educação Básica. Naquele momento nasceu o desejo de conhecer mais sobre a modalidade. Nessa época, construíamos organicamente a gestão do Centro Acadêmico Paulo Freire. A aproximação com o C.A. facilitou nossa inserção nos estudos sobre a temática, pois, haviam integrantes que já atuavam na Educação do Campo e dominavam alguns dos conceitos primordiais para o entendimento das propostas da Educação Popular².

Foi criado um grupo de estudos e à medida que aprofundávamos as discussões produzíamos trabalhos para a apresentação em eventos da área. Experimentamos ao longo do tempo mudanças marcantes de cunho pessoal e profissional, que acreditamos ser função da educação. Não afirmamos que somente, mas foi através da Educação Popular que a educação passou a ter significado.

Nos referimos a educação a qual ajude a entender aquilo que não se consegue explicar, mas que se sente. Uma educação que diga coisas, mesmo quando não se sabe que quer ouvi-las. Aquela educação que faça encontrar base teórica para princípios e valores outrora praticados.

Até então, não compreendíamos o real impacto das matrizes liberais que ocultam as questões sociais. Percebemos que haviam lutas na relação de poder com duas finalidades definidas e divergentes: uma para a naturalização das violências e a permanência do status quo social, e outra que, se contrapunha as teorias que promoviam a crítica e a reflexão. Ou seja:

nomeadas de liberais, o centro é a transmissão de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos para a socialização submissa, para o mercado de trabalho e para a naturalização, a aceitação e a reprodução da sociedade dividida em classes. De outro lado, temos as teorias socialistas (críticas), também em suas diversas vertentes, que propõem uma educação crítica,

¹ Nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART et al., 2012, p. 257)

² [...] Carrega o sentido das organizações populares do campo e da cidade que, na sua caminhada histórica, participam, realizam e sistematizam experiências de educação popular. [...] Tendo como sujeitos políticos coletivos os movimentos sociais populares, a educação rural/do campo que reivindicam e os experimentos pedagógicos que realizam não poderiam ser identificados senão como educação popular. (RIBEIRO, 2010, p. 43)

desnaturalizadora da ordem social, que eduquem homens e mulheres para que atuem na direção da construção de outro projeto para a sociedade. (CALDART, 2012, p. 280)

Sensibilizados por uma visão mais crítica da educação, no segundo semestre de 2013, através do Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) participamos como professor da “oficina de orientação para o trabalho e criação de novos negócios”, parte integrante do projeto “articulação com o mercado de trabalho e apoio a inserção e assessoramento para a criação de formas alternativas geradoras de renda dos projetos de qualificação profissional de jovens”, com a parceria da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS), as oficinas aconteceram na região metropolitana e no interior do estado.

No processo de formação dos/as professores/as para as oficinas, percebemos que a metodologia aplicada não promovia a reflexão, e sim, o fortalecimento do pensamento neoliberal através do repasse de seus ideais. Porém, a didática aplicada na oficina acima citada, mesmo buscando diálogo e participação era acrítica, focando no estímulo as questões empreendedoras, competitivas e meritocráticas.

Todo/a profissional é formado/a em suas instituições e após formados/as repassavam os princípios e valores intrinsecamente reforçados em suas formações. Após passar pela formação, ficou claro o compromisso e a seriedade com que os/as formadores/as ministravam suas formações, pois, acreditavam estar impulsionando a construção do melhor conhecimento para a juventude.

Esses/as profissionais não conseguiam fazer a crítica sobre o que ensinavam em suas formações, simplesmente faziam aquilo para o qual eram designados/as, dessa forma, a juventude era impregnada pelos mesmos princípios e valores de seus/suas formadores/as.

O trabalho junto a juventude nos proporcionou mais reflexões sobre aquela forma de educação, onde, nossas vivências nos permitiram ter opção sobre o que repassar nas oficinas que conduzimos, finalizando assim, o trabalho para o qual fomos convidados.

O desejo de conhecer mais sobre a Educação do Campo crescia e fomos nos inclinados para disciplinas optativas relacionadas ao tema. Foi quando nos deparamos com a oportunidade de ingressar no Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos História e Memória do Ceará - NEJAHM na Universidade Federal do Ceará - UFC.

Tudo era muito novo e foi lá que pudemos experimentar novas inspirações, foi um período de amadurecimento pessoal proporcionado pela colaboração do grupo, através das apresentações de trabalhos e defesas dos projetos, nas discussões e debates gerados e os temas que perpassavam pela construção das lutas camponesas na educação.

Na sequência, somos convidados para atuar no projeto de extensão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, na função de facilitador no Curso: “Formação de Jovens Rurais para o Fortalecimento da Agricultura Camponesa do Semiárido Cearense”. Ficamos bastante entusiasmados, nos sentimos desafiados, não tínhamos noção de como se dariam os processos e o que eles desencadeariam de forma idiossincrática para nós.

A estrutura curricular no plano de formação do Curso da UNILAB, está referendada no Programa Nacional de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica. Apresenta uma estrutura curricular centrada na agricultura camponesa que foi dinamizada através de módulos, eixos e componentes curriculares.

Como apoiadora do Curso da UNILAB, a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ focou na juventude rural com o objetivo de qualificação profissional para a inserção produtiva, contribuindo para o fortalecimento e a permanência desses jovens no campo em condições de vida digna.

O Curso referido foi desenvolvido no período de 2013 a 2014, da sua concepção a execução, trabalhando nas comunidades e assentamentos dos territórios de Crateús, Canindé e Itapipoca. Assistindo trezentos jovens entre 15 e 29 anos, agricultores ou filhos desses moradores do campo.

A coordenação pedagógica do Curso contou com a colaboração de docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Universidade Federal do Ceará - UFC e da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Com o apoio dos Movimentos Social e Sindical, que se articularam com lideranças das comunidades e assentamentos para uma melhor divulgação e inserção de jovens camponeses no Curso.

Dentre os movimentos camponeses estão: Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Sindicato da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE).

Suas vivências e práticas na elaboração e reivindicação do Projeto Nacional de Educação Popular consiste na sua contextualização entre escola-trabalho-vida, favorecendo o aprendizado na relação com a realidade e não por seu condicionamento, reconhecendo que:

o processo de conhecer faz parte da natureza da educação de que a prática chamada Educação Popular não pode fazer exceção. Numa perspectiva progressista, a Educação Popular não pode, por outro lado, reduzir-se ao puro treinamento técnico de que grupos de trabalhadores realmente precisam. Esta é a maneira necessariamente estreita de formar, que à classe dominante interessa, a que reproduz a classe trabalhadora como tal. (FREIRE, 2011, p. 183)

Vale ressaltar que as experiências dos movimentos sociais e sindical com metodologias participativas e críticas contribuíram incontestavelmente para o desenvolvimento das formações. A intenção era que os parceiros tivessem um maior envolvimento com os/as educandos/as, para tanto, isso foi suscitado nas oficinas de planejamento das ações.

Seus membros compuseram o quadro de colaboradores/as como facilitadores e facilitadoras, passaram pelos processos de formação cooperando com a escolha do material teórico/didático e na confecção de jogos e recursos pedagógicos.

A metodologia do Curso potencializava o despertar psicossocial e socioeconômico na formação dos/as educandos/as e sua importância está em conhecer à realidade para agir sobre ela, transformando-a.

Segundo Freire (2011), “o papel do educador ou da educadora progressista, que não pode nem deve se omitir, ao propor sua leitura do mundo, é salientar que há outras leituras de mundo, diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela”. Enfatizamos essas ideias do Curso por se tratar de um projeto que introduziu os/as educandos/as em práticas que caminhassem na direção de sua independência diante do cenário do campo.

Nesse caminho das descobertas antagônicas, foi possível questionar várias situações e promover debates em torno da naturalização da opressão, exploração e preconceito, experimentados e vivenciados por todos/as no processo de formação (educandos/as, facilitadores/as e coordenadores/as pedagógicos/as), ações dialógicas e participativas que potencializaram os sujeitos na compreensão de suas realidades.

Entre essas idas e vindas, de um lado para outro do sertão cearense, conhecemos muitas pessoas. Homens e mulheres que deixaram lembranças profundas, um olhar expressivo, um sorriso largo ou um abraço apertado. Enfim, essa peregrinação

nos proporcionou está em lugares distantes e de difícil acesso com pessoas dos jeitos mais diversos de serem.

A riqueza afetiva na troca dos saberes está na humanização, isto é, em se desfazer da desumanização que se sofre em meio aos processos de objetivação e mercantilização nas relações, através de uma sociedade que massifica seus indivíduos pelo individualismo e o consumismo.

O sersensibilizado nessa perspectivacríticapercebe o outro de uma formamais profunda e horizontal, onde, não podemos nos deter na forma preconceituosa das condições sociais que a vista alcança, ou seja, enxergar o outro como um ser completo e capaz de ensinar através de suas vivências e experiências, independentemente de suas condições.

Não podemos deixar de narrar uma situação proporcionada pelo Curso, no território de Crateús, no Município de Quiterionópolis, no assentamento Fidelis. A parte alta fica a aldeia indígena Tabajara e a parte baixa, um quilombo remanescente.

No primeiro Tempo-Comunidade³ que será detalhado mais a frente, um dos procedimentos foram as visitas domésticas, convocar comunitários/as e assentados/as para uma reunião participativa (Fórum de Escuta e Autodiagnostico), quando nos apresentávamos e solicitávamos apoio de todos e todas. Para chegarmos a reunião o grupo docente e discente se dividia em equipes para a abordagem nas residências no convite as/aos moradoras/es.

Ao fazermos as visitas domiciliares, batemos numa porta e somos recebidos por Dona Maria, que nos convida a um café. Logo chega seu marido, Seu José, visivelmente aborrecido com aquela situação, foi áspero e ríspido por várias vezes, mas continuamos tentando acesso.

Dona Maria já não falava mais, foi quando ele disse: “essas coisas aí da universidade e do governo não serve pra gente não, vocês chegam, fazem o que querem, ficam o tempo que querem e não muda nada. Vem, estudam a gente e vão simhora”.

Essas palavras de Seu José foi um choque para nós. Ele não fez questão de esconder sua rejeição. Na sequência de seu desabafo, falou “da saudade que apertava o peito por um filho que a mais de dez anos precisou ir embora para Minas Gerais trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar”.

³ Pedagogia da Alternância, utilizado para os processos formativos

Até aquela data ajudava a família nos períodos de seca mais complicada. Apontando orgulhoso para a área na frente da casa e para a sala, falou: “isso aqui e isso aqui, foi ele quem mandou dinheiro para construir para essa ‘véa’ (Dona Maria) não sofrer tanto com essa poeira e nesse calor”.

Na verdade, quando ele falou de saudade e de família, ele nos fez lembrar da nossa família e o tempo que não nos víamos. E comentamos com ele: “Seu José, o senhor falando de saudade, lembramos agora de nossas famílias, faz tanto tempo que não nos vemos”.

Daí se iniciou uma conversa, ele perguntou por nossos familiares, se moravam longe, por que não nos víamos, foi uma longa conversa sobre família e saudade, ofereceu suco, água, bolacha e ainda bolo.

Nos levou para mostrar a cacimba que tinha cavado com a ajuda de outro filho, o quanto era larga e profunda, se queixou da falta de motor e da falta de água na cacimba, da reforma de um quarto e da cozinha que fez sozinho e sempre lembrando que se o filho que foi embora estivesse por perto, a dificuldade poderia ser pior, porém, nada preenchia a ausência de um filho.

Falou da plantação, das galinhas que criava e dos bodes que alimentava próximo a lagoa, das brigas do assentamento, das associações, da desunião e das injustiças que sofriam os quilombolas, pois, os Tabajaras eram mais “protegidos” e conseguiam mais “coisas” com o governo, afirmou. Seu José e Dona Maria se identificam como quilombolas e participam das atividades na parte baixa do assentamento.

Agradeceu a Deus ainda ter bastante água na lagoa e que tinha proposto fazerem uma cota para instalação do encanamento e conserto do motor para puxar água para as casas e para as plantações nos quintais produtivos. Sem sucesso, o povo falou da falta de dinheiro, da falta de quem instalasse os canos e como ficaria a parte alta do assentamento, ressaltou que no projeto das cisternas somente eles (os/as tabajaras) foram alcançados/as.

Percebemos que através da empatia se estabelecia uma ligação, algo comum em meio todas as diferenças. Como se fosse um sentimento de cumplicidade e de conforto, de alguém para alguém, que além da atenção demonstrasse interesse no que está sendo dito.

Da nossa parte, aquilo tudo interessava, estávamos trocando afetividade e sentimento, algo intrínseco dos seres humanos e que nascemos para estendermos essas

redes físicas e sensoriais, tecendo algo maior e para além de nós, algo que falta em nós e está no outro, nos completando pelas diferenças, nos igualando nesse mosaico chamado vida.

Por fim, Seu José aceitou o convite e participou ativamente da reunião, fez questão de levar café e água, reabasteceu algumas vezes, contribuiu com falas para a elaboração dos desafios e das potencialidades do assentamento e demonstrou espírito de liderança, pois, era perceptível o respeito dos demais enquanto falava.

Retornamos à casa de Seu José e Dona Maria algumas vezes durante o período que passamos naquele assentamento, no final da semana fomos embora, e seu José e Dona Maria ficaram com a expectativa de nosso retorno.

Por questões políticas, a segunda etapa do Curso não aconteceu e as unidades produtivas não foram instaladas. Nunca mais vimos o casal (Seu José e Dona Maria), porém, aqueles momentos, o que foi dito, a sua dor de saudade não sairia mais de nossa cabeça.

Mais uma vez Seu José tinha razão, diante de toda nossa disposição e investimento na hora decisiva da execução das unidades produtivas que implicariam diretamente nas mudanças aguardadas por ele, fomos impossibilitados de retornar com boas notícias, deixando Seu José certamente decepcionado.

Essa explanação sobre o Curso é para localizar o/a leitor/a aproximando as estratégias, métodos, processos formativos, inclinações, ideias e demonstrar a urgência de ações estruturalmente efetivas no campo.

O Curso não tratava unicamente de gerar trabalho e renda para a população jovem do campo, propunha uma transformação na sociedade por meio da diminuição do sofrimento de famílias que são desfeitas por falta de condições básicas de subsistência, indo de encontro ao empobrecimento e esfacelamento das famílias camponesas através da inserção produtiva.

Em 2016, retornamos à Faculdade de Educação – FACED na Universidade Federal do Ceará – UFC, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira - PPGE na tentativa de desvelar às inquietações promovidas diretamente pela ação realizada pelo Curso no contato direto com os/as educandos/as e as pessoas das comunidades e assentamentos.

Nossas inquietações começaram a se delinearem após a execução do Curso. Para chegar a pergunta central, o caminho que traçamos é: entender as ações pedagógicas realizadas e seus processos formativos de conscientização (formação

cidadã) e de inserção produtiva (formação agroecológica), o que mudou na vida dos/as educandos/as e se houve inserção produtiva.

Percebendo a juventude camponesa como uma parcela da população brasileira desprotegida e ameaçada pelos infortúnios que envolvem suas vidas, vemos a ausência do Estado em seus desserviços através de políticas públicas incapazes de atender a real necessidade do campesinato brasileiro.

De intenção duvidosa e ação ineficiente, seus investimentos se detém na promoção da ilusão da seguridade social condenando a juventude, preparada para o trabalho, a imobilidade social. E ainda, nos debruçamos nas práticas dos movimentos camponeses, no combate as injustiças e as desigualdades sociais, observando sua relação com a população camponesa no interior de suas próprias estruturas e a contradição entre processo educativo e protocolo, como veremos nas análises dos dados.

Dessas questões levantadas surgiu a pergunta que fundamenta esse trabalho: Qual a contribuição do Curso da UNILAB para a inserção produtiva através da promoção de geração de trabalho e renda na perspectiva do desenvolvimento rural cearense no sentido da melhoria da vida dos/as educandos/as e seus familiares?

Ao aprofundar na temática para o desvelar da questão principal, foram criadas questões geradoras, ou seja, apontamentos que conduziram a investigação do objeto, são elas: conhecer o projeto político pedagógico (PPP), com destaque na agricultura camponesa; verificar se houve inserção produtiva após a formação proporcionada e identificar as influências das atividades profissionais dos/as cursistas pela participação no Curso.

Para chegar a essas respostas, utilizamos esse quadro de referência por se tratar de uma pesquisa qualitativa do tipo descritivo-explicativo. A estratégia aplicada foi um estudo de caso, com concepções da pesquisa-ação e do materialismo histórico, trabalhamos com dados primários e secundários, a unidade de pesquisa foi a comunidade Jatobá dos Umbelinos na região de Crateús, pela mobilidade, articulação e maior concentração dos sujeitos a entrevistar.

O levantamento documental e bibliográfico serviu para contextualizar e fundamentar o estudo, dentre os instrumentos de registro ressaltamos o uso de diário de campo, máquina fotográfica e gravador. A organização e seleção dos dados se deu através do método de análise de conteúdo.

Quando surgiu apontamentos de construção das categorias de análises, após a utilização de instrumentos metodológicos: entrevistas semiestruturadas, entrevistas

dotipo grupo focal, conversas informais, observação participativa e visitas domiciliares. Observamos antagonismos culturais, buscamos compreender o real através das contradições sociais pela perspectiva dos próprios sujeitos.

Contamos ainda com as contribuições de Freire (2011, 2014), Brandão (2006) e Ribeiro (2010) para dialogarem e problematizarem as questões e inquietações levantadas, ajudando na elaboração e nos processos estudados dentro das categorias conceituais: Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção Produtiva.

De cunho pessoal, ressaltamos as lembranças carinhosas da experiência: o árduo trabalho de mobilização dos jovens e suas famílias em seus territórios, os sentimentos de alegria e tristeza compartilhados entre os grupos e o processo de sensibilização que sofremos mutuamente.

Mesmo explicitando separadamente, acreditamos não haver dicotomia na formação ética, estética e política dos sujeitos em suas elaborações profissionais e pessoais. Uma coisa fortalece a outra, no sentido em que as duas caminham juntas, com a mesma importância de respostas.

A juventude do campo precisa ajudar suas famílias financeiramente, para isso, buscam nas atividades agrícolas ou não-agrícolas uma maneira de contribuir com seu sustento. Essas pressões sociais incidem no êxodo da juventude rural, desencadeando seus impactos e consequências, sabendo que o abandono e a dor são reais e têm nome e rosto.

O Curso surge através do Programa Nacional de Inserção Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica, pela necessidade de ações que visem desenvolvimento do campo por incentivos da criação de trabalho e renda, produzindo atividades agroecológicas que garantam dignidade e justiça social, articulados a programas e políticas disponíveis.

O Curso teve o cuidado desde sua abordagem metodológica até a inserção de conteúdos integrados aos princípios à Educação do Campo no reconhecimento, valorização e legitimidade das diferenças culturais, étnicas, de geração, de gênero, da diversidade sexual e socioambiental, potencializando a reflexão sobre os preconceitos e evidenciando a falta de Políticas Públicas como a negação dos direitos dos povos do campo, implicando na usurpação da cidadania.

É crucial termos retorno após a aplicação de uma ação pedagógica, ou seja, saber se seus objetivos foram alcançados para sua adaptação ou aprimoramento em ações futuras. Do retorno do campo, percebemos que a proposta do Curso não foi

alcançada diretamente pela não implementação das unidades produtivas, gerando grande descontentamento entre os/as envolvidos/as, porém, os/as entrevistados/as narram que o processo formativo potencializou o despertar das consciências.

Uma de nossas inquietações era saber se pela não implementação da segunda etapa do Curso e sem uma continuidade na formação dos/as jovens, quais seriam as perdas após o esforço e o empenho. A formação nesse caso não se perdeu, obtivemos relatos dos/as educandos/as, dos/as responsáveis dos/as jovens, facilitadores/as e coordenação pedagógica referente a mudanças de postura e comportamento, onde, o Curso aparece como impulsionador no fortalecimento da juventude camponesa, na valorização da identidade e do trabalho agrícola promovendo a superação profissional e pessoal.

A formação ofertada não visava unicamente uma maneira de fazer agricultura, mas um despertar crítico, que teve seu fim na prática produtiva economicamente consciente. Para embasamento dessas afirmações, as análises dos dados que dialogam com a pergunta central, auxiliaram em sua compreensão objetiva, perpassando pelo universo camponês na perspectiva da identidade cultural, trabalho e família,

Os resultados apresentam jovens agindo sobre suas realidades, intervindo no ecossistema de forma responsável e socialmente viável, atores de seu futuro pela ação do seu trabalho. Possibilitando saber quem são, onde estão e o que fazem no presente, a investigação desses pontos e a contextualização com seus processos de formação do Curso, trouxe algumas das complexidades e multiplicidades da juventude camponesa como sujeitos geradores de conhecimentos.

Na sequência do texto trazemos a metodologia e apresentamos as técnicas aplicadas e métodos executados demonstrando o direcionamento da pesquisa e sua instrumentalização para obtenção dos achados in loco para a construção das categorias de análises seguindo para a análise dos dados.

No arcabouço teórico fazemos relação dos/as autores/as, suas ideias e nossos posicionamentos através da figuração que vamos costurando intercaladamente entre os capítulos por meio dos pontos surgidos mediante nossa visualização e sensibilização.

A elaboração textual se origina através da escolha das categorias conceituais: Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção Produtiva. É quando sua fundamentação teórica nos permite passear pela elaboração e realização do

Cursohistoricizando a organização social e política brasileira norteadas por acordos econômicos com organismos multilaterais e seu aperfeiçoamento ideológico contra a classe trabalhadora, urbana e rural, através das políticas públicas garantindo a subserviência dos países subdesenvolvidos. Entretanto, em alguns momentos no controle da escrita, noutros momentos seguindo seu fluxo.

Perpassamos, também, pelas impressões do pesquisador de primeira viagem dialogando com os materiais de retorno de campo, organização dos dados, criação de recursos, unidade de análise, o caminhar das análises e o delineamento das categorias de análises: Contribuição do Curso, Inserção Produtiva e Práticas Pedagógicas.

2. METODOLOGIA

O referido estudo parte de uma pergunta/problema: Qual a contribuição do Curso da UNILAB nas atividades profissionais dos/as educandos/as referente sua inserção produtiva? Essa parte do trabalho é quando apresentamos os caminhos percorridos através do planejamento estratégico das etapas subsequentes da pesquisa, os procedimentos metodológicos, métodos e técnicas que auxiliaram na construção desse projeto que temo intuito de descrever e explicar o uso e manuseio de tais métodos e técnicas utilizados na investigação da questão acima. Para Laille e Dionne (1999), é:

durante essa fase da pesquisa, que consiste em precisar seu problema, traduzindo-o em forma de pergunta, e em objetivar sua problemática, nacionalizando-a, o pesquisador tem também cuidado para que a pergunta mantida (às vezes várias) permaneça significativa e clara para ele e para os outros, e que a pesquisa a fazer seja exequível.

A fase inicial da pesquisa consistiu em esforços tanto em profundidade, quanto em intensidade para uma construção literária que contemplasse adequadamente as categorias conceituais alinhadas para a elaboração do projeto, o qual pretendemos fundamentação teórica para a abordagem dos assuntos pelas categorias conceituais: Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção Produtiva.

O arcabouço teórico dedicado a tais categorias, são voltados para situar o/a leitor/a em suas elucubrações através das sínteses históricas, perpassando pela formação dos sujeitos do campo e complementando com reflexões acerca da origem ideológica das políticas públicas afirmativas executadas em território nacional.

O quadro teórico é decisivo no que tange a definir o desenvolvimento de uma pesquisa, tanto para a localização do pesquisador, quanto do/a leitor/a. Pois, através dessa sistematização foi possível ter meios de equilibrar o tempo que dispomos em meio as estratégias, técnicas e métodos executados com maior precisão. Assim, podemos dizer que:

os quadros de referências constituem uma espécie de matriz disciplinar que agrupa um conjunto de paradigmas. Pode tratar-se de protocolos informais que, frequentemente não tomam forma de regras explícitas, mas que nem por isso deixam de condicionar e de orientar toda a prática teórica ou mesmo o trabalho de pesquisa em totalidade. (ROMANELLI e BIASOLI-ALVES apud BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1998, p. 159)

Afirmam Bogdan e Biklen (1994), “a investigação exige que o mundo seja examinado com a ideia que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma

pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. Definimos como proposta metodológica da pesquisa um estudo qualitativo, por se tratar de investigação sobre uma ação considerando as subjetividades nas relações interpessoais, dando mais relevância aos processos que ao próprio fenômeno através da voz dos sujeitos.

Segundo Romanelli e Biasoli-Alves (1998), “a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos”. Nesse caso, o/a pesquisador/a por ser um elemento estranho à realidade, potencializa a se deparar com achados a partir de interações, com um olhar atento as naturalizações que apresentem significâncias mesmo diante de situações ou condições óbvias.

Para isso, o que buscamos é não reproduzir “a confusão entre o campo de observação e o campo de investigação, já que os vínculos com a sociedade abrangente ou são omitidos ou tratados sem o necessário rigor teórico, deixando-se de analisar o modo como configurava essa relação”. (ROMANELLI, 1986, p. 125)

Dentre as estratégias adotadas, utilizamos “o tipo descritivo-explicativo por traçar uma sequência de eventos interpessoais ao longo do tempo, descrevendo e explicando uma cultura que independente de já ter sido estudada ou não, busca capturar e detalhar seus fenômenos-chave”. (YIN, 2005, p. 23) Mais adiante, no mesmo texto, afirma o autor, tratar-se de uma visão mais apropriada de estratégia por ser inclusiva e pluralista.

Com às concepções do materialismo histórico, avançamos na compreensão da realidade e de seus pressupostos, possibilitando seu entendimento. O uso da concepção crítica revelará antagonismos sociais, possibilitando a condução na elaboração de intervenções que ajudem a potencializar uma nova reflexão.

Afirma Triviños (1987), “que os opostos estão em interação permanente. Isto é, o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários. Desta maneira, a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos”. Busca elucidar a ordem social por meio da identificação e superação das contradições, se utilizando de dados qualitativos considerando a realidade de vários ângulos e posições.

Trabalhamos com dados primários e secundários, seguindo nessa linha, os dados primários se darão através do levantamento documental que serviu para contextualizar e fundamentar a pesquisa em torno do objeto. Usamos os documentos que foram elaborados para a aprovação e execução do Curso da UNILAB: Plano de

Formação, Plano de Trabalho, Projeto das Unidades Produtivas e o Programa Nacional de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica.

Esses documentos auxiliaram na precisão dos dados referentes aos territórios, comunidades e assentamentos, famílias e cursistas envolvidos/as na ação, viabilizando uma melhor compreensão das propostas do projeto, relacionando com as categorias conceituais.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), “os dados carregam o peso de qualquer interpretação, deste modo, o investigador tem constantemente de confrontar as suas opiniões próprias e preconceitos com eles”.O material escolhido apoiou na produção textual, colaborando assim, com a composição teórica e demais formulações acerca do objeto sendo vital para a investigação de seus objetivos.

Compondo os dados secundários, a listagem bibliográfica acompanhou todos os momentos da escrita, onde, pudemos adentrar no universo de cada autor/a, passando por suas estruturações e análises, influenciando inclusive, no fortalecimento da individualidade de nossa escrita. O conteúdo produzido trouxe reflexões consolidadas, conferindo aos sujeitos entrevistados um lugar de importância como fontes exclusivas no aprofundamento das contextualizações.

O acervo digital foi uma ferramenta bastante solicitada, ágil na busca e de fácil acesso, possibilitou encontrar diferentes tipos de informações e notícias sobre o tema estudado eao vasto material formativo e informativo relacionado a relatórios e bancos de dados como documentos oficiais institucionais a nível federal, estadual e municipal.

O acesso a sites oficiais potencializou a compreensão da relação entre governos, instituições e organismos, nacionais e internacionais, no que tange, o custeio de políticas públicas para a intervenção direta da vida camponesa, compreendendo que a vida se divide na família e no trabalho.

Fizemos uso do estudo de caso por compreender os fenômenos sociais complexos, permitiu uma melhor conservação geral das características e significados da realidade, pois, trata de um estudo sobre uma ação específica, buscamos apontamentos que se mostraram como evidências nas vivências. Afirma Anadón (2005), “o estudo de caso é uma abordagem e uma técnica de coleta e tratamento de informação, que é caracterizada por uma descrição detalhada de um fenômeno e por uma análise que tenta pôr em relação ao indivíduo e o social.”

Declara Yin (2005), “que o ponto diferenciador do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional”. Com a preocupação de buscar coisas manifestas, que sejam tão explícitas que não possam ser negadas. “A essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”. (YIN apud SCHRAMM, 2005, p. 31)

Outra técnica abordada foi a pesquisa-ação que pela participação do pesquisador no fenômeno que investigou, ou seja, por meio de nossa vivência como facilitador no Curso da UNILAB, podemos dizer que a pesquisa-ação é o:

[...] tipo de pesquisa que se pode definir como centrado em problemas da prática com o objetivo de buscar soluções, provocar mudanças e avaliar resultados. Trata-se, por conseguinte de um tipo de pesquisa que se integra à ação e se associa as finalidades da ação. O potencial desse tipo de pesquisa situa-se na faculdade de influenciar a prática, recolhendo ao mesmo tempo; sistematicamente, dados numa retroação constante que permite avaliar os resultados e alterar, se necessário, o percurso da investigação. O caráter científico desse tipo de pesquisa tem mais a ver com uma maneira de trabalhar com critérios de ordem relacional e ético do que com critérios tradicionais da cientificidade. Assim, os resultados serão válidos se são utilizáveis na ação e na prática. (ANADÓN, 2005, p. 21)

Estes pontos estão ligados ao caráter participativo e a contribuição à mudança social, já que, sua estruturação parte da voz dos sujeitos investigados, para a análise desses sujeitos e das interpretações da unidade a ser pesquisada. Segundo Szymanski, Almeida e Prandini apud Lakatos (2002), “inclui como conteúdos a serem investigados fatos, opiniões sobre fatos, sentimentos, plano de ação, condutas atuais ou do passado, motivos conscientes para opiniões e sentimentos”. Contudo, não exige controle sobre eventos comportamentais e foca nos acontecimentos contemporâneos.

No contato em campo resgatamos alguns pontos dentro das categorias conceituais na elaboração de argumentos que retornem aos questionamentos da pesquisa, a qual busca responder à pergunta principal.

Dentre os instrumentos de registros ressaltamos o uso de diário de campo que pela descrição e fácil manuseio ajudou a compor, inicialmente, as estratégias através da captura de detalhes, falas e momentos imperceptíveis pelos sujeitos pesquisados pela situação de naturalização do contexto ao qual estão inseridos.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), “os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém através do contato direto”. Ao perceber que algum contato de confiança se estabeleceu, os contatos seguiram acompanhados de máquina fotográfica e gravador para que não houvesse nenhuma forma de constrangimento ou de intimidação provocados pelos recursos, ao ponto de descaracterizar ou inibir informações cruciais.

Ainda com Bogdan e Biklen apud Douglas (1994), “os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. Quanto mais controlada e intrusiva for a investigação, maior a probabilidade de se verificarem efeitos do observador”.

Dentre os procedimentos para a construção das categorias de análises ressaltamos o uso da observação participativa, visitas domiciliares, conversas informais, entrevistas semiestruturadas e entrevistas do tipo grupo focal para a coleta de informações, as ferramentas serviram para, segundo Bogdan e Biklen (1994), “estabelecer diálogos com os sujeitos relativamente ao modo como estes analisam e observam os diversos acontecimentos e atividades, encorajando-os a conseguirem maior controle sobre suas experiências”. Para Romanelli (1986):

a participação nas atividades da sociedade estudada constituía condição necessária para a prática da observação do comportamento da população que o pesquisador registrava em seu diário de campo, ao mesmo tempo que recolhia informações e esclarecimentos sobre as práticas sociais através de conversas ou entrevistas com nativos.

A observação participativa, as visitas domiciliares e as conversas informais são recursos que buscam através da investigação entender as influências e experiências que sofrem os sujeitos da pesquisa. Com foco no processo de construção dos signos, baseia-se ao mesmo tempo, em que consistem seus significados.

Esses recursos metodológicos foram importantes ferramentas para conceber o objeto de estudo de maneira dialética, abordando às interferências sociais das condições de vida da juventude rural da classe trabalhadora. “A finalidade dessas questões é de desenvolver uma reflexão, focalizando-se na relação eu-outro.” (SZYMANSKI, ALMEIDA e PRANDINI, 2002, p. 51)

Conhecer suas demandas, seus anseios e suas necessidades são partes fundamentais do desvelamento da realidade estudada. Os vários momentos de contato do pesquisador com seus/suas pesquisados/as (educandos/as, facilitadores/as,

responsáveis dos/as educandos/as e coordenadores/as) exigiu que se tivesse clareza prévia de seus objetivos, por exemplo, no contato inicial para as entrevistas semiestruturadas e entrevistas do tipo grupo focal.

Segundo Szymanski, Almeida e Prandini (2002), “pode incluir atividades de aquecimento (especialmente no caso de entrevistas coletivas), seguidas da apresentação da questão geradora, planejada com antecedência, e das expressões de compreensão do pesquisador, das sínteses, das questões de esclarecimento, focalizadoras, de aprofundamento e, finalmente, a devolução”.

As entrevistas semiestruturadas e grupo focal foram um importante instrumento para a verificação da conjuntura social em que os/as jovens estão inseridos. Possibilitou visualizações das nuances que corroboram com a organização das identidades, implicando na reflexão sobre a permanência em seus territórios.

E ainda, promoveu a verificação das atuais atividades profissionais exercidas pelos/as jovens rurais auxiliando no levantamento das contribuições do Curso, de acordo com suas compreensões. Para as entrevistas, diz Romanelli (1986), “a narrativa assoma carregada de inconsistências, de ambiguidade e de contradições que possibilitam fazer novas perguntas, levantar questões, pedir esclarecimentos”.

A unidade de pesquisa foi a Comunidade Jatobá dos Umbelinos, previamente selecionada e pensada na mobilidade, articulação, concentração dos sujeitos envolvidos no processo e disponíveis para as entrevistas. Localizada a 22km da sede do município de Crateús, entendendo-se por 2,5km as margens do Riacho do Campo compondo a bacia hidrográfica do Parnaíba.

A comunidade é considerada de médio porte, sendo habitada por 66 famílias, constituindo 199 moradores/as. Destas, 65 adultas, 64 idosas, 54 jovens e 16 crianças. Existem atualmente 79 domicílios, onde 11 são não-habitados. Há um crescente significativo no número de pessoas que migram para os centros urbanos e para as sedes dos municípios, influenciando na permanência juvenil no campo, diminuindo o número de jovens e crianças na comunidade.

A pré-seleção do grupo obedeceu a critérios que possibilitou a realização do estudo com maior segurança, focando no rigor e nos prazos. Os critérios observados foram: proximidade com os/as educandos/as, mobilidade, acesso, permanência do pesquisador in loco, heterogeneidade do grupo representativo, flexibilidade para ajustes e facilidade de retorno. Para Bogdan e Biklen (1994):

os investigadores qualitativos frequentam os lugares de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. [...] Para o investigador qualitativo divorciar o ato, a palavra ou o gesto de seu contexto é perder de vista o significado.

Para isso, o intuito foi aplicar os procedimentos metodológicos nos grupos dos sujeitos da pesquisa: educandos/as⁴, facilitadores/as⁵, responsáveis dos educandos/as⁶ e coordenadores/as⁷ percebendo as contradições e seguindo os indicativos que se apresentaram mediante a investigação.

Primeiro, analisar os grupos isoladamente e segundo comparar esses resultados entre os demais grupos, para só então, seguir na organização das categorias de análises e análises dos resultados, quando elencamos conceitos estabelecidos e sistematizamos os dados por grupos e subgrupos avançando na construção textual.

Os dados secundários serviram para traçar uma estratégia de pesquisa e definir sua forma de realização. Os instrumentos de coleta de dados utilizados na captação de informações delinearão a pesquisa, promovendo através desses achados um diálogo que nos permitiu uma melhor compreensão da realidade, dando sequência ao estudo.

A indução é uma das formas de analisar dados, pois, segundo Bogdan e Biklen (1994), “não recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando”.

Para tanto, nos conduzimos através das perguntas de Yin (2005): “a) como definir um caso que está sendo estudado; b) como determinar os dados relevantes que devem ser coletados; c) o que deve ser feito com os dados após a coleta”.

O trato dos achados na unidade de análise foi desenvolvido através do método de análise de conteúdo, por meio da unidade de conteúdo e unidade de contexto, adotado por suas contribuições e considerações na organização dos dados. A introdução do método se deu por ser a forma a qual achamos mais adequada por sua abordagem nas análises dos dados, pois:

⁴ É a juventude cursista assistida pelo Curso.

⁵ São aqueles/as advindos dos movimentos sociais e sindical, selecionados/as por suas experiências teórico-crítica e práticas participativas como formadores/as.

⁶ Pela pluralidade da constituição familiar, a nomenclatura foi utilizada para se referir àqueles/as que formalmente respondem pelos membros menores de 18 anos de suas famílias.

⁷ São professores/as experientes das instituições educacionais públicas de nível superior (UNILAB, UFC e UECE)

[..] para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético. (TRIVIÑOS, 1987, p. 160)

Este instrumento de análise mantém sua importância na relação entre o/a pesquisador/a e seus achados, no sentido de obter seus repasses através do estabelecimento da comunicação como chave do processo que se constrói por procedimentos sistemáticos e objetivos após as entrevistas.

Essa técnica de análise visa obter apontamentos abstratos que surjam no manuseio do/a pesquisador/a com seus achados, de forma direta ou indireta, a encontrar minúcias dentro do contexto das mensagens tornando tangíveis suas complexidades e contradições, contribuindo com seus agrupamentos.

As categorias de análises auxiliaram na organização dos dados que deram prosseguimento através dos processos de instrumentalização. A amostra, coleta de dados e análises, concluíram os resultados que possibilitou a revisão das hipóteses, onde, atenção e clareza são fundamentais para a inclusão ou exclusão de categorias, precisando ser mutuamente valorizadas, delimitando-as ao máximo, independente de seus conteúdos serem mais gerais ou específicos. Contudo, podemos dizer que:

análise é o processo que conduz à explicitação da compreensão do fenômeno pelo pesquisador. Sua pessoa é o principal instrumento de trabalho, o centro não apenas da análise dos dados, mas também da produção dos mesmos durante a entrevista. [...] A compreensão do fenômeno vai se modificando no decorrer do processo de pesquisa e é paulatinamente aprofundada durante o trabalho de análise. [...] A entrevista em contextos sociais está sujeita a várias intercorrências, não é asséptica, não está sob controle total do entrevistador. É importante se manter o foco nos objetivos de seu trabalho para aproveitar os imprevistos, sem deixar que eles os tirem do eixo do seu problema de pesquisa. (SZYMANSKI, ALMEIDA e PRANDINI, 2002, p. 71. Ibidem, p. 72 e 73.)

Ainda, abrangendo as categorias propostas diante de outros indicadores para analisar sua relevância como residual ou não, esteve sempre passiva a interpretação do analista. O teor das análises preenche requisitos de consistência e coerência para sua elaboração, atendendo aos critérios de relevâncias dos aspectos metodológicos para sistematização em seu fim.

O material que produzimos vem no viés de dividir com o/a leitor/a pensamentos e ideias que o provoquem questionamentos sobre a forma de organização social contemporânea camponesa, ou seja, que provoque no/a leitor/a inquietações ao mesmo tempo que traga respostas dentro das questões lançadas originalmente.

Nós, como pesquisadores, até aqui, destinamos energia e tempo, nos empenhando ao máximo para alcançar a profundidade e intensidade que o tema merece, porém, reconhecemos os limites intelectuais e físicos mediante o tempo, como por exemplo, seguir o cronograma de atividades elaborado.

Mencionamos ainda que, ao organizarmos e analisarmos nossos achados permitimos que os apontamentos dos sujeitos entrevistados estivessem sempre numa posição de destaque, mesmo que suas respostas nos tenham a frente e no controle.

No capítulo seguinte, expomos as ideias e pensamentos defendidos pelos/as autores/as complementados com nossa percepção diante das discussões, se revezando em colocações complementares, outrora, conflitantes.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Iniciaremos apresentando o problema e seus objetivos, em seguida faremos sua contextualização, situando o/a leitor/a através da fundamentação teórica desse capítulo que passará pelos documentos oficiais que nortearam o Curso em seu andamento.

A pergunta principal ao qual se debruça a pesquisa: Qual a contribuição do Curso da UNILAB para a inserção produtiva através da promoção da geração de trabalho e renda, na perspectiva do desenvolvimento rural cearense no sentido da melhoria de vida dos/as educandos/as e seus familiares?

Tendo como objetivo geral estudar a contribuição do curso na atividade profissional dos/as educandos/as relacionada a inserção produtiva no sentido da melhoria da vida. E seguidamente, dos objetivos específicos:

- Conhecer o projeto político pedagógico (PPP) do Curso, com destaque na agricultura camponesa;
- Verificar se houve inserção produtiva após a formação proporcionada pelo Curso;
- Identificar as atividades profissionais dos/as cursistas, anterior e posterior ao Curso.

Para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Formação e dos Projetos Produtivos fez-se necessário compreender o Programa Nacional de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica que contribuiu para o entendimento das abordagens metodológicas e pedagógicas, sua finalidade e pretensão desempenhadas nas comunidades e assentamentos para o fortalecimento da juventude rural. Já que,

no ano de 2011 a juventude rural organizada em diferentes movimentos sociais apresentou suas demandas em diversos ministérios e na Secretaria Nacional de Juventude. A principal preocupação dos e das jovens rurais é a ausência de uma política integrada que atenda às necessidades mais imediatas da juventude e que promova mudanças significativas no meio rural e na floresta. Constata-se que as políticas públicas relacionadas a esse importante e numeroso segmento da população ainda são dispersas e não respondem a uma situação perversa que gera exclusão do jovem e da jovem do campo brasileiro. (Secretaria Nacional de Juventude – 2014)

Onde, por meio da constatação dessa realidade e das pressões exercidas por esses setores da população ficou impossível para o governo em seus diversos níveis,

negar e ignorar a força e existência da juventude camponesa esquecida. A juventude camponesa brasileira reivindicou um projeto de desenvolvimento para o país que garantisse sua inclusão social, econômica e cultural, mas que reconhecesse o papel estratégico e protagonista da juventude para se alcançar esse objetivo.

Através de importante mobilização e intenso diálogo foi reafirmada a posição da juventude do campo, das águas e das florestas no compromisso com a construção de um projeto que englobasse toda a juventude camponesa. As duas prioridades apresentadas por esses/as jovens foram:

1ª. “criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento), que respeite os seguintes princípios: priorização, associativismo e cooperativismo; valorização de práticas agroecológicas alternativas; acesso à terra e reforma agrária; priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e no monitoramento dessa política; desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas; qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização; geração de renda respeitando a pluriatividade”; 2ª. a reafirmação da garantia do acesso da educação do campo a todos os jovens rurais. (Secretaria Nacional de Juventude – 2014)

Então, de um lado, a demanda da população camponesa que não aguenta mais ser massacrada e do outro lado, os interesses do Estado em equilibrar essas demandas junto as imposições dos ruralistas, dos latifundiários e do agronegócio, demonstrando total descompasso quando se trata dos valores destinados investidos nas políticas públicas de crédito e financiamento para ambos os lados.

O período de aprofundamento dessas questões foi o momento que surgiu algumas das primeiras inquietações que moveu essa escrita. A pesquisa busca investigar qual a contribuição do Curso referido no processo de formação técnica e cidadã, na perspectiva prática do ingresso as atividades profissionais dos/as educandos/as relacionada a sua inserção produtiva para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

A seguir, a explanação passará pelos documentos oficiais do Curso relacionando teoria e prática como projeto que nasce da reivindicação e organização da luta camponesa, na intenção de mediação concreta para a transformação real do campo na perspectiva da geração de trabalho e renda.

Para se chegar a necessidade da criação de ações voltadas a atender a juventude camponesa com visão na inserção produtiva, trarei um breve histórico da conjuntura política dos últimos anos perpassando as matrizes ideológicas e a origem de

sua elaboração. Isto é, através do olhar crítico perceber os fatos políticos e econômicos temporais globais como determinantes no empenho das políticas públicas no Brasil.

Após 14 anos do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo oito anos de Governo Lula e mais seis anos de Governo Dilma, um cenário se fortalece, a ampliação da participação direta da sociedade civil, que passa a ser consultada auxiliando na gestão pública federal do país.

Sob a coordenação da Procuradoria-Geral da República, em 2014, um grupo interministerial envolvendo 19 ministérios sugere a implementação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) como determina a Lei 11.129, no intuito de diagnosticar a juventude brasileira e os programas do governo federal.

Esse diagnóstico vai no sentido do governo se atualizar das demandas da juventude camponesa, identificar seus desafios e dificuldades na promoção de incentivos que fortaleça suas superações, e ainda, conhecer suas potencialidades humanas, ambientais e climáticas na estruturação física, tecnológica e produtiva.

E em relação aos programas do governo federal, fazer seu acompanhamento, monitoramento e avaliação referente a seus objetivos na diminuição das desigualdades sociais e da redução da pobreza.

Dentre algumas iniciativas para atender demandas de categorias diferentes e diferenciadas da população brasileira são criadas secretarias que buscam através das políticas afirmativas possibilitar o resgate a cidadania pela formação humana e técnica.

Vinculada à Secretaria-Geral, cabe à SNJ a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis.

Já o Conselho Nacional de Juventude é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os/as jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a instituir um Conselho específico para a Juventude. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil que é maioria no colegiado e reflete as diversas formas de organização e participação da juventude brasileira⁸.

⁸Maiores informações - <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude/secretaria-nacional-de-juventude/historico>

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ⁹) passa a ter um destaque no que tange a organização da população jovem, o crescimento do país está ligado diretamente na progressão do status quo dos indivíduos de uma sociedade e sua distribuição de renda e não em sua concentração.

Investir contra a desigualdade e injustiça social é investir na juventude, compreendendo ser esse um período da vida que precisa de atenção para o enfrentamento dos desafios e obstáculos, e ainda, entender que serão esses os sujeitos sociais ativos de potencialização na melhoria da qualidade de vida das famílias da classe trabalhadora. A sociedade não muda se seus sujeitos não mudam, essa relação dialética se evidencia na pressão de forças exercida entre governantes e governados.

A imobilidade no acesso as políticas públicas tornam infrutífera as ações executadas para a geração de trabalho e renda, ou seja, as insípidas ações do poder público com foco na juventude implicam diretamente em seus resultados.

Nesse sentido, a SNJ busca intervenções sociais de transformação na vida da juventude brasileira, passa a executar uma série de ações-piloto direcionadas a juventude rural, com o objetivo de resgatar a ausência de direitos.

Através dessas ações-piloto, destaco dois projetos que foram aprovados concomitantemente, um com execução em Brasília e outro no Ceará. Partindo do mesmo meio para os mesmos fins, os projetos foram aprovados em meados de 2013, o projeto de Brasília se iniciou dentro dos moldes propostos pela SNJ finalizando seus trabalhos no final do mesmo ano dentro dos prazos determinados.

Porém, o projeto do Ceará foi adiado pela necessidade de ajustes em seu plano de ação e adequações referente ao plano de formação. Alterações essas que caminharam para a censura, quando foi sugerido a não inserção de jovens dos movimentos sociais e sindicais para compor o grupo de facilitadores/as junto a exclusão ou adequação de algumas palavras e termos grifados pelo financiador por serem consideradas palavras de “duplo sentido”.

Com alterações que não mudassem o sentido das ideias e das intenções, também, não abrimos mão de construir esse momento junto aos companheiros e companheiras que historicamente constroem os espaços políticos do campesinato brasileiro, onde, sem eles e elas não concluiríamos com os resultados alcançados.

⁹ Maiores informações - <http://juventude.gov.br/juventuderural/acoes#.WW4PBojvIU>

As formulações e as reformulações duraram quase o período de um ano, então, somente no início de 2014 conseguimos tirar o projeto do papel. É sobre essa conjuntura e a execução do projeto do Ceará ao qual nos detivemos por ter sido o lugar de acompanhamento e de vivências experimentados por nós. Discutir ações emergenciais voltada para a juventude rural é incentivar a formação cidadã e técnica pensando em seu desenvolvimento responsável, determinante para o funcionamento do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social (Pajur).

Toda energia e ação acima concentradas se evidenciam pela principal bandeira das lutas dos povos e comunidades das águas, das florestas e do campo que buscam através da Reforma Agrária a democratização da terra e a descentralização dos modos de produção, onde, homens e mulheres vêm se construindo sujeitos históricos, protagonizando espaços de organização em todo o território nacional avançando juridicamente, entretanto, na prática essa realidade se concretiza através de mais lutas.

Ressaltamos o reconhecimento das especificidades dos grupos humanos, das peculiaridades territoriais, das diversidades climáticas e as pressões que sofrem os agricultores e as agricultoras familiares por parte do Estado e da iniciativa privada, por terem consciência dos projetos de sociedade que defendem.

Um que caminha no rumo da reprodução da exclusão, da injustiça e da desigualdade e outro que se contrapõe a ele, que produz inclusão, justiça e igualdade. Palavras essas que parecem assombrar o poder concentrador, patriarcal, coronelista, elitista, branco, burguês e urbano.

Para aqueles e aquelas que ainda não superaram a escravatura, fica o choque do projeto de sociedade que caminha para a qualidade de vida da população. Precisamos atentar para a difusão de projetos e programas compensatórios e complementares para a classe trabalhadora para garantir a ordem social.

Alguns territórios demonstram mais organicidade e maior articulação, apresentando no concreto seus avanços através das conquistas. Dentre essas conquistas que são produzidas na luta camponesa a educação tem destaque, pois a organização camponesa exige uma formação contextualizada e significativa que compreenda suas especificidades.

Uma educação que reflita princípios e valores do cotidiano da vida da classe trabalhadora do campo. Que sua rotina escolar seja a valorização de sua identidade cultural e da lua pela terra, debatendo o trabalho agrícola e não-agrícola, seus efeitos e

consequências no desenvolvimento das políticas públicas, atendendo as demandas reais do campo exigidas pelos movimentos sociais e sindicais camponeses.

Essas considerações citadas acima, fazem parte dos cuidados oferecidos na elaboração dos documentos oficiais que nortearam o Curso em suas ações. Segundo Ribeiro (2010), “terra e escola estão indissolúvelmente imbricadas na constituição do que os movimentos sociais populares identificam, com o sentido da unidade política e da historicidade, como camponês”.

Os movimentos populares do campo lideraram as discussões do projeto de escola com propostas pedagógicas e metodológicas que garanta e compartilhe experiências de auto reconhecimento, no intuito que o/a filho/a do/a trabalhador/a camponês/a tenha escolha em sua qualificação para cumprir com as exigências do mercado de trabalho, contra o fluxo da lógica capitalista de uma simples formação mecanicista e tecnicista.

Vários setores da sociedade civil ligados ao campo e a educação, promoveram conferências e seminários com o tema Reforma Agrária que culminou com o fortalecimento das reivindicações encaminhadas ao Governo Federal que exerce o papel de interlocutor com a população para a consolidação de políticas nacionais inclusivas que atenda os direitos sociais básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA¹⁰) aparece como fomentador de projetos e programas que vão no sentido de estimular a assistência técnica e extensão rural no auxílio à agricultura familiar potencializando diretamente sua qualidade de vida.

A UNILAB é uma das instituições parceiras do Governo Federal na execução de projetos que vincula junto ao campo a superação de seus desafios, promovendo melhorias sociais e econômicas em seu território de abrangência. O referido Curso de formação faz parte de uma das ações-piloto que a SNJ articulou para o desenvolvimento emergencial da juventude rural no sertão do Ceará.

O Curso atendeu trezentos jovens dos territórios de Crateús, Canindé e Itapipoca, sua abordagem pedagógica parte do projeto político de educação popular, trabalhando metodologias críticas nos conteúdos, promovendo a reflexão sobre as

¹⁰<http://www.incra.gov.br/1-conferencia-nacional-de-ater-define-novas-estrategias-para-a-extensao-rural-no-brasil>

práticas agrícolas com perspectivas na agroecologia, onde, essa dimensão sustentável trataremos mais à frente.

O Curso diferenciou-se na prática pedagógica por suas estratégias metodológicas: Freireana, Pedagogia da Alternância¹¹ e Formação por Pares, complementada pela Intervenção Participativa dos Atores¹² e pela Aprendizagem Baseada em Problema - *Based Problem Learning*, quando os elementos do planejamento estratégico participativo são considerados, ou seja, construir elementos iniciais para dar suporte ao processo pedagógico a partir do Fórum de Escuta e do Autodiagnóstico fornecendo informações que consolidem as estratégias e métodos articulados e aplicados no direcionamento da construção ampla de sujeitos críticos.

O trabalho foi realizado através de estratégias com foco no processo de formação dos/as participantes. O ponto chave foi fazer com que os/as facilitadores/as conhecessem metodologias participativas de planejamento territorial e que estivessem aptos a elaborar projetos produtivos coletivos com a participação de todos e todas na perspectiva do desenvolvimento responsável.

**FOTO 01 – FORMAÇÃO DOS/AS FACILITADORES/AS
SÍTIO GURGURI - REDENÇÃO/CE - 2014**



Fonte: Registro do Pesquisador (2014)

¹¹ Após cada segmento teórico, tempo-escola haverá um segmento de prática de campo, tempo-comunidade, no período de sete semanas e meia, com 168 horas de Tempo-Escola e 132 horas de Tempo-Comunidade, perfazendo 300 horas. Cada bloco terá quatro encontros presenciais, Tempo-Escola, de cinco dias letivos ou 40 horas semanais e um encontro final de oito horas, num total de 168 horas. Por sua vez haverá 04 encontros no campo, Tempo-Comunidade, sendo dois de cinco dias letivos ou 80 horas, um de três dias e meio ou 28 horas e um de três dias ou 24 horas, num total de 132 horas. (Plano de Formação)

¹² FURTADO, J.R.S; FURTADO, E.D.P. Intervenção Participativa dos Atores: uma metodologia para o desenvolvimento. Brasília, IICA, 2000.

O plano de formação do Curso diz: a fim de garantir a qualidade da formação, uma etapa preliminar se faz necessária no selecionar e mobilizar os/as facilitadores/as, responsáveis pelo repasse ideológico e crítico por meio das atividades nos ambientes de reflexão.

Após as palestras interativas, que aconteciam no ambiente de troca de saberes(ATS) ou ambiente de problematização com a presença de todos e todas no processo, seguia-se a sensibilização e a reflexão dos temas geradores através da divisão da juventude pelos ambientes de reflexão (AR), onde o envolvimento dos/as facilitadores/as fez diferença profunda na troca de saberes para a elaboração de novos conhecimentos.

**FOTO 02 - AMBIENTE DE REFLEXÃO DOM FRAGOSO
SANTUÁRIO NOSSA SENHORA IMACULADA RAINHA DO SERTÃO -
QUIXADÁ/CE - 2014**



Fonte: Registro do Pesquisador (2014)

Como já dito, a formação dos/as facilitadores/as foi de suma importância, uma vez que foram responsáveis em trios, pelas atividades nos ambientes de reflexão, para onde se dirigia cada turma¹³.

Uma vez selecionados os territórios, era feita uma revisão bibliográfica acompanhada do levantamento de dados secundários das regiões trabalhadas, em seguida, problematizados nos ambientes de reflexão.

¹³Para formação das turmas foram utilizados os critérios de proximidade de moradias dos jovens e a faixa etária. Tentar-se-á juntá-los, o máximo possível, numa comunidade/assentamento ou em comunidades/assentamentos próximos. Exceção para as comunidades dos povos tradicionais, que terão turmas específicas.

Foram elaboradas fichas pedagógicas para o desenvolvimento das atividades com detalhamento da temática em foco para o que exigia cada momento nos ambientes de reflexão.

Seu desenvolvimento obedeceu a Pedagogia da Alternância, isto é, métodos e técnicas aplicados junto ao deslocamento e internato de grupos, com um intuito de direcionar um isolamento potencializando a concentração, a abstração e a apreensão de conteúdos e práticas assegurando introjeção no processo de ensino/aprendizagem, onde, após cada segmento teórico, Tempo-Escola havia um segmento prático em campo, Tempo-Comunidade.

Os módulos estão assim denominados:

- (a) formação cidadã e participação social;
- (b) coletivos de auto-organização; capacitação para o trabalho e renda;
- (c) tecnologias de comunicação e informação e elaboração dos projetos coletivos de geração de renda.

Esses dois eixos chamados de Tempo-Escola e Tempo-Comunidade nos auxiliaram a trilhar essa caminhada. O Tempo-Escola aconteceu em Quixadá, deslocando assim, os grupos de jovens de suas cidades de origem para garantir o avanço do trabalho a cada semana que passávamos juntos (docentes, discentes e coordenação pedagógica).

O Tempo-Comunidade era o momento em que esses grupos de jovens retornavam para suas comunidades e assentamentos sob a orientação técnica do corpo docente, na intenção de relacionarem à formação teórica com suas práticas (agrícolas e pecuárias) assegurando o processo de ensino/aprendizagem.

Para além da formação técnica quando os/as educandos/as voltavam para suas comunidades/assentamentos e experimentavam o que aprendiam, não havia apenas o repasse técnico de informações para sua execução no retorno para casa, a formação buscou sensibilizar e consolidar sua identidade cultural, desenvolvendo o que é viver e trabalhar no campo.

Dos trezentos educandos/as matriculados no Curso, assistíamos cento e cinquenta por vez. O primeiro grupo do território de Crateús, e logo em seguida, o segundo grupo dos territórios de Canindé e Itapipoca.

Para às atividades gerais, nos reuníamos no espaço central chamado de ambiente de troca de saberes (ATS), onde, aconteciam abordagens dos temas geradores

através das palestras participativas, das aulas expositivas colaborativas e das apresentações interativas (teatro/jogo/mística).

Após esse encontro geral, esses cento e cinquenta jovens, eram divididos por cinco espaços que funcionavam como espaços educativos que ajudavam a consolidar os conteúdos inicialmente trabalhados.

Esses espaços eram nomeados de ambientes de reflexão (AR), em média trinta discentes por espaço. Esse tema gerador, era utilizado para estimular e capacitar a juventude na construção de novos conhecimentos visando o avanço cognoscente do coletivo através de seus próprios pares por meio de uma linguagem significativa, toda a construção socializada com os/as educandos/as de forma colaborativa.

Era proposto aos/as discentes homenagearem seus ARs com nome de pessoas que se destacaram na história local, nacional ou internacional, de alguma forma na luta contra as opressões. Por exemplo: tínhamos o AR Carlos Marighella, Dom Fragoso, Nazaré Flor, Frida Kahlo e Zumbi.

A Formação Por Pares se tratou de uma estratégia de atuação que visa selecionar sujeitos entre os grupos à trabalhar com o objetivo de fortalecer a comunicação potencializando a abstração das informações, foi desenvolvida com os/as facilitadores/as complementarmente, junto aos demais métodos e estratégias como subsídio pedagógico utilizado nos ARs para consolidar o agrupamento dos/as educandos/as, estrategicamente pensado no estreitamento dos laços entre os múltiplos indivíduos das diversas regiões atendidas, distribuindo assim, responsabilidades entre os/as cursistas estabilizando sua permanência.

As Estratégias Freireanas foram determinantes para a aplicação de métodos e técnicas junto a formação acima referida e nos auxiliou a trabalhar teorias científicas de maneira lúdica e concreta, na confecção de jogos didáticos e materiais pedagógicos. Essa estruturação das ideias Freireanas ajudou a compor o pensamento complexo e abstrato, no estudo das teorias e conceitos de forma divertida para a reflexão da juventude camponesa.

Todo esse esforço e energia empenhados pelo Curso tem na agroecologia sua força motriz para a potencialização da consciência da população jovem do campo, como agentes multiplicadores de seus princípios e valores no alavancar de práticas agrícolas e de produção sustentável.

A mobilização nos territórios de ação do Curso foi feita pelos parceiros envolvidos no processo de ingresso da juventude camponesa e teve o intuito de agregar o maior número de pessoas que se dispuseram em suas comunidades e assentamentos.

Tendo utilizado o Plano de Ação e Plano de Formação elaborados para a execução do Curso, abaixo fazemos relação com o que foi explanado acima, trazendo maiores contextualizações dos processos subjetivos e concretos do campo.

Para embasamento teórico utilizamos o Projeto das Unidades Produtivas que nos serviu de apoio e justificativa na utilização de argumentos que surgiu das discussões sobre inserção produtiva e o papel da Educação do Campo concomitantemente a participação da Juventude Rural.

3.1 Redes de Redistribuição Emancipatória como Projeto Político Pedagógico

Dos documentos disponíveis do Curso para os/as jovens atendidos/as, trabalhamos com o Projeto das Unidades Produtivas. A ação promovida versava não somente a superação da pobreza e da desigualdade social das famílias do campo assistidas, mas também, impulsionar os indivíduos a se tornarem agentes multiplicadores de transformação social pelo trabalho em suas comunidades e assentamentos, onde, teriam suas unidades de trabalho ampliadas pela agregação comunitária.

A segunda etapa do Curso perspectivava inicialmente às instalações das unidades produtivas sob a supervisão do corpo técnico e pedagógico dos/as facilitadores/as. Entretanto, diante da impossibilidade de sua instalação, os territórios desassistidos foram:

TABELA 01 - TERRITÓRIOS BENEFICADOS PELO CURSO

9 Municípios	Crateús, Novas Russas, Tamboril, Independência, Tauá, Quiterionópolis, Santa Quitéria, Canindé e Itapipoca.
12 localidades: 4 comunidades 8 assentamentos	Comunidades: Jatobá dos Umbelinos, Laje do Grande, Fidelis, Juá, Logradouro II, P.A. Frios, Serra do Limoeiro e Maceió. Assentamentos: Monte Alegre, Palestina, 1º de setembro e Santa Helena.
96 cursistas	Beneficiados com as Unidades Produtivas
811 famílias	Envolvidas diretamente no processo

Fonte: Plano de Trabalho do Curso (2014)

O número de cursistas e famílias envolvidas no processo de implementação das unidades produtivas evidencia o uso do termo rede de redistribuição emancipatória para a troca de saberes entre as unidades de trabalho, promovendo o fortalecimento da agricultura camponesa nas localidades.

O que deveria ter acontecido após instalados, os modelos exitosos seriam ampliados para outras localidades que estivessem de fora do processo inicialmente. Os/as jovens envolvidos fariam o papel de agentes multiplicadores dessas novas unidades em suas localidades sob a supervisão dos/as consultores/as e facilitadores/as.

Os novos conhecimentos e novas ações vivenciados pelos/as mesmos/as, ampliariam a geração de trabalho e renda já garantidos por lei, impulsionando a melhoria de vida camponês de forma sequencial, integral, orgânica e constante.

Os projetos das Unidades Produtivas apresentados a seguir, surgem da vivência dos/as educandos/as após refletirem sobre suas práticas e conhecerem tecnologias de auxílio no trabalho agrícola. Com um olhar sensível a suas demandas a ideia foi confrontar seus problemas e desafios com suas potencialidades e possibilidades.

O conteúdo do módulo III foi contextualizado e desenvolvido interligando o uso de tecnologias ao manejo de culturas, relacionando as bio-sistemas e os territórios de origem dos/as jovens. Essa informação problematizadora merece destaque quando sabemos que 82% do estado tem clima semiárido e a caatinga como bioma predominante.

O projeto está presente em 12 municípios do estado localizados em três territórios, Sertões de Canindé e dos Inhamuns e Vale do Curu Aracatiáçu. Dentro desses territórios temos jovens distribuídos em 37 assentamentos e 36 comunidades. O Curso envolveu diretamente 300 jovens trabalhando em 8 assentamentos e 4 comunidades, considerando as famílias dos 300 jovens da formação das Unidades de Trabalho do Tempo-Comunidade, somam 941 famílias.

Sabe-se que a média de moradores por família no campo gira em torno de 4 pessoas, temos o envolvimento direto de 4.705 sujeitos no campo, viabilizando a construção de uma forte rede de redistribuição participativa, rumo a emancipação.

O Projeto das Unidades Produtivas estimulava o desenvolvimento econômico dos assentamentos e comunidades, os/as jovens cursistas ficariam à frente da implementação e execução das unidades, fundamentadas na agroecologia. O Curso

propunha duas etapas: primeira – que tratava de eixos teóricos/práticos dentro das metodologias e pedagogias já citadas.

Formação cidadã e técnica eram temas abordados em todos os blocos, quando por último, foi feito um diagnóstico das comunidades e assentamentos, se encerrando a primeira etapa.

Porém, não parava por aí, esse diagnóstico era utilizado no projeto de idealização da segunda etapa para a elaboração dos Projetos Produtivos que atenderiam as demandas de cada localidade, respeitando suas particularidades e especificidades.

Mesmo diante dos resultados da primeira etapa, o projeto não encontrou apoio financeiro da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Foi exposta a situação para os/as jovens em assembleia geral e tirado uma dupla de educandos/as, acompanhados por um facilitador/a, seguindo para Brasília na esperança de conseguirem auxílio. A SNJ os recebeu, entretanto, não atendeu as suas solicitações.

Acreditamos ter experimentado um processo que culminou com a juventude entendendo sua força e poder, rumo a uma ação concreta de intervenção. Aconteceu no último Tempo-Comunidade no assentamento Logradouro II, com o grupo de Canindé e Itapipoca.

Logo após a informação da não realização da segunda etapa, a Coordenação do Curso junto com os/as facilitadores/as convocou uma assembleia geral e os repasses foram feitos.

Esse foi o único momento de fala do grupo gestor, em seguida abriu-se um debate sobre o futuro do Curso, várias falas seguidas umas das outras, muitos pontos de vistas, mas o que queremos enfatizar foi a maneira que essa dinâmica tomou sua forma.

O amadurecimento do grupo foi perceptível durante aquele um ano que passamos juntos, os mais falantes e carismáticos melhoraram em suas articulações, porém, o que chamou nossa atenção, foram os calados, os tímidos e os retraídos, muitos começaram a se manifestar com muita eloquência e segurança, fazendo suas colocações e expressando suas opiniões.

Foi um momento de muita euforia e emoção por vê-los tão seguros e independentes, mas de tristeza, por tudo pelo qual trabalhamos, poderia se perder pela falta de recursos concretos e materiais para a consolidação dos estudos teóricos e práticos nas Unidades de Trabalho.

O grupo que foi a Brasília retorna e os repasses não são alentadores. Tenta-se ainda apoio do Governo do Estado, não avançamos além de uma reunião para a

explicação do projeto. Então, em meio a segunda parte do projeto escrito e as unidades produtivas elaboradas não tivemos condições de executar a segunda fase.

Para situar o/a leitor/a, segue abaixo um recorte do documento oficial dos Projetos Produtivos o qual nos referimos acima. A geração de trabalho e renda foi foco das discussões para organização dos/as educandos/as, todavia, o Curso suspende a segunda etapa, engavetando os projetos produtivos.

Como já dito acima, 82% do estado cearense tem o semiárido como clima e a caatinga como bioma dominante, precisamos salientar que há uma acentuação da problemática com o processo de desertificação. As famílias camponesas enfrentam cotidianamente essa realidade e muitas estão numa total situação de isolamento por parte do Estado.

É objetivo das unidades produtivas que o desenvolvimento nas unidades de trabalho do Tempo-Comunidade deva ser implementada nas demais localidades, numa possível continuidade, onde, residem os/as jovens envolvidos.

Portanto temos o envolvimento de 2.765 famílias, ou seja, 12.001 pessoas nos três territórios do estado, é quando esse envolvimento indireto é importantíssimo para o alcance dos objetivos do Curso.

O momento atual traz algo fundamental, perceber a necessidade de uma prática coerente que tem como consequência dos estímulos através dos conteúdos o desenvolvimento dos estágios de consciência dos/as jovens. Percebendo a necessidade de lutar pela continuidade da formação como política pública para a juventude rural, quando discutiremos nas análises dos conteúdos.

Compreendemos essa desarticulação da segunda etapa como uma contradição explícita aos objetivos do Programa Nacional de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica que visa a transformação social, o fortalecimento da agricultura camponesa e a garantia da extensão rural.

O que vimos foi a negação da possibilidade da superação pontual de alguns territórios do semiárido e manutenção real das contradições estabelecidas entre as ações federais e as demandas da população.

Diante dessa situação, buscou-se os parceiros (MST, FETRAECE e PJR) na tentativa de através da unidade, aumentar as chances de efetivar a segunda parte do projeto, pois, a angústia se baseava na possibilidade da perda de tudo que havia sido trabalhado e construído junto a juventude camponesa até aquele momento. Os/as

envolvidos no Curso perceberam a falta de capilaridade e base social necessária para uma pressão diante dos órgãos e instituições ligadas ao governo e suas esferas.

Diante dessa emergência, outra situação se apresenta, a necessidade de exercer pressão política através do peso dos movimentos parceiros. A ideia era encaixar o Curso em suas pautas como demanda qualificada, advinda de um processo de formação construído por eles, onde, dentro desse processo coerente e avançado buscassem subsídios de incorporação e execução das unidades produtivas.

A tabela a seguir mostra os assentamentos e comunidades considerados Unidades de Trabalho, ou seja, onde foram desenvolvidos os Tempos-Comunidades. A tabela mostra, também, a quantidade de jovens residentes em cada unidade proporcionando o/a leitor/a visualizar a rede de redistribuição construída e como se daria sua execução inicial junto ao desenvolvimento do sertão cearense.

TABELA 02 - LOCALIDADES DO TEMPO-COMUNIDADE, NÚMERO DE CURSISTAS E FAMÍLIAS

Comunidades/Assentamentos Contempladas com as Unidades de Trabalho do Tempo Comunidade					
Município	Localidade	Comunidade	Assentamento	Nº de Cursistas	Nº de Famílias
CRATEÚS	Jatobá dos Umbelinos	X		6	62
NOVA RUSSAS	Lajedo grande	X		5	115
TAMBORIL	Ass. Monte alegre		X	6	25
INDEPENDÊNCIA	Ass. Palestina		X	6	50
TAUÁ	Ass. 1º setembro		X	4	23
QUITERIONÓPOLES	Fidelis	X		11	68
SANTA QUITÉRIA	Juá		X	4	230
CANINDÉ	Logradouro II		X	13	32
	Ass. Santa Helena		X	8	51
	PA Frios		X	5	25
	Serra do Limoeiro	X		13	30
ITAPIPOCA	Maceió		X	15	100
9	12	4	8	96	811

Fonte: Projetos Produtivos do Curso (2014)

Vale ressaltar que em cada unidade de trabalho a juventude beneficiada seria acrescida do dobro deste número, pois, os/as jovens não cursistas residentes nestas

áreas se envolveram durante a execução do Tempo-Comunidade, confirmando a previsão agregadora no alcance de parceiros/as moradores/as nesse processo participativo.

Mediante a toda explanação sobre o documento acima, a primeira parte do Curso foi importante para a formação da juventude rural, entretanto, enfatizo a segunda etapa como determinante para a materialização de suas demandas, quanto as implicações positivas das condições concretas dos/as cursistas em seus territórios, potencializando a melhoria da qualidade de vida no semiárido do sertão do Ceará.

Além de garantir inserção produtiva, seriam os/as próprios/as jovens que estariam a frente da gestão dos projetos para sua geração de trabalho e renda, estando passivo de adequações e alterações que se apresentassem em seu andamento.

Realinhar economicamente esses territórios através das unidades produtivas em suas unidades de trabalho possibilitaria a criação de uma rede de redistribuição para a troca de conhecimentos e tecnologias entre as unidades, sempre na perspectiva da coletividade e do associativismo.

Fora do contexto assistencialista e populista uma proposta inovadora que comprovou sua eficácia através dos resultados. Inicialmente, visava a superação das dificuldades das famílias camponesas envolvidas no processo, uma proposta que apresentou um caminho real para a transformação de problemas históricos do semiárido cearense através da força do trabalho agrícola camponês.

Um projeto que teve em seus objetivos características para a construção da independência e da autonomia de sujeitos oprimidos e explorados, alguns presos em contextos de total dependência junto ao Estado ou a particulares.

O Curso se torna um risco para a ordem social, sem apadrinhamento político ou amigos influentes, o desinteresse de seu investimento por parte das autoridades aparece diante da compreensão desse cenário.

Lembrando que a atual situação do campo se deu pelo descaso e abandono intencionais ao longo do tempo. Hoje, a SNJ diz buscar ações emergenciais voltadas para a diminuição dos impactos socioculturais com critérios propostos pelas políticas públicas que abordam a assistência técnica e a extensão rural para o desenvolvimento do/a pequeno/a agricultor/a familiar.

Para isso, buscou-se tanto nos documentos institucionais federais, quanto nas diretrizes da SNJ a elaboração dos documentos oficiais do Curso direcionando sua qualificação com base na agroecologia.

Na sequência, desenvolvemos uma síntese histórica da agroecologia, discutindo a razão de sua criação e o oportunismo econômico em torno dela. Sua contribuição nas práticas produtivas agrícolas, sua visibilidade global e o entendimento de seu conceito.

3.1.1 Formação Agroecológica: caminho a diminuição da desigualdade social?

Mesmo não entrando como categoria conceitual, a formação agroecológica merece um destaque por estar sempre alicerçando e direcionando os pilares das políticas públicas nacionais que norteiam os projetos e programas ligados a agricultura familiar.

O Curso desenvolveu-se pensando nos conceitos, princípios e valores da agroecologia, sua idealização propõe uma mudança nos modos de produção, ou seja, afirma seu posicionamento político no entendimento da valorização da vida através da segurança alimentar, identidade cultural e responsabilidade ambiental.

Entendemos que há uma espiritualidade na relação cíclica do ser humano com seu trabalho, dando sentido a vida. Nas mais distintas dimensões humanas a consciente é responsável pela capacidade de intervenção no meio ambiente em equilíbrio com os demais elementos que coabitam e coexistem entre si, concomitantemente.

Para falarmos de agroecologia, precisamos falar de seus antecedentes. Ainda na Segunda Guerra Mundial, os países centrais passaram por um processo de destruição e empobrecimento, nesse momento surge um novo paradigma de agricultura desenvolvido pelas oligarquias econômicas, gerando um programa de modernização agrícola no final de 1940.

O objetivo do programa era aumentar a produção e a produtividade agrícola através do uso de máquinas, da fertilização do solo e da alteração genética de sementes, desencadeando um processo de inovação e grandes investimentos no campo para a superação da pobreza.

O grupo Rockefeller com sede em Nova Iorque, provém de uma das famílias mais ricas dos Estados Unidos. Constituída de industriais, políticos e banqueiros, comandou a indústria do petróleo durante um século e usou de sua influência para tendenciar a política e a economia estadunidense.

Criaram um método que desenvolvia a adaptação de sementes aos mais diversos climas, o solo seria tratado com adubação química junto a utilização de maquinários pesados. Propagandearam seu slogan: “acabar com a fome no mundo”.

Foram os financiadores do programa que garantia que sua tecnologia livraria os plantios de pragas e doenças através do uso de agrotóxicos e fertilizantes. Por meio dos fortes acordos, políticos e econômicos, impulsionaram o consumo de seus insumos agroquímicos, com destaque para a Índia, México e Brasil, dentre os países ditos, em desenvolvimento.

Em 1966 com a força e a adesão necessárias, aparece uma nova expressão, a Revolução Verde¹⁴. Essa expressão foi criada por William Gown, em Washington na Conferência de Estocolmo, quando demonstrou seu interesse pelo desenvolvimento dos países com déficit de alimentos, onde, seus métodos eram baseados na tecnologia para suavizar o trabalho camponês.

Em 1968, o Clube de Roma¹⁵ inicia um movimento para discutir a ação predatória do meio ambiente de uma perspectiva mundial, encabeçado pelo industrial Aurélio Peccei, gestor da Fiat e Olivetti, além de diretor da Italconsult, e o cientista Alexander King.

No ano de 1972, um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts entrega o relatório encomendado que trazia sugestões e propostas com os princípios de desenvolvimento sustentável enfatizando o meio ambiente, os recursos naturais, as ações no mundo e a finitude do Planeta Terra.

O relatório conhecido como “Os Limites do Crescimento”, mostrou-se bastante atual e inovador. No mesmo ano, na Conferência de Estocolmo foi utilizado como norteador das discussões sobre o ambiente humano por sua propriedade com as temáticas.

Percebe-se a interligação e complementação temporal de ações desde o final de 1930 até 1970, a criação da lei do ar puro, a rejeição do modo de produção por meio de venenos, o ambientalismo se populariza, o movimento hippie adere a preservação da natureza e surge o “Greenpeace”.

Queremos chamar a atenção para as formas que o capital encontra de se infiltrar e nortear os princípios e valores das políticas de governo e políticas de estado através da expansão de ações entre público/privado, do desvio de responsabilidades de

¹⁴<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm>

¹⁵ <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/o-clube-de-roma-1972/20122>

corporações para ações individuais e pela falta de compromisso social das instituições governamentais.

A partir de 1980, a sociedade demonstra sua insatisfação através de organizações que passam a ter mais visibilidade e maior organização social. Consegue legitimidade e fortaleza na luta a favor da proteção do meio ambiente e da segurança alimentar. Nos anos de 1990, a discussão sobre a crise ambiental, a necessidade de readequação econômica e o apelo social constroem um cenário mundial em defesa da natureza.

As pressões sociais e as organizações ligadas ao meio ambiente, foram responsáveis pelos avanços jurídicos de monitoramento, regulamentação e fiscalização que, por sua vez, levavam o jeito de agricultura viável no sentido da preservação da vida.

Como partida das discussões sobre as questões ambientais, ressaltamos os encaminhamentos que foram gerados como acordos internacionais para a diminuição dos indicadores da depredação, este trabalho suscitou a tabela abaixo:

TABELA 03 – ACORDOS INTERNACIONAIS

GRUPO ROCKEFELLER E CLUBE DE ROMA	
Ano	Fato Provocado
1972	- "The Limits to Growth" Relatório - Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas
1979	- Convenção de Berna sobre Habitat Protection (Conselho da Europa) - Convenção de Genebra sobre a Poluição Atmosférica
1980	- Estratégia Mundial de Conservação (IUCN) - Relatório Global 2000 (E.U.A.)
1983	- Helsinki Protocolo sobre Qualidade do Ar (ONU) - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU)
1987	- Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio (ONU) - Nosso Futuro Comum (Comissão Brundtland, em nome da ONU)
1990	- Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (CE)
1992	- Rio Summit Agreements (ONU) - Nossa Herança Comum (UK)

	- Conferência Eco-92/Agenda 21 (ONU)
1994	- Agência Europeia do Ambiente estabelecida (UE)
1997	- Conferência de Kyoto sobre o Aquecimento Global ¹⁶

Fonte: Elaborada pelos/as autores

É de responsabilidade dos governantes um processo de desenvolvimento sustentável que permeie o resgate da cidadania da população mais pobre: acessar os meios para condições aceitáveis de sobrevivência, garantir políticas públicas na formação humana e profissional, assegurar a participação social nos espaços democráticos para a exposição de suas decisões no cenário, nacional e internacional.

É necessário adotar um paradigma compatível com os limites das reservas naturais que o planeta tem. A conscientização é um instrumento emergencial a ser desenvolvido, colaborando com as metas a serem atingidas na mesma proporção. A população rica do planeta precisa entender com seriedade a sombra do esgotamento natural ao qual vivemos.

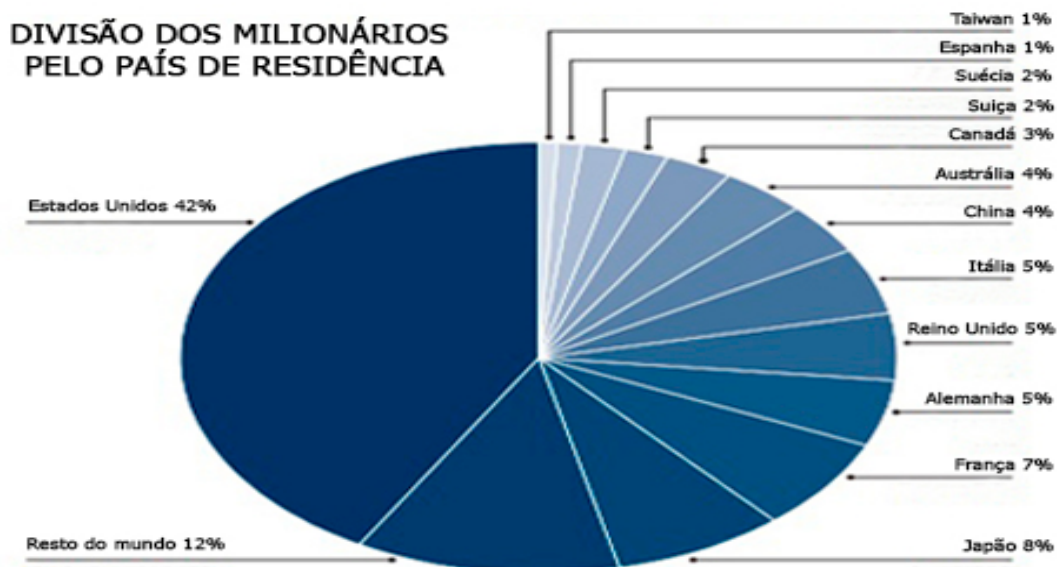
Nesse movimento, o poder hegemônico mostra sua força e assume um papel central nas discussões sobre a temática, inclusive se apropriando de termos e expressões que antes se opunham.

As organizações multilaterais através de imposição financeira internacional refletem seus esforços nas ações de controle e retenção da política nos países periféricos. O capital diante de uma crise ou se sentindo ameaçado de alguma forma, não mede esforços para manter seus altos lucros e investimentos, metamorfoseando-se.

A política velha do Estado Novo tem seu foco na administração e manutenção de seus lucros, mesmo que o canal seja a vulnerabilidade da população, independente do poder econômico do país, pois, a lógica do sistema capitalista se impõe a todos, em todas as direções, em suas formas mais diversas.

¹⁶ http://www.sustentabilidades.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid

GRÁFICO 01 – DIVISÃO DOS MILIONÁRIOS PELO PAÍS DE RESIDÊNCIA



Fonte:OIT (2013)¹⁷

Essa afirmação é tanto verdade que vários problemas sociais se ampliaram ao longo do tempo. O gráfico acima reflete o crescimento da desigualdade pelo mundo, incluindo os países desenvolvidos que diante da crise econômica instalada em 2008, teve seu efeito cascata iniciado pela Grécia, massacrando a classe trabalhadora na retirada de direitos trabalhistas históricos, demonstrando que mesmo para os países ricos, o capital impõe um limite para o desenvolvimento sociocultural.

Em 2013 a Organização Internacional do Trabalho (OIT), demonstrou através do gráfico acima que entre os anos de 2010 e 2011, das 26 economias desenvolvidas, 14 despontaram nos índices de desempregos mais duradouros e o agravante na fragmentação das condições de trabalho, superando o total de 200 milhões de desempregados no mundo.

Mesmo com as superproduções, os países em desenvolvimento não sanaram a fome de suas populações. Um ponto foi a privatização da produção interna que já tinha foco no abastecimento dos países ricos como o Japão, Estados Unidos e outros países da União Europeia.

Atualmente a China deu um salto no consumo de alimentos a nível mundial, passando a fazer parte desse grupo, mesmo tido como emergente. Outro ponto foi o

¹⁷<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/31831/mapa+da+desigualdade+em+2013+07%25+da+populacao+detem+41%25+da+riqueza+mundial.shtml>

endividamento dos/as pequenos/as agricultores/as por não conseguirem acompanhar o novo projeto implementado, entregam suas propriedades como pagamento de suas dívidas, intensificando o empobrecimento no campo, seguindo a lógica da Reforma Agrária de Mercado conduzida pelo Banco Mundial.

O empenho político global é outro ponto que perpassa pelo desenvolvimento sustentável, junto aos interesses que não são estáticos, as pressões em meio a exploração dos recursos, o crescimento tecnológico e a necessidade das instituições de acompanharem essas transformações.

É quando nos esbarramos em medidas intencionadas no aceleração do consumo e na redução da durabilidade dos produtos. Baseado nesse pensamento, podemos afirmar que:

[...] no mundo fabrica-se sete vezes mais produtos do que fazia relativamente em pouco tempo, nos anos 50. Considerando as taxas de aumento populacional, será necessário elevar de cinco a dez vezes a produção de manufaturados apenas para fazer com que o consumo desses bens no mundo em desenvolvimento atinja os níveis do mundo industrializado quando as taxas de aumento populacional se revelarem no próximo século. (COMISSÃO de BRUNDTLAND, 1991, p.17)

Neste século observamos através da força política dos organismos multilaterais e seus monopólios, a democracia e a liberdade dos países pobres virarem moeda de troca, contribuindo para a permanência do status quo da população mundial.

Esse é um cuidado que se deve ter quando vemos políticas sustentáveis lideradas por políticos, banqueiros e industriais conservadores, em contradição ao desenvolvimento sustentável como:

[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:

- O conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima principal;
- A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras. (COMISSÃO de BRUNDTLAND, 1991, p. 46)

Alguns estudiosos comentam em suas obras que o conceito de sustentabilidade seria muito amplo, porém, extremamente vago. Sua dissolução estaria tão evidente que implicaria na percepção dos seus próprios agentes, que o utilizariam sem o devido aprofundamento crítico.

Surge a partir do Relatório de Brundtland uma intensa pesquisa mundial sobre o desenvolvimento sustentável, é nesse relatório que o termo sustentabilidade é usado pela primeira vez em documentos oficiais.

Segundo Bellén (2012), “[...] a base do conceito de sustentabilidade é a utilização dos serviços da natureza dentro do princípio da manutenção do capital natural, isto é, o aproveitamento dos recursos naturais dentro da capacidade de carga do sistema”. Essa lógica da preservação se choca diretamente contra a lógica do lucro. O princípio da manutenção do capital natural se choca com o princípio burguês econômico vigente. “Neste sentido, iniciativas mais efetivas para alcançar a sustentabilidade são necessárias, incluindo-se o desenvolvimento de ferramentas que estimulem o envolvimento da sociedade civil e que avaliem as estratégias de desenvolvimento, monitorando o progresso” (BELLÉN apud WACKERNAGEL & REES, CHAMBERS, 2012, p. 72).

Em meio as discussões sobre as conceituações dos termos a serem adotados para preenchimento de documentos oficiais é preciso perceber as intenções de tais inclinações na elaboração desses mesmos documentos que foram utilizados para direcionar as políticas públicas dos países envolvidos nas determinações ambientais, como a Agenda 21¹⁸.

A exploração inescrupulosa das riquezas naturais traz consigo peculiaridades no impacto global ambiental e nos territórios de forma específica, refletindo diretamente na saúde da população, elevando os indicadores de desequilíbrio social que medem o desenvolvimento e a devastação do planeta.

A burguesia apropriou-se do Estado e da sociedade civil, essa característica se evidencia pelo mercantilismo vivenciado pela população através das políticas públicas implementadas, observada na disputa de força entre os traços socialistas e atributos neoliberais.

O texto acima traz essa reflexão sobre os condicionantes da permanente ordem social, o governo em sua maioria, composto ou financiado pelas elites, transformam a sociedade civil complacente, em um grande balcão de negociação para a disseminação do livre comércio, jogando-os contra seus pares, em detrimento da confiança da população.

¹⁸<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

Abaixo, buscarei dar continuidade à discussão, delimitando e aprofundando o tema, relacionando-o ao papel social da educação, onde, os comprometimentos não passam de falácias revolucionárias, incorporando a prática institucional nos espaços educacionais.

3.1.2. Agroecologia como Processo de Desenvolvimento Humano para a Vida

Ao falarmos de desenvolvimento humano, tratamos da relação social: meio ambiente e atividade econômica mundial. Os modelos adotados são autodestrutivos e não comportam a demanda crescente, em detrimento do capital natural global.

A principal preocupação da agroecologia é com a exploração indiscriminados recursos naturais, em questão a matéria-prima finita das reservas naturais que ainda existem no planeta. Entretanto, se observa que nessa velocidade, toda a reserva natural global está comprometida, se não houver imediatamente, ações conscientes deliberadas por parte dos governantes, se estima que nesse ritmo, o planeta não resistirá mais cem anos.

Mas a agroecologia não é somente uma mudança no modo de produção é um posicionamento crítico, político e filosófico. A fundamentação da agroecologia está em se basear na forma de vida das antigas comunidades tribais que ao longo do tempo se mantiveram em equilíbrio com seus ecossistemas.

Compreendendo o homem e a mulher como partes integrantes dessa imensa engrenagem que chamamos de natureza, os sujeitos estão inseridos em algo maior que eles, pois, por maior que seja seu poder de dominação, também, depende da permanência desse mesmo ecossistema dominado para existir.

Esteticamente, os sujeitos se relacionam com o mundo de forma dialética, manifestam seus desejos e imprimem suas vontades de acordo com suas elaborações psicológicas e emocionais. A ideia é que haja um fortalecimento na sensibilização da autopercepção nos processos, quando esse fenômeno não ocorre gera a falta de consciência, que leva a uma ação sem significação, ou seja, a alienação.

Também, podemos dizer que a naturalização da inversão de princípios e valores que estamos expostos diariamente proporciona a falta de inteligência emocional e maturidade, passando a terreações infantis e egoístas diante da vida, perdendo a capacidade de considerar questões partindo de um referencial fora de si.

O consumismo é um dos braços do capital, no qual sua lógica funciona em parceria com o individualismo. As pessoas se relacionam afetivamente com as coisas e reificam as pessoas em suas relações, as coisas passam a ser extensões das pessoas, mais além, passam a ditar quem elas são, nessa relação as subjetividades dos sujeitos são construídas de forma cada vez mais profunda e intensa, entretanto, seu produto final é a superficialidade e a futilidade habitantes.

Em meio a pressão social, os países têm se reunido para definirem os rumos do controle de extrações das riquezas naturais, entretanto, os países mais ricos e por sua vez os mais poluentes, repassam essa responsabilidade para os países mais pobres, ou seja, os países que menos poluem, ficam com a responsabilidade de maior redução da poluição.

Equilibrando seu cálculo compensatório, os países ricos não sedem o proporcional ao que poluem para que haja um impacto real e significativo. O que vemos é um sistema ao qual não tem responsabilidade econômica, muito menos viabilidade ambiental para a gerência de recursos naturais não-renováveis.

Tem crescido o debate em meio a deprecação do meio ambiente, todavia, essa consciência parece não alcançar os governantes, que irredutivelmente não sedem as pressões sociais ligadas a renovação dos biomas e sistemas naturais.

Ilimitável é o tamanho da ganância ao qual estimula o avanço do capital, nesse sentido, a população que produz toda a riqueza é deixada de lado, entregue à própria sorte para lidar com a pobreza, o adoecimento e a morte que se dão em longa escala.

Esses reflexos em suas dimensões são combatidos, compreendidos e trabalhados na direção da agroecologia que busca combater o condicionamento a pobreza, o adoecimento em massa e a morte prematura da população mundial.

O que os/as governantes chamam de crise são fenômenos de desequilíbrios produzido por eles/as mesmos/as que desorganizadamente empreendem contra o capital natural, fortalecendo grupos hegemônicos e expandindo suas ideais imperialista, em detrimento de toda a vida do planeta. “O nível de crescimento econômico médio da economia avaliado pelo crescimento do PIB tem sido de 4% ao ano, o que implica um tempo estimado de 18 anos para dobrar a atividade econômica”. (BELLÉN, 2006, p. 71)

A pesquisa científica e a extensão rural foram dois pontos fundamentais para que houvesse a difusão do modelo que foi elaborado pós-guerra para atender a

necessidade de alimento dos países desenvolvidos e que alguns anos depois ganharia notoriedade nos países latinos.

Esse entendimento da agroecologia implica diretamente na qualidade de vida dos sujeitos, porque preza pela soberania alimentar da população como um movimento no sentido do progresso e desenvolvimento responsável, se contrapondo ao uso de métodos e técnicas que tenham por único objetivo a acumulação material. Segundo Altieri (2014):

o objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

A agroecologia convida os seres humanos, hóspedes do mundo, a cuidarem de sua casa maior, o planeta. As categorias e grupos sociais que constituem a sociedade, independente de classe social, precisam conscientizar-se para que num esforço único e maior, apareça a eficácia nessa colaboração, isto é, todos e todas empenhados/as através de meios para uma resolução, geral e global, para um mesmo fim maior.

Pode parecer piegas ou clichê, entretanto, não se trata de uma visão romântica da relação do ser humano com a natureza, são reais os níveis de depredação do planeta. Algumas das questões de cunho ambiental são: as escalas alarmantes da transformação de climas e vegetações, o descaso da poluição da água e do solo que em vários casos são irreversíveis, a extinção de espécies da fauna e da flora mundial, o desprendimento das geleiras árticas, o aquecimento global, a intoxicação pelo ar nas grandes cidades, dentre outras.

Algumas das questões de âmbito social: a economia e a política para a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, da desigualdade social, dos abismos entre as nações, do massacre nas relações de trabalho e acesso a serviços básicos essenciais de qualidade, na garantia da vida mais frágil ou delicada, independente de humana ou não humana.

Agora a situação cultural, nos referimos aos princípios e valores que deveriam ser reforçados diariamente, nos impregnando: a formação ampla do sujeito na perspectiva da humanização das relações, o direito pela igualdade de ser, viver a solidariedade e o amor, tolerância as diferenças, essas questões abstratas e subjetivas

são questões que se interligam com as questões acima para sua complementação e viabilização.

Compreendendo o ser humano como um ser que faz parte da biodiversidade, se relacionando com os demais elementos que compõem esses biomas, existindo na esfera da espiritualidade como característica intrínseca humana, dar sentido e significado ao inter-relacionar-se entre si e com as coisas em suas outras dimensões.

Acaba que a agroecologia, luta dos movimentos sociais do campo, se torna um desafio a ser alcançado para as nações, suas técnicas não devem ser deturpadas em ações e estratégias que ao invés de promover a conservação e a reabilitação de ecossistemas, são manipulados gerando desequilíbrio, seja ele de ordem ambiental, social ou cultural. Afirmar Altieri (2004), “[...] a agroecologia como nova área do conhecimento, como forma de produção e como verdadeiro movimento social”.

Os paradigmas que surgiram desde o pós-guerra geram crises ambientais, sociais e culturais até a atualidade através do pensamento unilateral, fortalecendo monopólios econômicos e comerciais, revelando o oposto do que seus slogans anunciavam: erradicação da fome, da pobreza e da miséria. Assim, podemos dizer que:

a crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em recursos em termos favoráveis, nem se adequaram às suas condições agroecológicas e socioeconômicas (ALTIERI, apud CHAMBERS e GHILDYAL, 2004, p. 20).

Talvez o conceito de agroecologia seja unânime sem ser controverso pela sua importância quanto a complexidade demonstrada nas relações intrínsecas socioeconômicas e ambientais, ou seja, seu conceito deve abarcar todo o processo produtivo, desde sua concepção a execução, inserindo as várias esferas sociais, envolvendo seus níveis de atuação para a construção de um modelo de produção, ao qual o seu resultado proporcione elevação ética, estética e política na vida da população, promovendo grandes resultados socioculturais e econômicos na promoção da vida e diminuir, significativamente, os impactos ambientais para a garantia da qualidade de vida das gerações futuras.

A ideia é que uma abordagem agroecológica, seja capaz de potencializar o saber do/a agricultor/a, onde, sua técnica seja aliada a interações sinérgicas que o munam de condições para a realização do seu trabalho com o mínimo possível de insumos agroquímicos e energéticos, externos ao agroecossistema no desenvolvimento dos sistemas agrícolas.

Suas práticas estão ligadas a superação dos desafios ambiental, territorial, econômico, social, cultural e tecnológico. “Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico” (ALTIERI apud BROKENSCHAW, WARREN e WENER, 2004, p. 29).

Numa construção de sistema agroecológico, o agroecologista precisa ter sensibilidade ambiental, conhecimento técnico e humildade para lidar com o/a agricultor/a, pois, será através desses pontos que surgirá a possibilidade de integração entre os organismos sociais e naturais de coexistência, produzindo um ambiente de desenvolvimento viável para a formação de um ambiente rico e equilibrado, garantindo uma produtividade saudável.

Se alguma situação desfavorável se apresenta para o/a agricultor/a, mesmo aquele/a que vem desenvolvendo sua agricultura dentro da concepção de desenvolvimento responsável e as adversidades como as pragas ou a infertilidade do solo aparecem, as técnicas agroecológicas que tratam dos ecossistemas, buscam resoluções dentro do próprio biosistema, onde se apresentou a situação.

Se o problema persistir e for necessário o manuseio de inseticida ou fertilizante, a agroecologia é preparada para encarar sua utilização com precisão para não provocar danos desnecessários ou irreversíveis.

O estresse de um ecossistema é gerado por seu desequilíbrio e desgaste, nesse momento as pragas, as doenças ou dificuldades com o solo precisam de tratamento com o objetivo de reestruturação ecológica.

Trabalhando em conjunto com elementos nativos do sistema local, ou também, incorporando novos elementos naturais, provocam melhorias ou aperfeiçoam a vida que habita naquele sistema no controle das plantas, do solo, de nutrientes, da luz solar, da umidade, etc.

A preservação da biodiversidade nos sistemas agroecológicos contribui para seu fortalecimento, no sentido de ajuda mútua e autodefesa entre as espécies de solos,

plantas e animais, criando uma rede complexa de interação contribuindo com o bom funcionamento dos bioecossistemas integrados, estimulando:

[...] o aproveitamento de interações e sinergismos complementares pode resultar em efeitos benéficos, pois:

- cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo;
- assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar, produção de alimentos e outros produtos para o mercado;
- fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais;
- contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento;
- intensifica o controle biológico de pragas fornecendo um habitat para os inimigos naturais;
- aumenta a capacidade de múltiplo uso do território;
- assegura uma produção sustentável das culturas sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente (ALTIERI apud ALTIERI, LETOURNEAUA e DAVIS, 2004, p. 25).

O conhecimento empírico do camponês e da camponesa, estão na linha de frente estruturando e sistematizando os outros conhecimentos subsequentes que servirão para o trabalho suavizado pelo planejamento. Potencializando o/a agricultor/a e a agricultura adaptações sazonais, caso haja necessidade, ou diante de um imprevisto, solucionar problemas com menos esforço.

Pesquisadores constataram que essas são informações cruciais para: a restauração de ecossistemas devastados, o aprimorando de tecnologias locais, a valorização do modo de vida do campo e o desempenho das agriculturas locais. Trabalha de forma colaborativa três pilares do desenvolvimento sustentável, o ambiental, o social e o cultural.

As famílias camponesas são precursoras do pensamento e da prática agroecológica, potencializando fontes agregadoras no conhecimento científico como a etnociência, ou melhor, a ciência que estuda o conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado que faz parte da composição do conceito de sustentabilidade.

Através dessas observações, esses grupos constroem um saber que é repassado para a geração seguinte, usualmente pela oralidade. Muitos desses grupos tradicionais passam a vida acompanhando o comportamento do solo, das plantas e dos animais.

Isso tudo pode parecer-nos, no primeiro momento irrelevante, todavia, todo o esforço e conhecimento que forem desenvolvidos para auxiliarem no trabalho do campo, terá seu valor reconhecido, pois, o clima e o tempo são dois fatores que não se combatem, aprimoram-se técnicas para o seu convívio.

Essa realidade nos remete a urgência de combatermos a degradação do meio ambiente, mas também, a busca de tecnologias para a melhoria da condição de vida do trabalhador do campo. Esse combate é possível com conscientização e a educação que passa a ter um papel social fundamental de estimular jovens camponeses a superar dificuldades partindo de suas próprias realidades.

A educação passa a ter um lugar de destaque na luta camponesa no Brasil com a crescente dos acampamentos e assentamentos, pois, nas ocupações as famílias trazem suas crianças, geralmente, na idade escolar. Sua importância surge pela preocupação com a formação de seus filhos, e quando aparece a pauta de uma educação contextualizada nas bandeiras de luta encabeçada pela Reforma Agrária.

A Educação do Campo como modalidade de ensino, tem como base fundamental e ideológica de seu desenvolvimento a segurança alimentar, a identidade cultural e a agricultura responsável, no intuito de ampliar as dimensões de quem são os sujeitos do campo. Seu foco está na valorização do trabalho agrícola e na vida, oportunizando um melhor lugar para as futuras gerações.

Por uma educação que faça sentido, é que a Educação do Campo busca desenvolver pedagogias críticas, com métodos e técnicas específicas para atender as especificidades de suas demandas junto as comunidades tradicionais das águas, da floresta e do campo.

A Educação Popular se apresenta no contexto prático/teórico contribuindo com as estratégias de ação junto aos sujeitos do campo, onde, sua reflexão e seu exercício caminham lado a lado, no sentido de reelaboração, do refazer, do ressurgir para uma transformação real da sociedade.

A história mostra o genocídio cometido contra a população indígena no Brasil desde sua invasão e que seu viés colonialista se perpetua até hoje através da educação do século XXI. É contra esse sistema educacional que se perpetuou e que menospreza os saberes populares que a Educação do Campo se impõe, buscando dialogar com os saberes oriundos dos povos tradicionais, no resgate da sua cultura, história e memória, pela necessidade da agroecologia no fortalecimento a inserção produtiva.

É saber que, já no século XVIII, Rousseau esboçava um ideal de homem, mulher e criança, propagando uma ideia de família inspirado numa visão estreita e unilateral, quando apresenta seu eurocentrismo iluminista e logo depois romântico, baseado numa aristocracia branca, elitista e urbana.

Referente a Rousseau, não queremos desconsiderar sua importância e relevância na história da educação e seu desenvolvimento na amplitude da pedagogia, porém, pegando seu período histórico e confrontando com a atualidade é que percebemos a influência de seu pensamento na contemporaneidade. Aí, é quando fazemos crítica sobre a quem a educação está servindo.

Talvez seja um posicionamento de contracultura, ou seja, encontrar beleza, força e resistência na valorização da cultura popular tradicional, caminhando no sentido de agregar e conhecer culturas hegemônicas para fortalecer e proteger a nossa e não uma aculturação que promova a descaracterização e alienação dos sujeitos múltiplos e plurais, obscurecendo a imaginação e a criatividade das expressões socioculturais e artísticas da população.

É exatamente por essa visão de reprodução colonialista, paternalista e escravocrata na educação que lançamos um olhar crítico nos assuntos acima abordados. Buscando através do desvelamento da realidade investigar: Qual a contribuição do Curso da UNILAB nas atividades profissionais dos/as educandos/as possibilitando a inserção produtiva para a melhoria de vida?

Indo nessa direção acreditamos que a explanação do problema foi contemplado junto a contextualização dos assuntos acima abordados, pois, se interligam e se inter-relacionam entre si, perpassando pelos pontos desenvolvidos, preocupando-se sempre com o tipo de formação reforçada para as camadas da classe trabalhadora, preparando-as para um tipo desqualificado de inserção produtiva. O conhecimento popular foi inferiorizado e diminuído na história por vários processos ideológicos de imposição do conhecimento científico como verdade única e absoluta, anulando o empirismo condicionante da consciência humana no que diz respeito ao saber de experiência feito.

A solidariedade, a responsabilidade e o equilíbrio que se ramificam na Educação do Campo, têm seus valores e princípios voltados para a geração de trabalho e renda dos sujeitos do campo com foco na agricultura familiar e camponesa. A seguir, abordaremos algumas questões das quais engrandecem as Pedagogias Populares e a Educação do Campo potencializando as identidades e as habilidades na construção do ser ambiental, cultural e social através da percepção dos/as autores/as e suas obras por meio das categorias conceituais: Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção Produtiva.

4. ARCABOUÇO TEÓRICO

As categorias conceituais trabalhadas são: Educação do Campo, Juventude Rural e Inserção Produtiva. A seleção das categorias conceituais partiu de uma reflexão em torno do problema, onde, essas categorias apareceram fortemente para a contextualização e robustecimento da pesquisa. Seu valor e importância somam com as críticas cabíveis na orientação dada a ações junto a juventude do campo quando consideramos pertinentes as inquietações levantadas.

Para compor as categorias conceituais adotadas estão: Freire (2011, 2014), que dialoga relação de poder, emancipação humana e autonomia dando significado as atividades profissionais; Brandão (2006), auxilia com a concepção da educação popular perpassando pelo projeto político-pedagógico do Curso da UNILAB e Ribeiro (2010), que liga os princípios dos processos educativos com fim na formação humana.

Esses/as autores/as e suas obras são responsáveis por nossa formação na temática, nos debruçando sobre seus estudos desde a graduação. Suas ideias e pensamentos estão intrinsecamente presentes na nossa escrita, expressando suas fortes influências.

Para somar com o referencial bibliográfico trazemos para dialogar outros/as autores/as que através de seus trabalhos ajudaram a compor o pensamento e a materialização desse estudo, são: Nunes (2012), que se direciona na geração de trabalho e renda na perspectiva da inserção produtiva como caminho do resgate à cidadania; Leite (2002), traz a educação do campo como caminho crítico contribuindo para ações educacionais conscientes; Altieri (2004) e Bellén (2006), abordam a agroecologia como processo de desenvolvimento humano para a vida através de seus princípios, diminuindo a desigualdade social por meio de posicionamento político e ações emancipatórias e Cladart, Paludo e Doll (2006), auxiliaram nas elaborações e construções no que tange as estruturas da juventude rural.

Todos/as esses/as teóricos/as potencializam o diálogo e a problematização das questões e inquietações levantadas, ajudando na elaboração e nos processos estudados dentro das categorias conceituais trabalhadas. Suas obras nos auxiliaram na escrita e composição teórica do estudo.

Em meio as metodologias, métodos e técnicas, se destacam: Romanelli e Biasoli-Alves (1998), Yin (2005) e Bogdan e Biklen (1994) que nortearam o trabalho

referente a preparação para a coleta de campo, desde seu planejamento, abordagem, execução e análises.

Nos estudos de Freire (2011, 2014), fica claro o apanhado histórico e social que introduz suas obras. O autor demonstra ainda, a preocupação em denunciar a relação de poder na construção dos sujeitos do campo, contextualizando a importância dos Movimentos Populares em defesa da educação popular e a luta camponesa como processo educativo libertador.

Também, fala sobre suas viagens e suas experiências, sua participação em encontros por todo o mundo e seu encontro com intelectuais do meio acadêmico, camponês e operário.

O trabalho de Brandão (2006), traz uma análise do protagonismo das tribos indígenas e africanas fazendo comparações com a sociedade moderna. Sua sensibilidade nos direciona a questionar o sistema de escolarização e currículo das escolas, fala dos processos que podem ampliar a autogestão ou desvirtuar a formação dos sujeitos expostos aos espaços escolares ou não-escolares.

Sua presença aparece fazendo um paralelo com o projeto político pedagógico do Curso. Suas ideias buscam desvelar o discurso e as práticas em seus antagonismos de cunho social, político e ideológico garantindo uma melhor interpretação da realidade na sociedade brasileira.

Em sua parte, Ribeiro (2010), reflete sobre temas ontológicos e explana o processo de desenvolvimento na construção subjetiva de homens e mulheres e dos fenômenos implícitos nas relações humanas. Essa autora ajudará com as ideias e reflexões do pensamento freireano, estruturando suas ideias e sistematizando os processos educativos com seu fim na formação humana, ressignificando o trabalho e sua relação na inserção produtiva.

Com Nunes (2012) e Leite (2002), a ideia é fluir uma discussão através das pedagogias, métodos e estratégias populares ao convergirem na modalidade de educação do campo como diferencial para uma educação contextualizada, geradora de sujeitos críticos que reelaborando um projeto de sociedade pelos princípios da democracia na solidariedade.

Junto ao fortalecimento das ideias críticas Altieri (2004) e Bellén (2006), consolidam e complementam as ideias acima partindo da visão que o ser humano é mais um elemento na natureza, e que, por mais que ele domine esse espaço precisa do mesmo

para existir. Daí a abordagem agroecológica e sua origem desvela as influências política e econômica que regem as políticas públicas de âmbito global.

Sobre a juventude rural Caldart, Paludo e Doll (2006), promovem um embate através de sua obra, resultado de estudos de casos de educandos/as de graduação de alguns assentamentos, investigando suas realidades. O interessante é que são jovens pesquisando jovens, suas contribuições foram fundamentais para o aprofundamento da categoria, ampliando e desmistificando o imaginário caricato sobre quem são os sujeitos do campo, ou mais ainda, quem é a juventude rural.

O Dicionário da Educação do Campo (Caldart et al, 2012) e o Dicionário do Pensamento Marxista, (Bottomore, 2012), nos permitiu definições mais intensas de conceitos sobre as categorias conceituais, podendo discorrer sobre lutas do campo, organização do trabalho e pensamento político pedagógico.

Ainda, perpassaram pelos elementos em reflexão que não são estáticos, podemos nos manifestar em qualquer momento promovendo maior clareza. Os dicionários me facilitaram o aprofundamento conceitual, inclusive, norteando alguns dos caminhos descritos.

Esse arcabouço me propiciou mais segurança na escrita, em alguns momentos parecia que já não era mais nós quem determinava a estrutura do trabalho, ele se fazia por si mesmo. Entretanto, em outros momentos a falta de inspiração ou não saber que rumo seguir, nos fizeram parar aumentando a tensão, já que lidamos com prazo, o tempo é precioso.

Em meio as pressões, queremos ressaltar a importância da participação de cada autor/a, por menor que tenha sido sua contribuição. Nos refugiamos por algumas vezes na internet, buscando materiais que nos retomassem a inspiração como documentos institucionais, artigos e teses que não serviram unicamente para o desenvolvimento teórico do texto, mas também, ampliaram nosso olhar em profundidade e intensidade em meio a proposta do problema e suas temáticas.

Vale ressaltar que dentro da discussão sobre formação, temos dois vieses que para nós estão intrínsecos, entretanto, parecem ser tratados isoladamente por alguns educadores/as, já que, não fazem relação com a realidade dos/as educandos/as.

Se trata da formação humana e profissional, todos/as os/as autores/as de alguma forma enfatizam a importância do papel social do/a educador/a, independente de área de atuação.

Diante dessa afirmação, enfatizamos autores/as que de forma direta, tiveram intervenções valorosas como: Ribeiro (2010), Lunas e Rocha (2010) e Caldart, Paludo e Doll (2006), quando diante de suas experiências e vivências elaboraram obras que nos possibilitam visualizar uma formação que prepara os sujeitos para a vida e não somente para a execução de tarefas. Também nos aproxima da realidade do campo, desfazendo equívocos estigmatizados, pejorativos e desqualificados do complexo mundo camponês.

Ao exercitar a sensibilidade na compreensão do mundo camponês, nos impressionamos com a sistematização estrutural, a profundidade e a intensidade com que os sujeitos entrevistados/as oralizaram suas impressões.

Aumentando a preocupação pela responsabilidade ao escrever um trabalho de qualidade. Para tanto, passamos a ver cada tópico como desafio a desbravar, indo por vezes, além do que achávamos possível chegar.

Todos os/as parceiros/as teóricos/as merecem os créditos por tais contribuições, mas aproveitamos o espaço para destacar a determinante participação dada ao valor dos autores/as nacionais e regionais.

Abaixo, seguimos com nossas colocações e afirmações em torno dos temas elaborados como categorias conceituais, nos delimitando no tempo, mas não em acuidade ligando esses pontos para intensificar o corpo do texto.

5. DISCUTINDO AS CATEGORIAS CONCEITUAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO, JUVENTUDE RURAL E INSERÇÃO PRODUTIVA

5.1 Educação do Campo: caminho crítico a conscientização humana?

Originalmente na história da humanidade, podemos dizer que foi no período neolítico por volta de 8 ou 10 mil anos atrás que o tempo assistiu a própria e real revolução cultural mais marcante e expressiva de todos os tempos. É quando:

[...] nascem as primeiras civilizações agrícolas: os grupos humanos se tornam sedentários, cultivam os campos e criam animais, aperfeiçoam e enriquecem as técnicas (para fabricar vasos, para tecer, para arar), cria-se uma divisão do trabalho cada vez mais nítida entre homem e mulher e um domínio sobre a mulher por parte do homem, depois de uma fase que exalta a feminilidade no culto da Grande Mãe (findo com o advento do treinamento, visto como “conquista masculina”. (CAMBI, 1999, p. 58)

De lá para cá, durante alguns largos períodos de transição geopolítico, ajustes culturais e adequações econômicas da história, percebemos a realidade como uma grande odisséia, cheia de conchavos e conspirações que em alguns momentos nos leva a duvidar se essa realidade mesmo existiu dentro dessa causalidade como é contada nos livros.

Iniciaremos com o Brasil ainda colônia de Portugal¹⁹, quando Marquês de Pombal foi instituído Primeiro-Ministro, ressaltando sua influência positivista de tendências liberais. O começo das reformas iniciou com a tributação sobre o comércio aurífero, o quinto e a derrama, dando origem ao endividamento e conseqüentemente, o confisco de rendas e propriedades de seus devedores.

As reformas se ampliam com a expulsão dos jesuítas do Brasil, com o intuito de apropriarem-se de suas terras e controle educacional, dando seguimento ao aperfeiçoamento administrativo dos territórios. Em seguida, decreta a abolição dos escravos indígenas, e mais adiante, cessou a perseguição dos tidos cristãos-novos.

Já no Brasil República, por volta de 1890, se apresenta um cenário de disputa de poder de âmbito político e social que ainda duraria algum tempo até o surgimento dos grupos escolares com as marcantes ideias da Escola Nova.

¹⁹ <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/periodo-colonial-historico-da-educacao-no-brasil/34874>

No início do século XX, com a expansão da industrialização, há necessidade de uma mudança na estruturação do trabalho. Reverberando na educação, essas mudanças foram tão marcantes que se perpetuam até hoje.

Nos anos 50 o liberalismo se revigora, entretanto, duas forças vigentes, hora em conjunto, hora se contrapondo, disputam espaços de ascensão econômica e financeira. Afirma Leite (2002), “(...) o agrário-exportador versus urbano-industrial, a República Velha pretendeu a inserção do Brasil na modernidade do século XX, buscando no processo escolar a fonte de inspiração para esse salto qualitativo”.

A intencionalidade com que se desenvolve as articulações político-social é escondida do que é propagandeado, sendo as preocupações outras do que é falado. Ainda nas ideias colonialistas, se propaga as virtudes da vida no campo, entretanto, a preocupação real era com o esvaziamento das forças de trabalho, o enfraquecimento do patriarcalismo e a forte oposição ao movimento progressista urbano. Então,

[...] a base material da ação educativa da Extensão era a empresa familiar. A família rural era a unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ajudara si mesmos (e por isso eram entendidos como democráticos) deveriam surtir efeitos. O importante era persuadir cada um dos componentes familiares [...] a serem recursos técnicos na produção para conseguirem uma maior produtividade e conseqüentemente o bem-estar social. (LEITE apud FONSECA, 2002, p. 33)

Ainda, seguindo o pensamento de Leite, esse movimento ruralista contou com o apoio de poucos grupos da elite urbana, porém, decisivos como força inserida para o estabelecimento do convencimento em diálogos internos que viam no volume e robustez do êxodo rural a possibilidade de problemas sociais nos grandes centros urbanos ao ponto de perderem o controle social, desencadeando desordens que comprometessem o estado de segurança da própria elite.

Evidenciamos na prática em todas as décadas do século XX que as decisões econômicas dos países ricos serem repassadas para os países periféricos através dos acordos que definiam as normas sociais. Toda a normatização jurídica se deu através do Estado Democrático de Direitos, exercida pelos poderes representativos (Legislativo, Executivo e Judiciário) determinando convenções sociais e abrindo concessões na direção de dependência e subserviência as exigências dos grupos hegemônicos do capital internacional, gerando impactos tão profundos que seus ideais repercutem na atualidade, impossibilitando a mudança do status quo da população brasileira.

Nos anos 60, o Brasil passa por mais uma reforma de sistematização industrial, com crises de cunho político, governos são substituídos pela pressão

tendenciosa de ruralistas, banqueiros e políticos, manipulados e orquestrados em conluio a agências internacionais que viam no Brasil um potencial infinito de matéria-prima para a manutenção do estado de bem-estar social de seus países.

Com o golpe militar, em 64, um governo ditador e arbitrário cessa completamente o diálogo com a sociedade, onde, antes se tinha alguma abertura para gerar impasses na disputa de poder entre os interesses dos trabalhadores e da burguesia, surge os conchavos internos entre o alto escalão militar e as elites urbanas e rurais.

Com a emersão econômico em vista, a educação passa a ser alvo do interesse do novo governo instaurado. Entretanto, visto ainda pelas elites como privilégio, a escolarização das classes inferiores passa então a ter seu conteúdo programado para atender as especificidades da industrialização, utilizando a educação como instrumento mecanicista/tecnicista, preparando para as exigências mínimas do mercado de trabalho.

No campo, essa realidade ainda foi bem pior, a descontinuidade de ações estruturais, se depara com a falta de condições física e humana, esbarrando nos altos custos de investimentos para dar sequência aos planos de urbanização do campo, seus impactos são percebidos:

somente após os primeiros sintomas de uma transformação mais profunda no modelo econômico agroexportador é que a escolaridade, de maneira geral, tomara posições mais arrojadas. Tal fenômeno ocorreu a partir de dois aspectos: primeiramente, as tendências escolanovistas e progressistas em educação lançadas pelos “Pioneiros da Educação Nova”; em segundo lugar, as novas tendências sociais e políticas oriundas das reivindicações urbanas iniciadas na década de 1920. (LEITE, 2004, p. 29)

As ideias da Escola Profissional, baseada nas reformas estadunidense do teórico americano John Dewey que nos centros urbanos já haviam sido introduzidas, passa a ter visibilidade e investimentos pela necessidade de mão-de-obra qualificada estimulada pelo novo modelo de produção agroindustrial.

O Alto índice de analfabetismo, a escassez da força de trabalho pelo êxodo rural de décadas anteriores e a emergência desse/a trabalhador/a no campo, fez unir forças das oligarquias na efetivação da escola rural. Dando continuidade aos encaminhamentos do VIII Congresso Brasileiro de Educação em 1942, pelo Estado Novo de práticas velhas, nacionalistas e burguesas.

Para ilustrar a necessidade de resistir para existir, podemos citar contradições que disputam poder político e econômico, há momentos de avanços

jurídicos como na Constituição Federal de 1988, quando o artigo 6º diz: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, na forma de lei para garantir condições mínimas de sobrevivência para a população brasileira.

Temos ainda a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo citada a primeira vez na Constituição de 1934, criada em 1961, com uma nova interpretação em 1971 e a mais recente promulgada em 1996. Foi redefinida, ampliando a inserção da participação privada na reforma organizacional do sistema educacional brasileiro, leia-se, adiantamento do neoliberalismo sobre a universalização do ensino.

E também, o Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional a cada dez anos (2014-2024). São esses os mecanismos de controle do Estado Democrático que usurpam os direitos do povo, se apropriando da máquina pública na garantia e promoção de interesses cada vez mais particulares e individuais em detrimento da população que tem contemplado atônita a involução de direitos trabalhistas pela a atual conjuntura política nacional.

Então, esse cenário nos mostra que há sentido nas reivindicações dos povos do campo quando exigem que a educação de seus filhos aconteça dentro de conteúdos cujo as matrizes sejam executadas para a elevação do nível psicológico e intelectual da classe trabalhadora camponesa, relacionando seu cotidiano com as questões sociais locais e gerais.

Potencializando indivíduos sociais maduros, refletindo sobre a resolução de problemas através de inteligência emocional para lidar com as adversidades da vida. Por isso, a importância na promoção do diálogo na educação para o despertar amplo dos sujeitos.

O Curso da UNILAB teve seu foco na formação técnica e cidadã de base agroecológica, seus conteúdos continham direcionamentos críticos, gerando reflexões sobre a realidade dos/as educandos/as dentro dos mais diversos temas transversais buscando trabalhar a interdisciplinaridade contextualizada.

A Pedagogia da Alternância tem um destaque importantíssimo como recurso metodológico/didático contribuindo exponencialmente para a satisfação no nível da formação e qualidade.

As metodologias participativas do curso através do Projeto Político Pedagógico junto aos Projetos das Unidades Produtivas fizeram um levantamento das

potencialidades locais das comunidades e assentamentos, no intuito de promover a produção agrícola e pecuária, fomentando assim, o intercâmbio de experiências exitosas e mútua ajuda, como: a produção com trocas de insumos e tecnologias, a comercialização dos produtos através da criação de uma rede de redistribuição solidária, o estímulo e incentivo para agregar outras famílias em suas implementações. Todo o processo supervisionado por profissionais qualificados, comprometidos com as questões sociais, agindo através da educação na superação de desafios.

Afirmamos ser deficiente a educação contextualizada nas instituições públicas de ensino em todos os níveis, tanto pela deficiência na formação dos/as profissionais, quanto pelas diretrizes e normas educacionais que mantêm seu foco nos resultados e não na forma que os processos acontecem. Educação baseada no positivismo puro.

Tanto a cidade quanto o campo, apresentam problemas na relação ensino/aprendizagem em todos os níveis. Acreditamos que com uma formação contextualizada se reduziriam os pontos sociais negativos.

A ideia foi a reformulação escolar ligando as disciplinas, as atividades cotidianas dos/as educandos/as e de suas famílias, partindo das formulações específicas e locais, para as mais gerais, prevalecendo a formação ampla dos sujeitos, potencializando a geração de trabalho e renda da população jovem enquanto avançavam nos estudos.

Com a crise da Universidade, vale ressaltar o grande número de profissionais que não são sensíveis às especificidades e particularidades da população. As pedagogias, métodos e estratégias que desperta o/a profissional a atuar na perspectiva popular, na maioria das vezes só são encontradas nas entidades e organizações polissêmicas.

A educação está longe de ser a única fonte de superação das desigualdades sociais, mas pode ser uma forte aliada na diminuição das dificuldades que enfrenta na atualidade a juventude rural.

A escolarização além de estimulada é cobrada como critério para a inserção no mercado de trabalho, entende-se que quanto maior a escolaridade, menos dificuldade se tenha na absorção no mundo do trabalho desconsiderando todos os fatores materiais que determinam a realidade, assim, não podemos concordar com o princípio da meritocracia.

A dimensão educacional trabalhada adequadamente é um valioso recurso educativo para a formação técnica e humana dos sujeitos refletindo na construção do tipo de sociedade que queremos.

Continuaremos discutindo o tema logo abaixo, pegando o viés do surgimento da extensão rural como política pública e a utilização do ensino na direção da docilização da mente e do corpo como certeza da escravidão voluntária.

5.1.1 Ensino e Extensão Rural: avanços liberais e contradições sociais

Com o discurso da redemocratização, o campo passa a ser o centro das atenções. As necessidades do pós-guerra e a urgência no desenvolvimento socioeconômico, atrai acordos do tipo: Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), Clubes Agrícolas e Conselhos Comunitários Rurais, baseados em centros de treinamento para professores/as que repassariam as informações técnicas aos camponeses. “Ao que parece, a grande missão do professor rural seria a de demonstrar as excelências da vida do campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana”. (LEITE apud MAIA, 2004, p. 30)

Esse ensino informal, isto é, fora do espaço escolar, é estimulado e financiado pelos Estados Unidos. Outro exemplo foi o acordo secreto que veio a público em 1966, culminando com sua regulamentação e ampliação na Lei 5.540/68, resultado do acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

O plano era fazer com que a população brasileira acreditasse na ideia de transformação social, desenvolvimento e crescimento com base direta na família camponesa, empreendedora, competitiva e meritocrática desconstruindo inclusive o perfil arcaico do currículo comum regular engessado.

Incorporam em seus documentos oficiais, princípios como o da fisiocracia²⁰, ou seja, corrente filosófica que se opõe as matrizes iluministas, busca na economia afirmações que combatem o mercantilismo. Suas ideias vão na direção da valorização da vida camponesa, percebendo-o como sujeito histórico, preservando seus princípios e valores referente a vida e ao trabalho, declarando ainda que, toda a riqueza

²⁰ Considerada a primeira escola da economia científica, antes até mesmo da teoria clássica de Adam Smith, é uma teoria econômica que surgiu para se opor ao mercantilismo, se apresentando como fruto de uma reação iluminista. Em síntese, a fisiocracia se baseia na afirmação de que toda a riqueza era proveniente da terra, da agricultura. (<http://brasilecola.uol.com.br/economia/fisiocracia.htm>)

é de origem rural por meio da terra na agricultura, entretanto, toda a sua base é fundamentada no liberalismo.

O discurso persuadia e o consentimento social se ampliava, aliados a promessas de técnicas que aumentavam os volumes da produção e a qualidade da produtividade, a garantia de trabalho e renda, a diminuição da pobreza e da fome, como já dito anteriormente, estimulados originalmente pelo grupo Rockefeller.

Por sua vez, as famílias camponesas já vinham em um processo de miséria devastadas pelo abandono das autoridades através da falta de investimentos científico e tecnológico de convivência com a seca, gerando insegurança de seu futuro diante da incerteza da vida. Nessa situação intransitiva, logo aceitaram amparo de onde vinha e da forma que era ofertada, independente de uma análise mais crítica.

Assim, os governos brasileiro e norte-americano, impositivamente, conseguiram adesão do campesinato para a execução de seu projeto agroexportador rural. Todo esse pensamento foi disseminado pelos espaços de convivência e espaços de socialização das comunidades e assentamentos rurais para o convencimento daqueles/as mais resistentes que questionavam a nova ordem estabelecida.

É preciso reverberar o projeto de sociedade defendido pelas elites. No campo ou na cidade, desprotegidos e desamparados, uma parcela da população que sobrevive abaixo da linha da pobreza é condicionada ao trabalho formal análogo ao escravo, pelo excesso de horas e precarização do trabalho, a outra parcela sem serventia é descartada.

Trazendo para a atualidade, conhecendo a realidade histórica, as intenções nebulosas de proposições excludentes, perceber que através das matrizes pedagógicas críticas, do diálogo aprofundado e do questionamento da origem do conhecimento o sujeito pode encontrar maiores possibilidades de conscientização ao se aproximando passado, entender o presente e recriar o futuro. Então,

desde os anos 50, e cada vez mais nitidamente desde os anos 60 e 70, desenvolveu-se um modelo radicalmente novo de fazer história de eventos pedagógico-educativos, que rompeu com o modelo teoreticista, unitário e “continuista” do passado, fortemente ideológico, para dar vida a uma pesquisa mais problemática e pluralista, bastante articulada e diferenciada que – considerada no seu conjunto – pode ser definida como história da educação, tomando a noção de educação seja como conjunto de práticas sociais seja como feixe de saberes. (CAMBI, 1999, p. 24)

Os movimentos sociais e sindicais têm uma colaboração fundamental nesse processo de desenvolvimento e desmistificação da educação e da ação do Estado junto a sociedade, exercendo e estimulando a participação popular e o controle social.

Duas coisas, uma necessária e outra estratégica, primeiro - construir espaços para discussão política e segundo –potencializar sujeitos críticos e atores de suas vidas maximizando suas oportunidades.

Com todo esse movimento acontecendo, os anos 80 não ficaria de fora das influências pedagógicas europeias e das ideologias estadunidense, na verdade seria impossível ficar à margem desse fenômeno, já que os governos brasileiro e norte-americano desde o início do século XX trabalham em parceria. Segundo Cambi (1999), “não se tratou de uma simples mudança de rótulo; pelo contrário: tratou-se de uma verdadeira e legítima revolução historiográfica que redesenhou todo o domínio histórico da educação e todo o arsenal da sua pesquisa”.

Os anos 90 se apresenta um cenário de lutas e disputas política e ideológica, vários setores da sociedade ligados a educação debatem sobre suas dimensões, níveis, esferas e etapas através de seminários e conferências locais, regionais e nacionais surgindo os primeiros indicativos de uma reestruturação educacional, apontando a necessidade da Educação do Campo como modalidade de ensino. Segundo Zientarski, Pereira e Freire (2016):

a Educação do Campo foi nomeada de Educação Básica do Campo, no contexto de preparação para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, em Goiás, que ocorreu de 27 a 30 de julho de 1998. Apenas em novembro de 2002, a partir das discussões do Seminário Nacional, realizado em Brasília surgiu a expressão Educação do Campo. Essa decisão foi confirmada em 2004, na II Conferência Nacional, daí então, a utilização da palavra ‘campo’ passou a ser incorporada para valorizar o trabalho camponês, suas lutas sociais e culturais.

Nos últimos anos, a Educação do Campo tem avançado no âmbito jurídico, entretanto, às execuções dessas conquistas de cunho social na prática, só acontecem através de lutas e conflitos acirrados entre o latifúndio e os povos tradicionais do campo por todo o Brasil.

Não existe desenvolvimento se o projeto social vigente for insensível as questões ambientais, sociais, culturais, econômica e tecnológica junto à população. Ao invés disso, se utiliza de políticas emergenciais alargando a falta de acesso e posse da terra, moradia, trabalho e renda, saúde e educação pública/gratuita/qualidade, transporte e lazer.

No início dos anos 50, mesmo sendo um paradoxo, os movimentos sociais e sindicais partem para um maior enfrentamento contra as políticas excludentes, dentre elas a educação como direito de poucos. Pensando na direção da democratização da escolarização e dos saberes é que surge a defesa de uma educação contextualizada, ou seja:

[...]uma educação que implemente políticas públicas educacionais voltadas para a realidade do campo e que possibilite aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, não somente o acesso à educação, mas também a construção e fortalecimento de sua identidade enquanto homem e mulher do campo. Uma educação voltada para o fortalecimento e o estímulo a um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, por compreender que a educação é um instrumento fundamental para a construção do desenvolvimento, ela não faz essa mudança sozinha, mas contribui para que ela aconteça. (LUNAS e ROCHA, 2010, p. 18)

Um projeto de educação que visa a defesa da erradicação do analfabetismo e da ampliação das escolas do campo, dialogando com seus sujeitos, seus espaços e suas vidas inter-relacionando identidade cultural, segurança alimentar e conservação da vida, culminando com a garantia da descentralização do sistema escolar.

Os espaços educativos devem ser utilizados para atender as demandas de formação humana e tecnológica adequadas as especificidades dos sujeitos do campo em seus níveis e modalidades, pensando na inserção produtiva e na geração de trabalho e renda da população jovem do campo.

Essa construção necessita que o poder público entre num processo permanente de manutenção do fortalecimento das oportunidades ligadas a transformação social no campo, pois, essa mudança somente se dará através de investimentos estruturais ligados ao melhoramento econômico das famílias camponesas.

O desenvolvimento da cultura camponesa e da agricultura familiar significa a valorização da consciência em suas mais amplas dimensões, e ainda, entende a viabilidade social como ponto propulsor a se alcançar. Para isso, construímos alguns pontos considerados relevantes:

- Práticas produtivas que proporcione impactos imperceptíveis ou não degradantes da natureza, implicando diretamente na fertilidade do ecossistema potencializando na diversidade e na qualidade da produção;
- Garantir acesso a alimentação orgânica diminuindo seus preços, que seja uma alimentação saudável sem química e/ou veneno, na agricultura e na pecuária, diminuindo a epidemia, adoecimento e morte precária da população;

- Gestão participativa e compartilhada dos recursos hídricos, ambientais e energéticos pela ação ecológica, minimizando riscos de poluição e contaminação dos ecossistemas explorados;
- Políticas públicas voltadas para a melhoria da educação, do lazer, do trabalho e renda da juventude rural, enfraquecendo o êxodo rural e a violência;
- Acesso e posse a terra, com foco no pequeno agricultor e em suas gerações;
- Incentivos financeiros para a manutenção e não para o endividamento do pequeno agricultor;
- Independência administrativa e pedagógica para a aplicação de métodos e técnicas que viabilizem a necessidade social de aceitação e identidade de classe nos espaços educativos;
- Planejamento familiar;
- Tecnologias desenvolvidas para a assistência técnica com recursos locais e não para gerar dependência de insumos tóxicos caros;
- Resgatar plantas nativas e inserir novas espécies na elaboração de biosistemas que funcionem de forma integrada e plurifuncional.

A centralização das terras garante poder político e econômico histórico no Brasil, ampliando as desigualdades sociais, desestabilizando o/a pequeno/a agricultor/a familiar. Noutra perspectiva, com o fortalecimento do/a pequeno/a agricultor/a familiar, o cenário camponês seria de transformações e efeitos positivos.

A necessidade de subsistência das famílias, sejam elas do campo ou da cidade, é real. A expropriação do tempo e do espaço na vida da classe trabalhadora implica no seu poder de organização. Nessa direção do pensamento reflexivo organizativo e pela abrangência dos movimentos populares na formação de seus pares, acreditamos que a população camponesa tem bem mais possibilidade de reação.

A força de trabalho do agricultor ou da agricultora pode promover sua independência alimentar, subsidiando seu excedente por sua complementação, enquanto na cidade, a força de trabalho é vendida diretamente através do assalariamento na relação patrão/empregado.

Outra diferenciação se refere ao tempo, na contabilização do trabalho e seu aproveitamento fora dele, pois, o despertar político e crítico do sujeito depende de sua socialização e inter-relação nos espaços que frequenta.

A agricultora e o agricultor diferem-se por sua relação direta e espiritual com a natureza desmistificando a vida por meio da produção. Nessa intra-inter-relação são construídos/as sociocultural e economicamente, quando esses agrupamentos humanos por mais características homogêneas que tenham, carregam consigo especificidades e particularidades.

O empobrecimento do campo e o endividamento do camponês não são casualidades, são sintomas de um projeto político. Existe uma intencionalidade, onde, organizações multilaterais como o Banco Mundial e a UNESCO elaboram políticas de governo visando a manutenção do capital controlando a liberdade e a democracia dos países pobres por meio de adequações e reajustes econômicos e políticos, visa impossibilitar a Reforma Agrária.

A execução desses acordos acima citados, aparecem nos programas e projetos através das políticas públicas nos Estados e Municípios dos países periféricos, na desarticulação dos serviços de direito fundamental de necessidade social.

Um exemplo disso foi a efetivação das reformas da educação nos anos 90 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi a consolidação de acordos iniciados nos anos 60 e que seguiram seu andamento por toda América Latina e Caribe adequando-se a realidade de cada país na manutenção e conservação das tradições elitistas, reacionárias e fundamentalistas, para isso:

a maturidade do processo capitalista no século XIX e principalmente no século XX, demandou o gerenciamento e planejamento produtivo na tecnificação/robotização da produção, na expansão do processo industrial/comercial para além das fronteiras físico-geográficas dos países economicamente desenvolvidos e, sobretudo, no processo de dominação econômica e administrativa sobre as nações não desenvolvidas. (LEITE, 2002, p. 20)

A desqualificação e a não escolarização incidem nos níveis de má formação da população, porém, profissionais comprometidos/as com o desvelamento da realidade, a reflexão sobre as contradições, acompanhando as demandas de seu público na promoção de diagnósticos do real através de problematizações, muda as pessoas, que mudam o mundo. A foto abaixo é um registro desse processo narrado acima.

FOTO 03 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/ UFC FORTALEZA/CE—2014

Fonte: Registro do Pesquisador (2014)

Por isso, a formação dos/as facilitadores/as do Curso foi tão necessária e abrangente, no que tange sua compreensão política e ideológica para que houvesse no momento das trocas de saberes uma construção crítica dos conhecimentos desenvolvidos.

Um dos pontos trabalhados nos conteúdos do Curso foi a demografia das cidades que cresceram exponencialmente de forma desordenada, tendo na migração do campo para a cidade um processo que desencadeou desequilíbrio social, choque cultural e ampliação da violência nos centros urbanos.

TABELA 04 – DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA EM 2010

Território	População Urbana	População Rural
Brasil	160.925.792	29.830.007
Nordeste	38.821.246	14.260.704
Ceará	6.346.557	2.105.824

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

As estatísticas apontam que até 2010 havia um total de 29.830.007 habitantes vivendo na zona rural brasileira, enquanto na zona urbana o total era de 160.925.792 habitantes²¹.

A tabela acima é um recorte do gráfico da nota de rodapé 15 e traz informações sobre a população urbana e rural, entre os anos de 1960 a 2010. Esses

²¹ <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>

números trazem histórias de famílias que deixaram para trás sua terra, sua memória, sua cultura, sua vida e assim, desapareceram na tentativa de buscar algo melhor.

Uma parcela considerável da população camponesa sofre com o descaso e o empobrecimento do campo. Ainda hoje, por falta de condições e permanência, a migração é uma realidade crescente.

O encorajamento que parte do estudo, perpassa pelas condições de permanência dos/as jovens rurais em seus territórios. Para que haja um refreamento migratório é necessário o investimento de políticas públicas voltadas a atender a falta de estruturação dessa demanda, pois, não serão ações enganosas de contenção que diminuirão o êxodo rural se as condições do campo não mudarem.

Quando se transforma a realidade material das pessoas por meio do trabalho, garantindo sua subsistência através da estabilidade financeira, potencializa-se as condições de uma vida digna. A ferramenta da diminuição das desigualdades sociais seria a geração de trabalho e renda por meio da inserção produtiva.

Quem assegura a concretização do pensamento acima é a Constituição Federal Brasileira que deveria garantir todos os direitos sociais através dos serviços públicos básicos, onde, as políticas públicas fossem inclusivas para resgatar a cidadania de homens e mulheres do território brasileiro.

Nos anos 2000 tivemos avanços jurídicos na educação, porém, com fortes características do neoliberalismo que consolidaram os acordos dos anos 60 e as reformas dos anos 90. Ficando evidente a ausência de democracia nos governos do PT que se manteve na presidência do país até onde foi útil para os grupos hegemônicos que rege a economia mundial.

Isso fica claro através da pressa e da arbitrariedade do governo Temer em desarticular os serviços sociais e sua ingerência na proteção e fortalecimento do Brasil na sua gestão.

A educação tem sofrido duros golpes através de projetos e programas do governo federal, implicando na universalização de seus serviços. Sendo mais específico, é uma contradição do Estado ao trazer um discurso de preocupação com a juventude camponesa, quando suas ações vão na ampliação do fechamento das escolas do campo.

Pois, a Educação do Campo compreende a capacitação do/a pequeno/a agricultor/a familiar e de seus filhos/as como uma forma de estabilizar as famílias em seus territórios por meio da geração de trabalho e renda.

Quando falamos de um projeto de consolidação familiar para o desenvolvimento do campo em seus territórios, não nos referimos ao projeto de extensão rural proposto pelo acordo MEC-USAID.

Sua abordagem tem até uma certa simpatia, porém, não faz o menor esforço de estabelecer empatia, pois, se trata de uma formação tecnicista e mecânica com princípios na estratificação da vida. Suas intenções não ficam claras em seu discurso político se construindo no engano, na manipulação e na dissimulação.

Essa estruturação no sistema educacional para a classe trabalhadora do campo incide diretamente numa educação descontextualizada fortalecendo a rejeição da juventude rural através da desvalorização da cultura camponesa.

A falta de condições na continuidade da escolarização nas localidades do campo é outro fator de saída dos/as jovens para as cidades na intenção de concluírem ou continuarem seus estudos.

Muitos/as buscam formação nas ciências agrárias ou na assistência técnica para darem seguimento ao trabalho da família, porém, precisam se submeterem a centralização do sistema escolar. Essa discussão será aprofundada mais adiante.

Segundo Leite (2002), “para alguns grupos a escolaridade é um meio de manutenção do status quo, para outros é um processo de independência sócio-cultural, política e econômica”. O que para alguns pode parecer paradoxal, para nós é dialética pura. Mesmo a década de 50 tida como a década da crise da educação, referente a discussão sobre a criação da LDB que durou de 1948 a 1961, fica visível suas contradições para o meio rural.

A Educação do Campo pensa no desenvolvimento pleno e amplos sujeitos como um posicionamento político, impulsionando-os/as a desenvolverem suas habilidades agrícolas ou não-agrícolas de forma inteligente.

Para isso, há abordagens críticas nos conteúdos sobre propriedade privada e concentração de terras questionando o estímulo do uso de insumos agroquímicos, em especial os agrotóxicos, dentre outros pontos de relevância da vida vivida do/a pequeno/a agricultor/a familiar.

A crítica a essa forma advém não somente da ampliação das desigualdades sociais, mas também, pelo alargamento do desequilíbrio ambiental, da poluição da água, do solo e do ar. São os lucros do capital em detrimento da saúde pública e ambiental.

Como já vimos anteriormente, atualmente há um direcionamento por parte do governo no fortalecimento da permanência da juventude rural no campo como o

Programa Nacional de Inclusão Produtiva e Formação Cidadã e Agroecológica. Todavia, sem a devida estruturação física para absorver a juventude, tudo não passa de falácias.

Nos anos 60 foi a industrialização o pensamento norteador de contenção humana para garantir a ordem social e mão-de-obra barateada. Os anos 90 traz a urbanização, com a manutenção desses espaços acontecendo através do condicionamento do assalariamento do/a camponês/a.

Ressaltar esse fato se refere a entender a conjuntura ideológica burguesano aprisionamento físico e intelectual de homens e mulheres, ou seja, a docilização dos corpos. Introjeções subjetivas de tal intensidade nos sujeitos que mesmo sem supervisão ou monitoramento, executam exatamente aquilo para o que foram programados/as, escravidão voluntária.

Pegando algumas das ideias e sistematizações de Paulo Freire afirmamos que suas estratégias partem de problemas dialogados do cotidiano das pessoas, ampliado para o mundo.

Esse é um exercício dialético que enfatiza o compromisso do/a educador/a popular em sua prática e da Educação do Campo como o aparato pedagógico crítico e reflexivo, para apresentar e discutir as realidades e possibilidades, deixando que os/as jovens conheçam o maior número de informações, inclusive contraditórias ao do/a educador, auxiliando na construção da autonomia e da liberdade e não no engessamento e subordinação do pensamento que repercute diretamente na passividade da vida concreta.

Avaliar as situações pelas formas mais diversas e mais profunda de enxergar, estimula a conscientização e não a doutrinação. Defendemos aqui o fortalecimento da permanência dos/as jovens rurais no campo, mas que sejam expostas todas as versões e possibilidades de suas condições, mesmo as que nos pareçam antagônicas, para que assim, eles/as possam decidir sobre o caminho de suas vidas através de significações e vínculos de identidade.

Qualquer iniciativa não está em si isolada, isto é, para garantir os objetivos de uma dada área social é preciso que suas políticas públicas sejam inter-relacionadas com outros setores assegurando os resultados de tais investimentos.

Então, para garantir os objetivos em uma direção é necessário readequação em outras áreas que se perpassam ou trabalham interdisciplinarmente, mexendo em toda a estrutura política e jurídica como necessitamos hoje.

Existe uma situação que merece considerações no debate da vulnerabilidade e das desigualdades sociais no campo, é entender os efeitos ambientais, sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e políticos na gestão administrativa pública na relação com suas esferas locais, regionais e globais, na parceria entre público/privado sem se desprender do tempo e do espaço.

É inevitável o choque entre os ideais capitalistas e socialistas, um visa o lucro e o outro foca na soberania da vida, com isso a classe trabalhadora sofre suas consequências. A pior delas está na desestruturação da família provocada pelo aceleramento do êxodo rural.

É quando os grandes centros urbanos parecem atrativos na busca de inserção no mercado de trabalho, porém, não cogitam o esfacelamento familiar que podem sofrer, sendo uma preocupação real o esvaziamento do campo.

Com as manobras capitalistas na economia do país, legalizam e normatizam leis que vão contra direitos trabalhistas, facilitam a venda das riquezas minerais e naturais, privatizando estatais, abrem livre-comércio de terras nacionais para estrangeiros, destroem a legislação ambiental, ampliam o sucateamento do serviço público, dentre outros. É quando:

[...] o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia, a sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é seu avesso: o universo do trabalho, as classes trabalhadoras e suas lutas, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação (NUNES apud IAMAMOTO, 2004, p. 107).

O campo acompanha sua urbanização ao logo dos anos, é um fenômeno que transforma a paisagem, modifica os espaços naturais e altera a identidade dos sujeitos, implicando numa reestruturação violenta com impactos psicossociais dos indivíduos inseridos nos territórios e a destruição de espécies da fauna e da flora encontrados nesses biosistemas.

A hostilidade de alguns ecossistemas pelo seu clima ou bioma, nunca impossibilitou o estabelecimento e a convivência humana nesses territórios, lembrando as comunidades nômades do deserto e esquimó no ártico. Entretanto, a falta de implementação de tecnologias para auxiliar o/a pequeno/a agricultor/a familiar dificulta seu trabalho, e conseqüentemente, sua permanência no campo por outros fatores que não o climático.

Na atualidade, depois do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, os investimentos para o campesinato brasileiro tiveram uma redução significativa. Enquanto que, para os grandes latifundiários o estímulo financeiro foi reforçado garantindo tecnologia de ponta e grandes volumes de créditos para agronegócio.

Por seu viés crítico e ideológico, o Curso teve sua importância para a juventude rural como instrumento de conscientização diante da compreensão do engodo governamental e na burocratização estatal do sistema e suas superestruturas.

Daremos voz aos sujeitos da pesquisa dialogando juntos as categorias de análises e as análises dos dados mais à frente. Nada mais relevante, substancial e significativo do que a fala dos próprios sujeitos abordando nessa perspectiva robustecendo toda a discussão teórica.

Ainda, seguirei abaixo, elencando informações podendo chegar mais próximo do conceito de juventude rural, porém, de uma forma simplificada, investigando essa parcela da população do campo no sentido de encontrar apontamentos, contradições e compreensões sobre a construção de sua complexidade e pluralidade.

5.2 Juventude Rural: desafios e potencialidades

Discutindo a categoria Juventude Rural buscamos autores e autoras que nos ajudassem a dialogar suas definições através de complementações e antagonismos apresentados por meio de reflexões no caminho do entendimento desse conceito. Assim como construção social, conhecimento empírico e científico são estruturas que partem do senso comum, do saber tradicional e da cultura popular, podemos dizer que:

não existe realmente uma “classe social” formada, ao mesmo tempo, por todos os indivíduos de uma mesma faixa etária. Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. [...] Trata-se de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas. (GROPPO, 2000, p. 7)

Pela visão biológica seria possível afirmar que a juventude é um período que tem começo e fim, se estabelecendo após a infância e antes da fase adulta da vida? Ou talvez religiosa, quando um indivíduo de um determinado grupo passa por um ritual espiritual ao qual o/a conduz a essa transição, colocando-o/a num lugar diferente de onde estava? Ou ainda, o nosso sistema jurídico que compreende a maior idade aos 18 anos, ou seja, o início de responder por seus próprios atos?

Ainda em algumas famílias que compreende o ser adulto como todo o membro da família ativo economicamente, independentemente da idade cronológica? Ou, também, em culturas tradicionais que para serem aceitos como membros adultos, adolescentes precisam realizar um feito de grande habilidade e coragem para que haja sua progressão no grupo?

Nessa perspectiva investigamos achados que nos possibilitem chegar próximo de um conceito amplo e inclusivo sobre a categoria Juventude Rural. Para manusear uma categoria tão complexa evitando alguma construção excludente ou superficial na análise do “ser jovem” devemos considerar o maior número de suas partes com bastante atenção. “De fato não se pode universalizar a juventude, como também é questionável agrupá-la apenas por seu espaço geográfico”. (SALES et al, 2007, p. 80)

Compreendendo a impossibilidade de homogeneização desses grupos de indivíduos por toda a abstração e dialética que os envolvem é que precisamos atentar para “não correr o risco de que o conceito se reduza a uma definição fisiológica, psicológica ou aculturalista”. (GROPPO, 2000, p. 8)

É interessante ter essa compreensão dos fenômenos que acontecem junto aos pares em suas partes, incidindo como regras e normas coletivas na construção e funcionamento de uma célula definindo quem são, ou seja, entender como se estabelece a subjetividade no seio da formação de uma instituição. Então, podemos afirmar que não há uma forma universalizante para definir o conceito de juventude. Pois,

esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes. (GROPPO, 2000, p. 15)

Um desafio em pesquisar determinados grupos são as identificações que os/as pesquisadores/as têm com seus pesquisados/as, há necessidade de um distanciamento, já que reconhecemos não haver possibilidade de neutralidade.

Perante as dificuldades apresentadas, podem surgir: a auto projeção no grupo pesquisado; a antecipação com estereótipos, imagens pré-fabricadas do senso comum ou imprimir rótulos descaracterizados/preconceituosos; e ainda, à influência romântica na descrição ou explicação dos fatos e fenômenos, conduzindo-se por armadilhas nas elaborações da pesquisa.

Na tentativa de superar essas dificuldades, reconhecemos a existência de uma multidimensionalidade nos fatores que influenciam e determinam quem são e como são os/as jovens rurais. Nesse sentido a intenção é encontrar subsídios empíricos e teóricos que ajudem a elucidar essa questão na atualidade, considerando o movimento e a dinâmica na sua realidade concreta.

Nessa dialética, em direção as contradições, o viés é não perder o foco para que haja uma confiabilidade nos registros dos vínculos sócio históricos das raízes culturais, pretendendo captar quando:

[...] os jovens se expressam de diferentes períodos, seja nas relações que estabelecem, seja nas formas de se vestir, seja pelas músicas, nos jeitos de falar e na tomada de posições e posturas sociais. A juventude torna-se juventude também por sua própria representação nas condições a que está submetida. Ou seja, o tornar-se jovem acontece a partir das especificidades de cada jovem do grupo de jovens na relação com outros sujeitos. (CALDART, PALUDO e DOLL, 2006, p. 76)

Acreditamos que o esforço dos/as autores/as em trazer o conceito de juventude para o campo fisiológico está na tentativa de tornar objetiva as abstrações da categoria, isto é, materializar para manusear seria uma preocupação de construir parâmetros tangíveis para classificar os sujeitos a enquadrar. Compreendemos que essa formula seria arbitrária e excludente e seus resultados não agregaria o universo da juventude.

Segundo Groppo (2000), “a juventude foi vivida primeiro pelas classes burguesas e aristocratas, para depois tornar-se um direito das classes trabalhadoras”. Ainda, contada e disseminada pelo colonizador, não podemos perder de vista a orientação elitista de toda a ciência ocidental construída com base na ideologia aristocrata e burguesa.

No campo imaterial visa naturalizar as violências com o ideal de aceitação concreta da exclusão, da exploração e da expropriação da vida através do fortalecimento do que é urbano, branco e masculino.

Diante dessas adjetivações a juventude de cada época constrói para si representações e relações concretas distintas divergindo do que é considerado norma ou padrão empurrando a cultura de outros grupos para uma situação de criminalização ou marginalização, sejam esses/as rurais, não-ocidentais, negras, amarelas, mestiças, femininas, homossexuais, etc.

A extinta Secretaria Nacional da Juventude - SNJ classificou como juventude os indivíduos que têm idade entre 15 e 29 anos. Essa informação se choca com o resultado obtido dos estudos de Caldart, Paludo e Doll (2006), ao afirmarem ser mais alargada a idade da juventude, seria então entre os 13 e 33 anos de idade, resultado obtido das unidades de campo pesquisadas e definidas pelos próprios grupos de jovens: uma no estado do Pará, seis no estado do Rio Grande do Sul e uma no estado de São Paulo.

Segundo Caldart et al. (2012), “essa concepção se estabelece como a mais recorrente a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble, em 1964”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem sua elaboração na construção do conceito de juventude embasados no método que relaciona indicadores reconhecidos internacionalmente que perpassam pelos limites mínimos da inserção no mundo do trabalho e limites máximos de término de escolarização com idade biológica de 15 a 24 anos, tido como período entre a adolescência e a fase adulta de vida.

Levando em conta os pontos de categorização acima citados para a construção do conceito de juventude, precisaríamos considerar os marcos que constroem suas identidades através de suas relações com seus grupos de acesso para o trabalho, a família, a escola, a comunidade, a religião, o esporte, a arte, a cultura, etc. É quando percebemos que:

as famílias não formam um grupo homogêneo, linear, embora tivessem o mesmo modo de vida, trabalhassem na agricultura, morassem em casas semelhantes e partilhassem muitas situações comuns. Da mesma forma, os jovens também experimentavam processos bastante flutuantes. (SALES et al. 2007, p. 80)

E ainda, no âmbito do desejo e da vontade de continuarem seus estudos ou não, de permanecerem no campo ou não, na busca de independência financeira ou não e junto à organização de movimentos sociais do campo ou não. Alguns e algumas pesquisadores/as compreendem que em:

[...] muitos trabalhos tratam a juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de juventude é retomada nos anos 1990, tanto pelo campo acadêmico quanto pelas políticas sociais. Muitas dessas construções carregam um olhar em que a juventude é passível de uma definição universalizante, tais como definições da categoria com base em elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e definições que associem juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou a agentes privilegiados de transformação social. (CALDART et al., 2012, p. 437)

Os grupos de jovens se tornam sujeitos sócio históricos no momento em que criam e recriam sua cultura juvenilplural e dinâmica. Podem redefinir suas próprias dimensões de rural e urbano sem limites para a inovação e a criação, tendo ainda a condição de elaborar uma cultura mista gerando e sofrendo tendências e influências.

A subjetividade da juventude é um produto ou vários produtos da mesma sociedade que se constrói na relação com valores e princípios introjetados pelo campo ideológico através de espaços de socialização de disputas, conflitos e contradições.

Numa sociedade que há uma valorização do mundo dos mais velhos em detrimento do universo dos mais jovens, podemos afirmar que a juventude é o reflexo psicológico, emocional e intelectual de um tempo ao qual estão inseridos. Construindo um mundo e se construindo nele, repassando ideais já repassadas, ao mesmo tempo que acontecem concretamente como resultado desse fenômeno, são produtos dessa mesma sociedade, pois:

não é muito difícil conjecturar quais são as sociedades em que o prestígio cabe aos mais velhos e em que as forças revitalizantes da mocidade não se integram num movimento, permanecendo apenas como uma reserva latente. Acredito que as sociedades estáticas, que só se desenvolvem gradativamente e em que a taxa de mudança é relativamente baixa, confiarão sobretudo na experiência dos velhos. Mostrar-se-ão relutantes em encorajar as novas potencialidades latentes nos jovens. A educação destes será concentrada na transferência da tradição; seus métodos de ensino serão de mera cópia e repetição. As reservas vitais e espirituais da juventude serão deliberadamente negligenciadas, visto não haver uma vontade de romper com as tradições existentes na sociedade. (BRITTO, 1968, p. 72)

Com esse volume de informações, recriam espaços dentro de seus limites ou superando-os. Diante desse pensamento fica difícil de categorizar a juventude rural dentro de algum conceito que represente ou simbolize a totalidade das várias manifestações culturais do ser jovem dos povos das águas, das florestas e do campo. Entretanto, o que podemos estabelecer entre esses grupos heterogêneos é saber sua definição do que é juventude.

Essa compreensão não nos deixa cair no engano de fazer um estudo superficial ou simplista, proporcionando uma visão deturpada ou estigmatizada da juventude. Na prática rurais esses sujeitos continuam conduzidos para situações e contextos que se encontram cada vez menos independentes economicamente implicando concretamente em suas manifestações no mundo. É quando lidamos com:

o aumento de 1 milhão de pessoas na atividade agrícola certamente foi positivo, entretanto, é preciso deixar claro que a maior parcela (41,2%) é composta por trabalhadores não-remunerados, vindo em seguida os trabalhadores que realizam a produção para o seu próprio consumo (22,1%) e cabendo 13,6% aos trabalhadores por conta própria. (DAMASCENO, 1940, p. 57)

Entretanto, isso não quer dizer que ficam estáticos diante das dificuldades encontradas no enfrentamento da realidade. Esses/as jovens acabam criando e recriando, inovando ou incorporando formas de expressões e manifestações através de significações e simbologias compartilhadas entre si, nos grupos aos quais pertencem suas similaridades, mais ainda, suas diferenças.

A forma de exclusão da juventude do campo se dá através da desvalorização e do desprestígio da cultura camponesa gerando um sentimento de hostilidade e rejeição das novas gerações por falta de identidade com sua cultura e a falta de acesso as tecnologias.

Em 1985, no Brasil, pegaremos o indicativo sexo como variável para localizar o desemprego e suas taxas. Segundo Damasceno (1940), “a taxa de desemprego entre os homens era de 10,1% e entre as mulheres 15,5%. Já em 1995, entre os homens era de 11,8% e entre as mulheres de 15,3%”. Constatamos assim, um crescente, entre a população masculina do campo.

O desemprego no campo, mesmo sendo provocado pelo alto uso de tecnologias na ampliação do agronegócio e na concentração de terras, não entendemos que somente ele é o único indicativo responsável, consistindo, também, na jornada de trabalho que:

em alguns países desenvolvidos já baixou para menos de 36 horas semanais – quatro dias de trabalho contra três de folga, enquanto no Brasil a forma modal é 44 horas, cinco dias e meio de trabalho contra um dia e meio de folga. (DAMASCENO, 1940, p. 59)

Ao tratar a Juventude Rural precisamos abordar suas dimensões, produtiva e educacional, pois existe um forte discurso neoliberal no meio rural disseminado por algumas e alguns profissionais em suas instituições educacionais, em todos os níveis que não se pode impedir o movimento natural do progresso. Para Damasceno (1940), “a educação sempre esteve em concomitante relação ao mercado de trabalho – à reestruturação da economia internacional”.

Devemos questionar o que de fato é natural e progresso quando vemos a aculturação acontecendo em longa escala para atender a propósitos comerciais e econômicos como a ampliação dos investimentos para o agronegócio e as políticas públicas de contenção para agricultura familiar enfraquecendo a permanência e a identidade juvenil do campo.

Não deixamos de considerar os impactos e influências que permeiam toda a construção do universo juvenil. E como estamos falando de juventude rural como categoria conceitual é importante trazer esses dados que incidem no número elevado de jovens camponeses que absorvem a cultura urbana por falta de valorização da sua, onde, a escolarização é um importante espaço de fortalecimento dessa realidade. O que queremos abordar aqui é a juventude rural como fenômeno social e não como problema sociológico na tentativa de impedir que:

interrogações desse tipo que podem originar problemas de natureza teórica que, por sua vez, contribuem para uma relativa negação de um dado real, porque o complicam, destruindo-o virtualmente, aniquilando-o, criando-o como dimensão problemática, numa construção artificial que deveria ser irreduzível – no plano estritamente científico – a qualquer finalidade prática. (PAIS, 2003, P. 27)

Independente da orientação ideológica, algumas ações caminham na direção de doutrinação da população jovem do campo para permanecerem em seus territórios de origem, desconsiderando os processos educativos e formativos de conscientização, os contextos de sobrevivência desses/as jovens e a necessidade de inserção produtiva. Segundo Leite apud Maia (2002), “ao que parece, a grande missão da vida do professor rural seria a de demonstrar as excelências da vida do campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana”.

Discordamos veementemente desse tipo de conduta, ainda mais quando falamos de uma orientação voltada para as práticas da educação popular na educação do campo como prática libertadora.

Compreendemos a importância da permanência dos sujeitos jovens no campo, todavia, não faremos diferente dos algozes que enfrentamos se, massivamente, não dialogarmos e discutirmos com a juventude rural suas condições, opções e implicações nas escolhas diante da realidade, de outra forma, é tirania subtraindo a liberdade do ir e vir. Pois,

no capo, os jovens têm trabalho, embora em condições opostas a seus desejos e sonhos. Para alguns jovens, o campo é o lugar onde estão enraizadas suas relações afetivas, onde encontram a proteção da família, a companhia dos amigos, onde tem mais tranquilidade, mais segurança e menos violência. Eles pensam ainda que o campo há mais facilidade de possuir uma casa. Faltam, contudo, escola, universidade, emprego e, apesar de ter sempre trabalho, não é rentável e eles despendem muito esforço físico. (MATOS, 2006, p. 139)

Não cabe a proposta de educação libertadora tanger numa perspectiva unilateral, inculcando desejos e vontades na juventude os/as tornando apenas receptores no processo. Não fortaleçamos a doutrinação a qual o poder que nos subjuga, nos acusa, porém, desvendemos a origem dos antagonismos através da dialética nas contradições a qual a sociedade foi alicerçada.

Todo espaço de convívio humana é local de disputa de poder. Proporcionar um lugar nesses espaços para a juventude rural, garantindo sua vez e sua voz é promover exercícios práticos democráticos, debatendo fatos sóciohistóricos compartilhados pela humanidade estimulando nesses/as jovens o espírito de liberdade potencializando a conscientização.

Diante de todas as expressões de opressão na história, podemos ressaltar a escravatura, os/as trabalhadores/as assalariados/as e as mulheres nas sociedades patriarcais, entretanto, o sofrimento e o ressentimento desses grupos se apresentaram inúteis durante os anos vividos enquanto se mantiveram isolados. Porém,

tornou-se incontinente criador e relevante socialmente quando, no movimento das sufragistas, tais sofrimentos e sentimentos foram integrados, contribuindo assim, para reformar nossas opiniões a respeito do lugar e da função das mulheres na sociedade moderna. (BRITTO, 1968, p. 73)

A educação contextualizada é uma importante aliada nos processos de conscientização para combater às desigualdades e opressões, ou seja, resistir. Na

sociedade moderna, baseada na ciência e na razão, a escolarização é um processo valorizado pela população de um modo geral. Tratada pelas elites como privilégio, a educação sempre foi usada como aparelho ideológico de reprodução social da classe trabalhadora.

Esse modelo contextualizado de educação foi incorporado as pautas reivindicatórias dos povos tradicionais como direito fundamental de necessidade social, é quando podemos dizer que “agir contra o comando da autoridade, cometendo um pecado, é, em seu aspecto humano positivo, o primeiro ato de liberdade, isto é, o primeiro ato humano. [...] o ato de desobediência como um ato de liberdade marca o nascimento da razão. (FROMM, 1974, p. 37)

Fromm se refere a desobediência de Adão e Eva no paraíso como sendo o primeiro traço de humanidade movido pela racionalidade, ou seja, a quebra da ordem como um fenômeno intrínseco aos seres humanos ao se depararem com uma situação de opressão, agindo contra a força opressora.

Se evidencia uma rejeição e rompimento com as regras e normas do que se está posto. É a manifestação concreta e a decisão da não aceitação de um caminho escolhido por outro, na ação lógica do pensamento reflexivo, fazendo do ser mais humano, onde, a atitude de desobediência leva ao caminho da liberdade.

Esses fatores implicam diretamente na construção das definições e conceituações que se debruçam os estudos sobre a Juventude Rural, pois, é através dessas abstrações idiossincráticas que nos construímos como seres humanos que, no trabalho, encontra sentido para a vida e na fase adulta passa a oferecer condições de mudanças reais no comprometimento individual, repercutindo no coletivo social.

Podemos identificar o direcionamento de políticas públicas inseridas na educação para formação e qualificação voltadas para o atendimento da juventude rural e suas famílias intrinsecamente ligadas a segurança social, ou seja, os incentivos emergenciais na garantia da permanência dos jovens rurais e suas famílias em seus territórios, está implicado numa ação liberal e burguesa para a manutenção da ordem social.

Mesmo que algumas comunidades e assentamentos tenham sido beneficiados/as com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e crédito do semiárido, “os jovens não foram beneficiados, pois, os programas não chegaram aos assentamentos e comunidades estudados”. (MATOS, 2006, p. 139)

Nos referimos as tendências filosóficas/ideológicas que permeiam e estão imbricadas as ações públicas. É bem verdade que ao longo dos anos 50, pelo processo de industrialização no Brasil, foram muitas e diversas as execuções governamentais no campo, na parceria entre governo e agências internacionais que diziam investir na qualificação profissional para a melhoria de vida, diminuição das desigualdades sociais e erradicação da fome, eram esses os direcionamentos rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

Trazemos essas pontuações por achar que são as infraestruturas e superestruturas que nos condicionam a um comportamento e que a educação pode ter uma função determinante nesses processos de experiências do ser jovem. Entretanto, o fortalecimento da família é fundamental na identidade da juventude, pois, é através dela que se estabelecem as primeiras mediações de vínculos da vida camponesa e com a terra. Porque,

a família se constitui como um espaço de vida, trabalho, segurança, socialização e também de conflitos. Sendo o primeiro local de convivência dos sujeitos do campo, é na família que iniciam as relações afetivas e constroem valores: aprendem formas de relação entre as pessoas, com a natureza e o trabalho agrícola. (CALDART, PALUDO E DOLL, 2006, p. 79)

O ambiente de trabalho agrícola familiar, se confunde com o núcleo familiar que por sua vez é impregnado de princípios e valores que são consolidados pelos filhos através das projeções familiares. Esse fenômeno se evidencia na socialização dos espaços sendo a escola, o segundo lugar frequentado pelos/as filhos/as.

Então, podemos concordar que é no ciclo família-trabalho-escola que são elaboradas as idealizações do ser humano camponês. Em meio aos ensinamentos e troca de saberes, se estabelecem zonas de conflito e disputa entre pais e filhos sobre o que farão de suas vidas no presente e no futuro.

Ao mesmo tempo que existe uma tensão de seus responsáveis sobre quem serão, onde estarão e o que farão seus filhos/as, os/as filhos/as buscam suas individualidades e seus próprios caminhos, recebendo estímulos de todos os lados.

Aparecem outros fatores por dentro das comunidades ou assentamentos que direcionam as ações sociais que convergem para os desafios ou potencialidades dos sujeitos implicando no fortalecimento ou enfraquecimento dos territórios.

Demonstrando sua força de atuação no comportamento da família, do trabalho e da escola, alguns condicionantes aparecem de forma secundária, entretanto, suas articulações demonstram poder e força quando observadas mais de perto.

É o caso da ação da igreja, dos movimentos sociais, dos clubes esportivos, dos grupos de jovens que por meio de eventos ou rituais reforçam condutas comportamentais, tornando a comunidade ou o assentamento em um grande organismo vivo de integração e convivência. Então,

a comunidade é uma unidade de identificação para os jovens por ser o lugar onde moram, seu espaço de convivência e por favorecer a união e a força conjunta. É o lugar onde vão sendo estabelecidos os contatos com as formas de organização da sociedade e configura-se como um espaço formativo dos jovens, pois ali se exerce a solidariedade, a cidadania e a acolhida. (CALDART, PALUDO e DOLL, 2006, p. 79)

Dialeticamente, os seres humanos vão se construindo sujeitos atores de suas vidas através de relações sociais, mesmo construídos num processo de opressão, exploração e expropriação habitam desejos e vontades nesses sujeitos que emergem de formas diversas (negativa/positiva) em espaços aos quais possam se expressar de acordo com esses estímulos, ou seja, “se modifica, a medida em que transforma e modifica todo o conjunto das relações da qual ele é o ponto central”. (FIGUEIREDO, VERAS e LINS apud GRAMSCI, 2016, p. 35)

É claro que a parcela da juventude rural está inserida nesse contexto se deparando com as influências que determinam quem são e a forma de olharem seus territórios construindo suas raízes e fortalecendo seus vínculos sócio históricos, reconhecendo, existindo e afirmando suas multidimensionalidades.

Segundo Figueiredo et al. (2016), “o sujeito definitivamente não pode ser visto como algo fechado em si mesmo, mas sim como uma interação-ação-reflexão de sua prática político-social”. Então, nessa tentativa de elaboração de um conceito mais abrangente do que viria a ser a Juventude Rural, obtivemos a “compreensão de que todo homem concreto é sujeito de cultura, ou, em outros termos, um ser capaz de assumir conscientemente o seu mundo e de atuar no sentido de transformação do mesmo”. (FIGUEIREDO et al., 2016, p. 36)

O assunto abordado a seguir trata da fixação da juventude rural no campo através de condições materiais e estruturais: inserção produtiva e geração de trabalho e renda, educação contextualizada, formação profissional e cidadã, valorização da cultura

juvenil como fatores determinante para o auto reconhecimento da juventude camponesa colaborando com a diminuição do êxodo rural.

5.3 Inserção Produtiva: qualidade de vida dos povos tradicionais do campo

Nesse capítulo buscamos perceber a inclusão produtiva como um instrumento de fundamental importância nos processos de segurança social, contribuindo com a superação da realidade material resultante na melhoria de vida dos sujeitos do campo em meio ao confronto ideológico e concreto da defesa do Estado a propriedade privada e o acúmulo do capital.

O estudo questiona a qualidade de vida da população do campo, inter-relacionando contradições que se encontram pela manipulação do Poder Público de âmbito social, cultural, econômico, ambiental e tecnológico.

A possibilidade de uma rede de emancipação humana redistribuída pela geração de trabalho e renda no auxílio à autonomia na qualidade de vida das famílias da classe trabalhadora no campo, produz pertencimento e participação no resgate à cidadania com princípios na igualdade, potencializando seus efeitos inserindo-os/as a formação técnica e profissional nos espaços escolares e não escolares transformando o modo de existir da agricultura familiar.

Toda a riqueza construída ao longo do tempo desde os primeiros agrupamentos humanos das tidas sociedades “civilizadas”, se deram através da exploração dos/as escravizados/as, dos/as invisíveis, dos/as sem alma, dos/as descamisados/as, dos/as fracos/as, dos/as derrotados/as, dos/as vencidos/as, dos/as cansados/as, dos/as desamados/as.

A opressão sub-humana dessas castas (sobreviventes) garantiu a boa vida de um grupo seletivo, proporcionando qualidade de vida em troca de vidas, todas humanas. Isto é, a dizimação e o genocídio de sociedades inteiras, edificaram a extravagância e o luxo de outras sociedades.

Esse sistema escravagista de eterna subserviência se sofisticou e foi incorporado as sociedades modernas dentro das reorganizações estruturantes na elaboração dos “Estados Democráticos”.

Fica evidente essa realidade quando investigamos em que sentido vão os direcionamentos das ações sociais perpetuando a condição de sujeição e não de superação da classe trabalhadora, inferiorizada.

Essa prática ideológica se concretiza nos centros urbanos e no campo, mesmo compreendendo as complexidades e importâncias da discussão do meio urbano, iremos nos delimitar ao campo por ser o lugar e foco desse estudo.

Como já vimos em outros tópicos acima, toda a construção dos modelos de produção agrários no Brasil se deu permeando interesses liberais que influenciaram todas as épocas na história, datando da invasão territorial de Portugal no nosso litoral até a atualidade no século XXI. Todos os esforços de manterem cativos os povos tradicionais em diferentes épocas desaguam na sua permanente instabilidade junto a pobreza, ao adoecimento e a fome.

Pensando no universo do campo e em suas complexidades socioeconômicas e psicossociais, Beserra(2017), nos demonstra algumas das diferenças que compõem o mosaico intrínseco das relações de trabalho e renda com suas construções subjetivas definindo as multidimensões do dia a dia camponês. Através da:

relação com a Terra por meio da sua propriedade jurídica produz os pequenos proprietários, que, por sua vez, não compõem um conjunto homogêneo. Dentro dessa categoria podemos encontrar uma diversidade extraordinária de possibilidades:

- a) os que possuem mais ou menos terras;
- b) os que vivem em condições melhores ou piores;
- c) os que se utilizam ou não de empréstimos bancários;
- d) os que moram mais próximos ou mais distantes dos centros urbanos e complementam ou não as atividades agrícolas com atividades urbanas;
- e) os cujos filhos migram para os grandes centros do país e da ajuda desses filhos depende a continuidade da sua condição de camponês pequeno proprietário;
- f) os cujas terras são tão exíguas que os obrigam ao assalariamento em propriedades próximas e/ou ao arrendamento de mais parcelas de terra necessárias à subsistência de toda a família, etc. (BESERRA, 2017, p.19)

É importante compreendermos estas situações acima descritas pela autora, quando localiza a realidade econômica das famílias agricultoras no campo, pois, através desta demonstração podemos ter um olhar mais geral, implicando na dimensão e no estado que se encontram as famílias camponesas na atualidade.

Nos últimos anos o campo tem sido palco intenso de pesquisas e estudos promovidos por diversos agentes sociais públicos e privados que buscam produzir propostas e sugestões de superações das dificuldades com base nos princípios de cada agência.

Deve-se ter atenção nas informações divulgadas por tais agências, pois, nesse momento se evidenciam suas reais intenções e a que interesses servem, se ao povo ou ao capital.

No século XIX, auge da revolução industrial na Inglaterra, na perspectiva da economia política e análises sobre a organização no desenvolvimento da produção capitalista, Marx (2012) sistematiza “o modelo agrícola da época e o controle de todos os bens da sociedade por meio das teorias da mercadoria, do valor, da mais-valia, da acumulação e da reprodução ampliada do capital”, entretanto:

[...] ao estudar a forma como o capital se desenvolvia e organizava a produção na agricultura, concluiu que havia particularidades e especificidades relacionadas com a natureza, o ciclo da produção, o limite físico da unidade de produção e a dispersão dos produtores capitalistas. Assim, a teoria que explicava o funcionamento do capital dentro de uma fábrica, não era suficiente para explicar a realidade do capital na produção agrícola. Ele percebeu, portanto, que havia muitas diferenças entre a atuação do capital na indústria, no comércio e na agricultura. (CALDART et al., 2012, p. 667)

Assim, entendemos que a indústria e o comércio tem a sua lógica e funcionamento semelhantes sobre as taxas médias de lucro por ramo de atividade sobre seus produtos, porém, na agricultura, a lógica da produção agrícola não se encaixa nas mesmas características, não se atendo apenas ao produto, mas, também sobre todas as terras na produção de todos os produtos agrícolas colocados no mercado.

Diante dessa ideia e na concepção da inserção produtiva na geração de trabalho e renda é fundamental que compreendamos suas particularidades e independências nos processos ao propor um estudo que se debruce sobre a atuação coletiva de grupos familiares e suas produções agrícolas.

Principalmente, quando a real intenção do Estado é o uso de políticas públicas emergenciais de retenção de pobre no campo não a superação dos desafios territoriais pela melhoria de vida da classe trabalhadora do semiárido. Outro ponto deve ser observado, o enfrentamento da lógica neoliberal intrínseca na sociedade civil executada como projeto popular.

Baseado nas análises sobre o capital e a produção perpassando pelas inter-relações entre educação do campo, juventude, família e trabalho que a autora acima explana, podemos dizer que a inserção produtiva, também, chamada de geração de trabalho e renda faz parte das ações do projeto popular desenvolvido, pretendendo criar ações que assegurem as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Para isso, no auxílio as famílias, o Estado atua através do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

As políticas públicas existem pela falta do Estado em não garantir a estruturação com qualidade dos serviços públicos essenciais para a classe trabalhadora e a crítica a essas políticas públicas é cabida desde sua concepção a execução, onde, ao longo da história governantes se utilizam de programas nacionais para controle social e benefício pessoal.

Com o discurso de progresso e desenvolvimento junto a falta de clareza política, podemos observar na atualidade, uma gigantesca onda conservadora e reacionária de proporções globais associada aos movimentos totalitários que deu início na Europa nos anos 30. O fascismo e o nazismo se utilizaram do poder da mídia através da propaganda para controle e doutrinação da população na aceitação e convencimento dos seus projetos diante da opinião pública.

Os líderes de tais movimentos justificaram suas cruéis atrocidades, em meio a aplausos e apoio social que recebiam, dissimulavam por meio da eloquência, da oratória e da persuasão ao custo da morte de milhares de seres humanos, alterando para sempre a vida de outros milhões.

Quando o capital precisa avançar, ou seja, ampliar seus lucros, ele se ajusta, se readéqua, se metamorfoseia. Trata-se de aumentar sua dominação política e jurídica comprando a classe política de um país que cria uma crise econômica e desestabilidade financeira orquestrando o caos social através dos veículos de comunicação que condensam e deturpam informações para manipular a opinião pública e a população em massa.

Foi o que vimos com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff que permaneceu no poder até onde foi útil para as elites e oligarquias econômicas, a partir do momento que ela não era mais necessária, trataram de substituí-la por seu vice, que prontamente vem atendendo a todas solicitações imperialistas, agindo contra a sociedade brasileira, entregando as riquezas do país, financiado pelo capital estrangeiro.

A primeira ação do governo é a restrição de investimentos e cortes nas políticas públicas no atendimento dos serviços essenciais como o seu congelamento por vinte anos. Seguido de medidas que vão na retirada de direitos trabalhistas com a desculpa de reajuste orçamentário, logo atrás, vêm as privatizações, as concessões e as

vendas de terras indiscriminadas para estrangeiros para a exploração das riquezas naturais com reserva de capital humano.

Outros pontos atingidos por essas quadrilhas dos mais altos escalões do governo são as leis em suas formas como a Constituição Federal, leis orgânicas dos municípios e estados, os estatutos de proteção e conservação da vida humana e ambiental, a transição da concepção dos serviços públicos como direito para uma relação mercantil e comercial tratando seu público alvo como clientela.

Mesmo a população mantendo toda a estrutura do Estado e pagando caro por todas as demandas e ingerências, nesse movimento a classe trabalhadora é desqualificada e tratada como inferior.

Saberes tradicionais e grupos étnicos são descaracterizados, suas diferenças desrespeitadas, o trabalho escravo é justificado. A classe trabalhadora é explorada e subjugada até o fim de suas forças responsabilizada pelo sofrimento que passam.

Atualmente, a propaganda ainda fascina, ergue governos e os destronam e mais uma vez vemos o povo cheio de informação, porém, sem clareza, agem feito ovelhas arrebanhadas, assustados, acuados e esgotados de sofrerem tantas violências. Buscam extravasar fazendo justiça com as próprias mãos, não compreendendo quem são seus reais inimigos, pois os admiram.

A propaganda é um aparelho ideológico da burguesia, essa afirmação se concretiza quando as informações veiculadas são dissimulações para ludibriar ou confundir a opinião pública.

Isto é, quando a mídia se utiliza de seu acesso e poder de convencimento para inculcar uma ideia que condicione a população a atender seus interesses subliminares, manipulando a população que pensa agir conscientemente, transformando assim, sua importância e responsabilidade social em um cruel e massivo jogo de alienação.

Mas não queremos embarcar nessa discussão da propaganda, conscientização versus alienação, porém, vejo relevância para o/a leitor/a entender a potência do poder que é investido diariamente dentro de nossas casas através de um aparelho ingênuo e indefeso como a televisão.

Como as propagandas do agronegócio, do sucesso dos serviços públicos, da diminuição da miséria e sempre muitos produtos para preencher o vazio emocional e psicológico que sentimos, estão convivendo conosco em nossos momentos mais íntimos e disputando nossa atenção com nossos entes queridos.

Também, alertamos para as ações do governo junto a população camponesa que traz um discurso inovador, mas cheio de velhas práticas avançando no paternalismo exercendo um controle bondoso sobre a população através de suas instituições.

Há contradição nas instituições educacionais que funcionam como braços do governo fortalecendo a reprodução das desigualdades sociais, mesmo quando formam profissionais críticos e reflexivos, interessados e empenhados em contribuir com as transformações das realidades as quais estão inseridos.

Toda a educação reflete a dimensão do trabalho mecânico, pois, todos os investimentos das células sociais, por mais distintas que sejam, estão engajadas na preparação do indivíduo voltados para a execução de uma tarefa. A crítica que cabe é que tipo de formação e para qual trabalho estamos sendo formados, já que:

[...] a brutalização do trabalho pelo capital, no processo de constituição do modo de produção capitalista, desde cedo foi o que impulsionou as críticas radicais ao novo modo de produção, à visão social do mundo e ao poder político que iam se afirmando. Também desencadeou as lutas pelos direitos, por condições dignas de vida e pela possibilidade de afirmação das identidades, as lutas dos movimentos reivindicatórios, de contestação e de busca pelo poder político do século XX. (CALDART et al., 2012, p. 280)

A concepção dialética do trabalho como princípio educativo para a formação integral dos sujeitos está na superação do capital referente a exploração humana. O fato é o entendimento que se tem diante das instituições e organizações, nacionais ou internacionais, que se dedicam a diminuição das desigualdades, entretanto, seu objetivo se perde quando seus resultados se expressam unicamente nos lucros, não conseguindo acompanhar as contradições promovidas pelo trabalho, fortalecendo seu processo de negação.

O ser humano tem seu caráter fundamental humano construído no trabalho, por isso, não podemos dissociá-lo da educação que em princípio, deveria ter sua relação baseada na humanização reafirmando seu princípio formativo mediatizado pelas diversas realidades contribuindo com as manifestações concretas nas reelaborações sociais. Segundo Caldart apud Gramsci (2012), “tal interiorização é fundamental para não formar pessoas que se comportem como mamíferos de luxo, vale dizer pessoas que acham natural viver do trabalho dos outros, explorando-os”.

Lucidez política e coerência ética é o que se busca nas relações sociais junto ao Estado rumo a superação das desigualdades, pois, o que for diferente disso pode se configurar em oportunismo, populismo ou paternalismo. Afirma Nunes apud Galeano

(2012), “cada vez resta mais gente à beira do caminho, sem trabalho no campo, onde o latifúndio reina com suas gigantescas terras improdutivas, e sem trabalho na cidade, onde reinam as máquinas: o sistema vomita homens”.

A práxis²² proporciona reflexões necessárias para o desvelamento da realidade, como Nunes afirma acima. Esse fenômeno fortalece as mudanças através da percepção das contradições, implicando diretamente na forma de subsistência da população camponesa. Toda a inserção produtiva se dá através do ingresso no mercado de trabalho se efetivando pela geração de trabalho e renda que estão ligados diretamente no ganho de importâncias por pessoa física ou jurídica a qual houve esforço físico ou intelectual, gerando remuneração pelo trabalho ou serviço prestado, onde, esse valor financeiro deve ser sujeito a obrigações tributárias ou não.

Diferentemente da classe burguesa que vive da exploração do trabalho de seus empregados, a classe trabalhadora só tem sua força de trabalho para vender. Viver do próprio trabalho é uma exigência social. É sobre os rumos dessa formação profissional dos/as filhos/as do proletariado que surgem as críticas, pois, um educador/a não pode ter seus princípios e valores fundamentados no senso comum com foco na futilidade e na superficialidade das relações.

Atualmente a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil, abastece 4,3 milhões de estabelecimentos comerciais, absorve 74% da mão-de-obra no campo e é responsável por 33% do valor bruto da produção agropecuária em todo o território nacional.

Toda essa explanação é para promover uma reflexão: a intencionalidade histórica da desvalorização da agricultura familiar e suas implicações de dependência junto ao Estado que controla e impede seu crescimento e autonomia, repercutindo diretamente nas manifestações materiais e concretas da juventude.

Concluo esse capítulo ressaltando a importância de ações que fortaleçam a segurança social na perspectiva da superação dos problemas, onde, não tem como fugir do confronto ideológico ou da negação das contradições proporcionada por reflexões que conduzam a qualidade de vida das famílias camponesas por meio de sua participação nas articulações dialogadas com o Estado e a sociedade civil.

²² A práxis refere-se em geral à atividade livre, universal, criativa por meio da qual o homem cria, faz, produz e transforma a história. (BOTTOMORE, 2013, p. 430)

6. DIALOGANDO COM OS ACHADOS – RETORNO DO CAMPO

Quando seguimos no caminho de uma pesquisa nos perguntamos quais ou qual o melhor caminho a seguir. Em meio ao oceano de métodos e técnicas quais seriam adequadas para se chegar, de fato, ao mais profundo da questão principal.

A ideia é que se alcance não somente a intensidade da resposta à pergunta central investigada, mais também, encontrar a raiz de tal construção. A intensão da pesquisa qualitativa está em compreender os processos que colaboram para a elaboração de um determinado fenômeno.

Para isso, acreditamos ser de extrema importância a formação profissional, entretanto, a sensibilidade do/a pesquisador/a é de fundamental relevância para a interpretação de seus achados, ainda mais, quando nos referimos a um trabalho qualitativo, ao se tratar da percepção de um indivíduo sobre a relação e o comportamento de um determinado objeto ao considerar que esse mesmo objeto não está estático ou passivo, simplesmente sofrendo mutações em si mesmo, isoladamente.

Afirma Triviños (1987), “os dados será aquilo que procurará, fundamentalmente, em torno do fenômeno que pensa estudar”. Nesse contexto, inicialmente, nos deparamos com uma incansável busca teórica em torno do tema.

Para daí, selecionarmos instrumentos e ferramentas metodológicas de registros que nos possibilitem uma melhor captação dos dados que conduzirão a uma leitura mais ampla da realidade que o projeto possa abarcar, sem comprometer a veracidade e a idoneidade das respostas na aplicação dos instrumentos, ou seja, as entrevistas.

O cuidado que se deve ter com essa preparação e estruturação de ida a campo tem como finalidade não comprometer, em hipótese alguma, as respostas à pergunta principal fazendo com que o/a pesquisador/a não se detenha nas prováveis adversidades por falta ou excesso.

Por falta - deixar de registrar fato importante por não está com o material necessário ou excesso - levar material demasiadamente ao ponto de interferir na coleta de dados na relação pesquisador/material/entrevistado. Isso implicaria diretamente na fundamentação complementar com base na análise de conteúdo.

6.1 Pesquisador de Primeira Viagem

Ainda durante a elaboração da viagem que já começou na cabeça, o/a pesquisador/a deve conferir a documentação que utilizará para autorização do uso de imagem e veiculação das informações de seus entrevistados/as.

Além do termo de consentimento que lemos e explicamos antes da aplicação das entrevistas, criamos e apresentamos junto com o termo, uma ficha de cadastro de entrevistado (apêndice II) para registro, controle e manipulação de informações pessoais dos grupos trabalhados no sentido de contribuir como referências mais objetivas.

A ficha em questão auxiliou na elaboração do quadro 3 e dos gráficos contribuindo na organização e análise dos dados fazendo relação entre si, favorecendo uma melhor compreensão do/a leitor/a através de ilustrações e representações dando consistência aos achados.

Todas as informações coletadas estão à mostra, porém, as identidades dos sujeitos serão garantidas no intuito de preservar sua imagem em função da ética e de suas respostas intrigantes e inquietadoras de cunho político, ideológico e filosófico.

Onde, buscamos nesses apontamentos promover reflexões para ações futuras na melhoria de vida dos sujeitos do campo e não dificultá-los após a divulgação da pesquisa.

Aproveitando o momento, agradecemos a participação do/a facilitador/a que nos reportaremos pela letra A, por ter sido o/a primeiro/a facilitador/a a ser entrevistado/a. Sua gentileza e disponibilidade foram determinantes para caminhar positivamente na captação dos dados nos fazendo refletir sobre a importância de se ter noção real do território a percorrer, do contato com alguém local, prevendo toda logística para a satisfação dos resultados. Segundo Triviños (1987):

alguns pesquisadores que iniciam, pela primeira vez, trabalhos de campo acham que qualquer pessoa pode ser útil no fornecimento das informações que deseja. Realmente, não é assim. A escolha dos sujeitos mais capacitados para prestar ajuda à pesquisa não é fácil. Talvez o pesquisador tenha de se ver obrigado a processos de ensaio e erros reiteradas vezes antes de encontrar as pessoas adequadas para atingir os objetivos pensados.

Pensando sobre o que Triviños coloca e refletindo sobre a falta de experiência na condução de uma pesquisa, nos reportamos sobre a dificuldade de material que aborde o tempo de permanência do pesquisador em campo para a

qualidade do trabalho, especificamente, quando se trata de uma dissertação, onde o tempo é mais reduzido.

Particularmente, pensava haver um juízo de valor ou alguma contestação por parte do/a leitor/a reduzindo o valor do trabalho em relação ao pouco tempo de permanência do/a pesquisador/a em campo. Entendemos que a qualidade do trabalho, nessa perspectiva, não é determinada por seu tempo e sim pela rigidez na coleta de dados satisfatória na resposta às perguntas.

Outra consideração é o diário de campo, foi um importante instrumento para manter viva as impressões (emoções e sensações) no registro significativo na percepção do pesquisador, onde, nos reportaremos sobre a segurança que sentimos ao chegar em Crateús ao ser recebido pelo/a facilitador/aA.

Acreditamos ser reflexo da boa relação pessoal e profissional desenvolvida entre os/as facilitadores/as, mesmo após a execução do Curso em 2014. Através das redes sociais, ainda mantivemos contato implicando nos atuais encontros calorosos. Mas, ainda falando sobre a utilização do diário de campo, podemos dizer que:

também o pesquisador faz anotações sobre questões metodológicas: os aspectos positivos que elas apresentam, as falhas que ressaltam no decorrer do estudo, a necessidade de corrigir algumas técnicas, de proceder de outra maneira, de levantar interrogativas sobre o uso de determinados instrumentos etc. Não se perde a oportunidade, se surgir, de fazer observações sobre o referencial teórico: se tais fenômenos confirmam parcial ou totalmente o apoio teórico, se é necessário aprofundar alguns aspectos da teoria, se esta é refutada pela prática, se pode surgir um novo conjunto de ideias que podem explicar as características da situação que está em análise etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 157)

Inclusive, fazendo registro do que considerar importante no trajeto. Chegamos em nosso destino na noite do dia 18/12/17 preparado para executar o trabalho em até uma semana, com a possibilidade de retorno, caso fosse necessário.

Na mesma noite, o/a referido/a facilitador/aA, já se articulara com os grupos a serem entrevistados e diante do acontecido, no dia 19/12/17, depois de um dia exaustivo pelo clima e o deslocamento de moto de um local a outro, já havíamos concluído uma parte considerável das entrevistas.

No dia seguinte, 20/12/17, concluímos o trabalho in loco no final da tarde, entrevistando o grupo dos/as facilitadores/as, retornando para casa antes do previsto. Aparentemente, tudo já estava encaminhado, mas não é tão simples.

Entendemos que a resposta positiva ao nosso apelo se deu em parte, pela relação de proximidade que o/a facilitador/aA tem com os grupos relacionados a pesquisa que previamente havia sinalizado. E por ter se ausentado de seus a fazeres para nos auxiliar durante todos os dias que permanecemos, estando totalmente à disposição.

Então, ao nos receberem, estavam recebendo o/a facilitador/aA por extensão. Este fato resultou que não tivemos resistência na aplicação das entrevistas. Nosso acesso e permanência na comunidade de Jatobá dos Umbelinos foi facilitada pelo mesmo motivo, fomos acolhidos na casa de seus pais.

Mesmo sendo na mesma comunidade, as residências são distantes umas das outras, o transporte público local é unicamente o transporte escolar, se locomover apenas de transporte próprio ou caminhada.

Os/as educandos/as mantém seus compromissos e responsabilidades familiares e profissionais, abriram um espaço para nos atender. No Centro Comunitário de Jatobá dos Umbelinos culminou com o número previsto para a aplicação da entrevista do tipo grupo focal com sete educandos/as.

FOTO 04 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DA REGIÃO DE JATOBÁ DOS UMBELINOS - 2017



Fonte: Registro do Pesquisador(2014)

Também, ressalto a linguagem abordada pelo pesquisador para com seus entrevistados/as, pois, somente na transcrição das entrevistas observamos o comprometimento que existe na comunicação.

O que dizemos é que com uma linguagem mais rebuscada ou mais acadêmica o/a pesquisador/a pode não se fazer compreendido, havendo grandes possibilidades de ruídos na interpretação dos sujeitos diante da pergunta, implicando diretamente no conteúdo das respostas.

O tempo das entrevistas é outro cuidado que se deve ter, constatamos que trinta minutos de entrevista é suficiente para cada momento, individual ou coletivo, dentro das técnicas de entrevista utilizadas. Nos utilizamos da técnica semiestruturada, com duas perguntas como pilares norteadores deixando livre o/a entrevistado/a na obtenção das respostas. Porque,

em geral, a duração da entrevista é flexível e depende das circunstâncias que rodeiam principalmente o informante e o teor do assunto em estudo. Porém, nossa experiência nos indica que uma entrevista que se prolongue muito além de trinta minutos se torna repetitiva e se empobrece consideravelmente. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146-147)

Nossas entrevistas tiveram duração entre 5 minutos a 1 hora e 20 minutos. Diante da afirmação acima, garanto que a repetição realmente aparece, entretanto, refletindo sobre a repetição das ideias ditadiferentemente, as vezes nos leva a pensar por outro ângulo.

É como se a palavra oralizada de outras formas, mantendo o mesmo sentido, ampliasse ou fizesse com que o/a pesquisador/a enxergasse coisas antes não percebidas. Compreendemos no momento das transcrições, mesmo mais longas, que ficava mais fácil de entender o que estavam dizendo os/as entrevistados/as, quando o diziam mais de uma vez.

Ocasionalmente, achamos está estabelecendo uma comunicação com nosso interlocutor, porém, o que acontece é cada indivíduo orbitando em seu universo, sem haver, de fato, uma compreensão do universo do outro, deixando margem para as más interpretações, de âmbito inconsciente.

Um processo extremamente sofisticado é a conscientização, exige mais do sujeito em relação a se reconhecer em profundidade e intensidade nos processos culturais aos quais estão inseridos. Se trata de auto perceber-se nos processos a um nível elevado, onde, não se naturalizam as superficialidades de uma falsa comunicação que se pensa estabelecida.

É quando a palavra dita diferente faz toda diferença por trazer significado e significância. Nos referimos a linguagem falada acadêmica ou camponesa (urbana e/ou

rural), possuidores/as de sua própria estrutura, suas ligações, suas influências, suas construções regionais e locais, etc. Enfim, as palavras possuem identidades que se materializam através da fala.

Inclusive é um momento de crescimento para o/a próprio/a pesquisador/a que se força a reversibilidade, ou seja, ser honesto consigo mesmo/a ao ponto de reconhecer suas limitações diante da devolutiva de seus entrevistados/as, no intuito de refazer-se. É quando, imediatamente ou não, percebe-se a falta de comunicação inerente ao diálogo, sendo ele/a o/a responsável pela condução da entrevista para a satisfação de seus achados e a manutenção de suas respostas, atentar para essas dinâmicas descritas acima pode ser crucial.

6.2 Organização dos Dados e Criação de Recursos: no caminho das análises

[...] a coleta e a análise de dados são tão vitais na pesquisa qualitativa, talvez mais que na investigação tradicional, pela implicância nelas do investigador, que precisam de enfoques aprofundados, tendo presente, porém, o que acabamos de ressaltar: seu processo unitário, integral. (TRIVIÑOS, 1987, p. 137)

Nesse viés, para facilitar a relação entre os dados e a compreensão do/a leitor/a, foram criados dois quadros tirados das transcrições das entrevistas, apêndices III e IV demonstrados abaixo:

TABELA 05 - QUADRO DE ENTREVISTAS 1- UNIDADE DE REGISTRO

Tema: Formação Cidadã e Técnica

Categoria de Análise	Sujeito - Entrevistado(a)	Resposta	Síntese das Respostas
Contribuição do Curso	Quem é? Qual seu envolvimento?	Transcrição	Pontos importantes para a pesquisa

Tema: Geração de Trabalho e Renda dos/as Educandos(as)

Categoria de Análise	Sujeito - Entrevistado(a)	Resposta	Síntese das Respostas
Inserção Produtiva	Quem é? Qual seu envolvimento?	Transcrição	Pontos importantes para a pesquisa

Fonte: Instrumental criado pelo pesquisador para manuseio dos achados (2018)

TABELA 06 - QUADRO DE ENTREVISTAS 2 – UNIDADE DE CONTEXTO

Tema: Formação Cidadã e Técnica

Categoria de Análise	Sujeito - Entrevistado(a)	Resposta	Síntese das Respostas
Contribuição do Curso	Quem é? Qual seu envolvimento?	Transcrição	Pontos importantes para a pesquisa

Tema: Geração de Trabalho e Renda dos/as Educandos(as)

Categoria de Análise	Sujeito - Entrevistado(a)	Resposta	Síntese das Respostas
Inserção Produtiva	Quem é? Qual seu envolvimento?	Transcrição	Pontos importantes para a pesquisa

Fonte: Instrumental criado pelo pesquisador para manuseio dos achados (2018)

Também,foi criada uma ficha de cadastro de entrevistado/a apresentada a seguir, que se encontra no apêndice II proporcionando a elaboração de treze gráficos (apêndice V) para nos auxiliarem na organização dos dados, potencializando a fluidez no cruzamento de informações, consolidando as respostas na hora das análises. Os gráficos citados acima estão disponíveis nos apêndices.

FICHA UTILIZADA PARA CONTROLE DO/A PESQUISADOR/A

Ficha de Cadastro de Entrevistado

Dados do Entrevistado: Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Sujeito na pesquisa: _____ Nome: _____ Endereço: _____ Estado Civil: _____ Filhos: _____ Telefone/Whatsapp: _____ Idade: _____ Sexo: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino Escolaridade: _____ Mora com quantas pessoas? _____ Renda familiar: _____ Último emprego: _____ Ano: _____ Emprego atual: _____ Ano: _____	Faz parte de alguma organização: ____ Qual? _____ Morou em outro local? ____ Onde? _____ Conhece outro: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não – Assentamento <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não - Município <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não – Cidade <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não – Estado <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não – País Foi: <input type="checkbox"/> Passeio <input type="checkbox"/> Trabalho _____ ASSINATURA DO ENTREVISTADO RG: _____
---	--

Os quadros 1 e 2 são destacados por temas e distribuídos por agrupamentos. No quadro 1 temos: **categoria de análise, sujeitos/entrevistados, resposta e síntese da resposta.**

Na categoria de análise, situamos a temática trabalhada, sendo seus elementos de construção responsáveis por respostas aos objetivos da pesquisa. Seguimos com os sujeitos/entrevistados/as localizando quem são e qual sua participação no processo do Curso e da pesquisa. Sequencialmente, a resposta que é a transcrição, ou seja, a devolução à pergunta original norteadora.

Conservamos a linguagem regional dos entrevistados/as simbolizando respeito a sua cultura quebrando com a imposição classista e preconceituosa da exigência social da linguagem culta. E para finalizar o quadro 1, a síntese da resposta que nada mais é que os pontos principais, fazemos um recorte das ideias centrais dos sujeitos/entrevistados/as.

No quadro 2, a classificação aconteceu pela categoria de análise e sua distribuição foi feita por categorização através dos seguintes pontos: **subcategorias, apontamentos de construção e consequências da ação.** As subcategorias surgiram mediante a incidência e congruência de respostas entre os/as entrevistados/as, foi quando o número agrupado das respostas se fez ressaltar na pesquisa quantitativamente. A somatória das falas diferenciadas dos sujeitos, todavia, no mesmo sentido é a razão da construção de cada subcategoria.

Os apontamentos de construção são fragmentos das respostas dos/as entrevistados/as na íntegra, sem perder de vista o contexto da pergunta. Ainda nesse ponto, aparece à frente a letra S de subcategoria e o número que se reporta, definindo qual subcategoria aquele apontamento de construção pertence, onde, após seu montante, concluímos por robustez quais subcategorias representar.

Para a conclusão desse quadro 2, a consequência da ação foi construída a partir da reconfiguração das respostas, isto é, intervenção do pesquisador no repasse da linguagem escrita com base nas normas gramaticais e formas acadêmicas na sintetização do pensamento dos entrevistados/as por meio da direção que se seguiam suas respostas.

Como dito anteriormente, o quadro 3 foi criado a partir da ficha de cadastro do entrevistado para atender a complementações de informações dos sujeitos objetivamente, onde, somente o grupo dos/as educandos/as teve esse destino.

É uma espécie de questionário socioeconômico sintetizado, inicialmente utilizado para controle pessoal das informações dos sujeitos ao longo das entrevistas. Posteriormente, estes mesmos dados foram transformados em gráficos, ficando mais compreensíveis e visualmente mais agradável para o/a leitor/a.

Também, agrupados por classes, são eles: sujeitos, sexo, idade, estado civil, escolaridade, moradores por família, renda familiar, trabalho atual, morou em outro local, conheceu outro (assentamento, município, cidade, estado ou país) e foi a (passeio ou trabalho).

Esse conjunto criado e formulado sem grandes pretensões, têm sua contribuição na análise dos dados, fortalecendo eixos e conexões na conclusão das próprias hipóteses.

6.3 Unidade de Análise

Seguiremos no texto descrevendo o método de análise de conteúdo adotado por suas contribuições e considerações na organização dos dados. A introdução do método se deu por ser a forma a qual achamos mais adequada por sua abordagem nas análises dos dados, pois:

[..] para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético. (TRIVIÑOS, 1987, p. 160)

Este instrumento de análise mantém sua importância na relação entre o/a pesquisador/a e seus achados no sentido de obter seus repasses através do estabelecimento da comunicação como chave do processo que se constrói por procedimentos sistemáticos e objetivos após as entrevistas.

Essa técnica de análise visa obter apontamentos abstratos que surjam no manuseio do/a pesquisador/a com seus achados, de forma direta ou indireta, a encontrar minúcias dentro do contexto das mensagens, tornando tangíveis suas complexidades e contradições.

Ainda, nessa direção se busca o favorecimento de sinais, qualitativos ou não, que facilite na relação entre as informações cruzadas, considerando as variáveis na

produção de seu reconhecimento, potencializando seu resultado relativo ao conteúdo. Segundo Triviños apud Bardin (1987):

[...] análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

O autor, em sua obra, considerando o tempo ao qual foi dito, nos recomenda trabalharmos com a linguagem na sua forma escrita, por ser mais consistente e mais objetiva. Porém, a linguagem na forma oral pode ser facilmente captada e armazenada em algum dispositivo eletroeletrônico para manuseio quando necessário.

Se a audição for um sentido estimulado do/a pesquisador/a, ao escutar as vozes dos sujeitos, memórias e lembranças podem se intensificar pelo tom da palavra dita, demonstrando eficiência na transcrição.

Os métodos e técnicas são quem determinam o que uma pesquisa é. O/a pesquisador/a ao se deparar com tais instrumentos e ferramentas é quem resolverá com quais se relacionará. Sem a compreensão básica desses conceitos fica inútil sua utilização no alinhamento das hipóteses ao delimitar os conteúdos das mensagens. Afirma Triviños (1987), que:

a classificação dos conceitos, a codificação dos mesmos, a categorização etc., são procedimentos indispensáveis na utilização deste método que comentamos. Mas todos estes suportes "materiais" serão francamente inúteis no emprego da análise de conteúdo se o pesquisador não possuir amplo campo de clareza teórica.

A individualidade do/a pesquisador/a surge quanto à sua forma e o seu direcionamento, considerado relevante ou não, pela elaboração e pela relação de seus achados. Ao perceber que enquanto alguns preferem trabalhar com aspectos qualitativos, outros preferem aspectos quantitativos.

Esse fenômeno se evidencia na construção da unidade de registro e na unidade de contexto demonstradas na organização dos dados, implicando na segurança do/a pesquisador/a amplificando sua compreensão como veremos a seguir.

7. DELINEAMENTOS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Esta parte da escrita tem como proposta promover uma reflexão acerca das categorias de análises selecionadas para organização geral do trabalho, às quais se fundamentam nas discussões sobre Contribuição do Curso, Inserção Produtiva e Prática Pedagógica, no que tange a pergunta principal, sem perder o foco central que originou esse trabalho: Qual a contribuição do Curso da UNILAB nas atividades profissionais dos/as educandos/as referente sua inserção produtiva para a melhoria da vida dos educandos/as e seus familiares?

A intenção é partir de apontamentos feito pelos próprios sujeitos inseridos no universo camponês e que de alguma forma tiveram ligações com o Curso, abordar temas gerais sobre suas realidades, considerando a vida como um processo formativo que está implicitamente ligado a família, a escola e ao mundo do trabalho.

Ainda, considerando suas dimensões e esferas política e ideológica, delineando seus avanços e entraves, perpassando por momentos e situações de maior sensibilidade na formação técnica e cidadã dos envolvidos no processo.

Este trabalho traz informações e apontamentos que servirão de avaliação referente aos objetivos do Curso de formação executado em 2014, onde, suas conclusões serão uteis em ações futuras, diminuindo os riscos e equívocos formativos, maximizando assertividade na abordagem metodológica, contribuindo para o fortalecimento do campo através de métodos e técnicas rumo à educação libertadora.

Diante do exposto, enfatizamos que o volume do tema é imenso, porém, nos falta tempo para desenvolvê-lo em tantos aspectos, dimensões e esferas as quais gostaríamos. Abaixo, seguiremos atentamente na intenção de chegarmos mais próximo à elaboração do conceito em relação à definição destes instrumentos, como diz Triviños apud Bardin (1987):

[...] a análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens".

No ponto a seguir, dialogaremos com as categorias de análises que surgiram mediante aos apontamentos das entrevistas. Nos utilizaremos da escrita para inter-relacionar tais categorias ao desenvolver sistematicamente as conclusões diante dos

achados. As citações no corpo do trabalho são frutos das entrevistas usadas para fundamentar as descrições e os conteúdos das mensagens objetivamente.

7.1 Análises dos Dados e suas Categorias de Análises: contribuição do Curso, inserção produtiva e prática pedagógica

Acreditamos que este tópico é a espinha dorsal deste projeto, sua importância está na confirmação ou não das hipóteses levantadas que veremos ao longo do texto. Seus embasamentos e justificativas são elaborações diante dos achados de campo (intra/inter) relacionando-se.

Esse desdobramento partiu de inquietações após a conclusão da primeira etapa do Curso, se construindo a pergunta principal: Qual a contribuição do Curso da UNILAB para a inserção produtiva através da promoção de geração de trabalho e renda, na perspectiva do desenvolvimento rural cearense no sentido da melhoria da vida dos/as educandos/as e seus familiares?

No quadro 2, as categorias de análises estão sustentadas por subcategorias que surgiram mediante os direcionamentos dos sujeitos, distribuídos pelos agrupamentos nos “apontamentos de construção” e “consequências da ação”.

Na categoria de análise: contribuição do Curso, temos as subcategorias: **formação para a vida** - 37 apontamentos, **fortalecimento a permanência da juventude no campo** – 27 apontamentos e **certificação e não continuidade do Curso** – 10 apontamentos.

A categoria de análise: inserção produtiva, traz as subcategorias: **êxodo rural** – 24 apontamentos, **pluriatividade do campo**– 37 apontamentos, **miscigenação: urbano verso rural** – 13 apontamentos.

E na categoria de análise: prática pedagógica temos: **relações interpessoais** – 10 apontamentos, **experiência do método Paulo Freire** – 32 apontamentos, **teorizando a partir da prática** – 25 apontamentos e **institucionalização da opressão e exploração** – 13 apontamentos, onde, seguiremos fazendo algumas considerações na contextualização das temáticas, fundamentando respectivamente.

Uma lembrança já descrita, foi o contato com Seu José no assentamento Fidelis, no território dos Inhamuns. Seu comportamento, irritabilidade e rejeição a nós era visível e a frase que merece destaque foi: “você das instituições, do governo, vêm

no assentamento, fazem o que querem, estudam o que querem, vão “simbora” e não deixam nada”.

Essas palavras até hoje martelam na minha cabeça, ainda mais “quando a gente foi fazer a mobilização dos/as jovens geramos muita expectativa e reforçamos nos espaços das aulas, sabemos que foi feito o máximo que foi possível na formação”. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Logo imaginamos outros e outras, que igual a Seu José, acreditaram mais uma vez que seria diferente, pois, a mobilização inicial para a inscrição dos/as educandos/as no Curso, aconteceu sob a articulação dos parceiros(movimento social e sindical), diante da participação dos/as comunitários/as e assentados/as dos nove municípios (Crateús, Novas Russas, Tamboril, Independência, Tauá, Quiterionópolis, Santa Quitéria, Canindé e Itapipoca) assistidos no processo.

A desconfiança de Seu José se confirmava novamente. Ainda pensamos o quanto seu estado de espírito foi elevado ao descrédito e tristeza ao se deparar com a notícia da não continuidade do Curso. A SNJ nos informou que não havia recurso financeiro suficiente que fossem destinados a segunda etapa do projeto, momento decisivo e de grandes possibilidades de transformação dos territórios no semiárido cearense.

Assim, conseguimos identificar algumas problemáticas vivenciadas no campo, onde, entendemos que suas origens estão intrinsecamente construídas através da história de reconfigurações do capitalismo pela reestruturação produtiva e fortalecimento ideológico neoliberal, neoimperialista e neo-desenvolvimentista que se ramificam por vários setores sociais.

Ainda, com o pós 2ª Guerra Mundial e a crise dos anos 70 que implicou com a queda dos lucros e produtividade que amplificou e reverberou na precarização do trabalho e da vida até a atualidade, temos o Estado com um papel político decisivo na reorganização de sua atuação na dispersão desse poder.

Outro ponto, foi a participação popular nas políticas sociais que deveria ser solucionada através de ideologias colaborativas repensando um novo tipo produtivo. Para isso, o Banco Mundial por meio do acordo de Bretton Woods²³ supera a função

²³A Conferência de Bretton Woods foi o encontro entre 45 países aliados, onde, foram firmados os acordos que guiarão a economia mundial após o fim da Segunda Grande Guerra em 1944, no hotel Mount Washington Hotel, na cidade de Bretton Woods.

para a qual foi criado, ou seja, financiador da reconstrução dos países se tornando um difusor ideológico.

Os organismos multilaterais incorporam em suas agendas políticas de negociação a parceria entre as grandes organizações junto aos movimentos populares modificando completamente suas relações no que tange a cooptação de seus representantes introjetando a percepção das oligarquias.

Essa nova realidade altera inteiramente a participação dos agentes populares e suas reivindicações políticas e sociais, construindo assim, as agendas do projeto político neoliberal para os países em desenvolvimento difundindo valores e conceitos relacionado as lutas das mulheres, lutas operárias, lutas LGBT, lutas do povo negro, lutas agrárias, lutas socioambientais, dentre outras.

Essas fábricas de ideias são consolidadas por meio das instituições e fundações criadas para atuarem na formulação de assuntos sociais estratégicos fomentadas pelas redes educacionais formais e informais.

No II Encontro Nacional de Oposições Populares, Estudantis e Sindicais (ENOPES) em 2017, no GT de lutas agrárias, surge um subsídio construído por seus participantes que diz:

conceitos como multifuncionalidade, empregabilidade, sustentabilidade, empoderamento, empreendedorismo, entre outros, são amplamente difundidos principalmente no âmbito da escolarização formal, orientando que cada indivíduo deve encarregar-se de si mesmo a partir dos princípios da meritocracia.

Esse empenho às estratégias elitistas transfere para o indivíduo responsabilidades sociais inalcançáveis, isentando as parcerias público/privado das consequências e efeitos de suas ações. Então, os aparelhos ideológicos burguesas se apropriaram da estrutura do Estado e dos Movimentos Populares Independentes que faziam oposição a seus projetos tornando apoios e auxílios para o novo modelo, isto é, os metamorfosearam de braços dos organismos multilaterais nos enganos contra a classe trabalhadora.

Conhecer os conceitos, valores e princípios disseminados por organizações oligárquicas econômicas que direcionam toda a economia mundial com foco em altos lucros são fundamentais para o/a leitor/a localizar quem são seus opositores.

Essa contextualização liga e fortalece todos os outros tópicos anteriores ampliando a apreensão abstratas informações que serão dialogadas mais abaixo

através das categorias de análises elaboradas por meio dos apontamentos feitos pelos/as participantes das entrevistas.

O tópico a seguir, traz nas categorias de análises: Contribuição do Curso, Juventude Rural e Inserção Produtiva, que parte de uma discussão entre si, apresentam os reflexos e efeitos consolidados da contextualização acima. Vivências e experiências da realidade do campesinato brasileiro referente a concentração de renda manifestos na coleta de dados.

7.1.1 Categoria de Análise - Contribuição do Curso

Essa categoria de análise, tem seus pilares elaborados dos apontamentos dos/as entrevistados/as, configurando três subcategorias: **“formação para a vida”**, **“fortalecimento a permanência da juventude do campo”** e **“certificação e não continuidade do Curso”**. Na construção textual utilizamos citações para a confirmação dos achados, tecendo uma teia das ideias centrais, partindo das coletas do retorno a campo.

No final de 2014, um período de muita turbulência em Brasília referente a mudanças de cargos e funções nos ministérios, a falta de interesse pela não continuidade do Curso se deu não por questões financeiras, mas por razões políticas. Mesmo quando “eles/as (educandos/as) foram à Brasília, não conseguiram com a dança das cadeiras dos ministérios (mudança de governo) essa continuidade. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO DO CURSO – 2017).

Principalmente, a despeito dos resultados positivos repassados através de relatórios da Coordenação do Curso para a SNJ, que surpreendentemente sempre se manteve informada previamente antecedendo os documentos oficiais. Quando:

os relatórios foram feitos e entregues, se as pessoas quisessem reproduzir elas poderiam, mas a gente não viu ainda nenhum chamamento para isso acontecer de novo, era um projeto piloto para desencadear outros, para multiplicar e depois a gente fazer, que acabou não acontecendo pelas condições políticas e diante da situação do país e das universidades que não assumem. [...] Daí a gente fica a sabor dessas mudanças, é assim que se faz a tal da política no Brasil e é por isso que a gente não consegue trabalhar esse desenvolvimento mais sequencial, integral, orgânico, porque tudo está ao sabor da política. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO DO CURSO – 2017)

O Curso como projeto piloto gerou um resultado inesperado, inclusive para seus executores. Profissionais experientes, professores/as das Universidades e militantes

do movimento social e sindical, que em suas entrevistas relataram que o processo de formação ofertado pelo Curso foi tão marcante e profundo que os/as transformaram.

É quando podemos dizer que entendemos a afirmação de Seu José, que gostaria de ver algo material e concreto em seu assentamento, algo que ele pudesse se orgulhar por fazer diferença em sua vida e suavizasse seu trabalho agrícola.

Mesmo não acontecendo a segunda etapa do Curso, algo importante aconteceu no convívio das formações, algo imaterial compartilhado por todos/as, que inicialmente, se deu na formação dos/as facilitadores/as, contribuindo na formação para a vida. Segundo (Entrevista/Coordenação do Curso– 2017):

chamamos os jovens dos movimentos (social e sindical), fizemos a formação na perspectiva que a gente queria. Primeiro se fazer um diagnóstico da realidade dos jovens, a mesma coisa, a gente fez com os facilitadores, a mesma abordagem, foi fazendo essa formação teoria e prática, para que os facilitadores entendessem o que a gente queria, qual o procedimento que queríamos durante o Curso, onde não era um Curso de aulas teóricas, nem um Curso para repassar conteúdo.

Para fortalecer a fala acima, um/a dos/as facilitadores/as, faz colocações pertinentes sobre a formação referida. Sua visão e percepção das vivências intensas experimentadas durante o período formativo, conduziram uma reflexão em sua práxis auxiliando-o em seus espaços. Foi um processo de enriquecimento para a vida, garante Entrevista/Facilitador/aA – 2017:

a formação em si, o método que era abordado onde fazíamos a discussão teórica lá (Tempo-Escola), mas que depois voltava para a comunidade (Tempo-Comunidade), onde depois a gente ia discutir a problemática das comunidades e a própria juventude contribuindo com as comunidades, desde o levantamento dos problemas, as possíveis soluções e a juventude fomentando tudo isso dentro da comunidade. Não somente eles/as que estavam apontando, mas eles/as quem fomentavam essas discussões.

O Curso fazia exatamente isso, dividia a responsabilidade das ações com seus participantes desde a mobilização até a finalização da sua primeira etapa. A ideia era construir e fortalecer os coletivos que atuassem nas comunidades/assentamentos para que funcionassem como redes de redistribuições autônomas com outros coletivos entre os territórios trabalhados.

Após o período de formação e sensibilização dos/as envolvidos/as na primeira etapa do projeto, sua segunda fase seria as implementações das unidades de produção garantindo a inserção produtiva da juventude como objetivo concreto do Curso, quando seria ampliada a troca de saberes e experiências exitosas na intenção de

fortalecer as comunidades e assentamentos contribuindo com a superação das adversidades.

As ações partiam dos diagnósticos sistematizados pelos educandos/as-comunitários/as-assentados/as, auxiliados/as pelo grupo dos/as facilitadores/as-coordenadores/as consolidando e ampliando todo o aprendizado vivenciado.

Acreditando no processo formativo crítico executado pelo Curso experimentado por todos e todas, afirmamos que nessa abordagem não há somente uma formação, mas uma transformação na vida elencada pela própria juventude camponesa.

A formação cidadã e técnica se deu na perspectiva de metodologias participativas e estratégias colaborativas com fim na inserção produtiva, implicando diretamente na geração de trabalho e renda, pensada também, naqueles/as que não se identificavam com o trabalho agrícola.

Sem ações materiais estruturantes no campo, fica impossível garantir a permanência da juventude em seus territórios. O povo camponês está descreditado e cansado, deixar algo físico nas comunidades e assentamentos é um dever das instituições como resultado e produto final concreto de sua função social, é o que de fato os/as assistidos/as querem ver.

A intenção era que após os resultados do Curso demonstrados para a SNJ, o projeto piloto evoluísse em forma de política pública na tentativa de frear o êxodo rural histórico em pleno século XXI através de ações similares.

Esse tema da permanência da juventude no campo têm duas abordagens por parte daqueles que executam ações voltadas para o campo independente de seus direcionamentos ideológicos, uma – no sentido da juventude ser catequizada para a permanecerem no campo de qualquer forma e a qualquer custo e a outra – dialogando suas possibilidades, potencialidades, habilidades, aptidões, respeitando suas decisões e debatendo a identidade camponesa em todas as suas sutilezas, pois, o contrário disso é doutrinação. Pois,

[...] o Curso trouxe esses instrumentos, porque muitas formações vai nessa direção de fixar a juventude no campo. Não dá pra fixar ele lá no campo como uma estaca. Agora vê essas possibilidades, ponto positivo, onde muitos dos meninos que estavam nessa linha da formação, também, começou a despertar disso. (ENTREVISTA/FACILITADOR/AA – 2017)

Exatamente nesse momento após uma formação, preparados/as para o trabalho, recebemos a negativa da segunda etapa do Curso, ou seja, nos foi usurpado nossos direitos em nossos espaços, por quem dizia nos representar. Afirma:

eu não conheço nenhuma política específica para a juventude do campo. O ponto positivo é pensar a nível de Estado. Se a gente pensar qual a política que existe especificamente para a juventude do campo, então, esse Curso, foi um ensaio de uma proposta de política pública para a juventude do campo. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

É inacreditável que até o momento, os governantes não tenham nenhuma política de Estado ou de Governo que possibilite agir positivamente sobre os efeitos diversos do clima nas diferentes regiões do país, inclusive se isentando de suas responsabilidades culpabilizando os fenômenos naturais. E quando surge uma ação bem desenvolvida que mostra resultados interessantes e avaliada positivamente é descartada, ao invés de virar referência.

Quando as autoridades aparecem na televisão estão sempre surpresos com os níveis da violência, quando são responsáveis diretamente pela situação atual das cidades e a crescente insegurança no campo.

A inoperância e ineficiência do Estado são chocantes, essa descaracterização do poder Estatal é um diagnóstico referente a influência exercida por uma elite que enriquece cada vez mais explorando os/as brasileiros/as mas que detesta o Brasil, o reflexo disso é a falta de compromisso e valorização com a população na falta de qualidade dos serviços públicos ofertados.

Essa mesma elite financia a campanha de políticos de todos os níveis e esferas. O escândalo se evidencia no volume financeiro que as empresas privadas repassam em suas campanhas através de caixa dois, fruto de desvios de dinheiro público.

Seguindo essa linha de pensamento dos acordos inescrupulosos de ataques ao Brasil, lidamos com as discrepâncias: exportar inovação tecnológica marítima e militar, porém, não conseguimos lidar com o problema da seca, um dos maiores exportadores de grãos do planeta e uma parcela considerável da população amarga na fome, perdoa dívidas pública milionário de sonegadores com o apoio de seus pares, entregam estatais e áreas de preservação a grupos estrangeiros, dentre outros.

O que se apresenta diante dessa relação é que o Estado existe para proteger a propriedade privada, pois, as estratégias pensadas e executadas por quem compõe as instituições públicas só garantem benefício próprio e de seus patrocinadores. Fincando a população brasileira na condição de empobrecimento, adoecimento e morte prematura.

Essa realidade acima descrita produz um efeito cascata, levandoos/as jovens a se depararem numa situação sem escolha, acabam deixando suas casas em busca de melhoria de vida, geralmente, nos grandes centros urbanos.

O Curso dialogou a realidade nacional e suas relações internacionais a partir da realidade das comunidades e assentamentos. Diante dos avanços percebidos pelos/as facilitadores/as e projeções feitas pelos/as próprios/as educandos/as, foi possível desenhar a segunda etapa do Curso considerando suas possibilidades, desejos, trabalhando identidade cultural, segurança alimentar e sustentabilidade.

Essa etapa seria a materialização de vários sonhos, segundo Entrevista/Educando/a – 2017, “para mim tudo foi positivo, porque eu só pensava em sair daqui ir embora da comunidade porque a gente já tem essa metodologia. Mas o Curso contribuiu para a gente permanecer aqui”.

Afirma Entrevista/Responsável B, “foi bom porque eles aprenderam um pouco mais daquilo que eles não sabiam, acredito que tenha tido melhora também na escola”. O que sinto nas falas de todos é um pesar por seus sonhos se esbarrarem nas suas condições materiais.

Essa voz vem da coordenação que não pôde conduzir a segunda etapa do Curso, dos/as facilitadores/as que não puderam acompanhar a consolidação das teorias e práticas trabalhadas, de seus responsáveis que sofrem pelas impossibilidades de seus/suas filhos/as e dos/as educandos/as que voltaram para casa, prontos/as para o trabalho.

É quando a contribuição do Curso aparece forte se diferenciando por atingir vários níveis de consciência dos/as educandos/as, foram despertados psicológico e intelectualmente para questionarem suas realidades, promovendo inquietações, proporcionando sua movimentação do lugar físico retornado. Onde:

o grande diferencial do Curso para mim foi a forma como a gente trabalha a parte da formação. A abordagem pedagógica dentro de todo aquele trabalho inicial entre os facilitadores, a linguagem da gente usar com os comunitários, qual a linguagem que a gente deve usar com os/as educandos/as, como a gente deve se reportar com eles/as. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

A linguagem é fundamental para que haja entendimento das informações entre as partes, pois, sem esse fenômeno da compreensão na comunicação os/as educandos/as provavelmente se deteriam em suas condições.

Essa imobilidade gerou uma sensação de impotência, isolamento e abandono, todavia, percebemos caminhos tomados pelos/as educandos/as como resultado da ação aparecendo como contribuição do Curso. Como dito anteriormente, já havíamos identificado dois grupos que se subdividiam cada um em mais dois subgrupos: 1º grupo - que se identificavam com o trabalho agrícola e o 2º grupo - que não se identificavam com o trabalho agrícola.

1º grupo subdividido em A e B: A - através do trabalho de valorização de identidade cultural regressaram para o trabalho familiar, B - que já desenvolviam suas atividades agrícolas fortaleceram suas produções por meio de assistência técnica e uso de tecnologias.

2º grupo subdividido em A e B: A - inserção em empregos precarizados no trabalho doméstico ou no comércio, B - buscaram continuidade em sua escolarização na conclusão do ensino médio e ingresso no nível superior e técnico.

No retorno de campo, também identificamos, através da sistematização acima, alguns sujeitos que oscilam entre os demais grupos. Chamaremos de 3º grupo: são os desempregados ou sem ocupação, subdivide-se em A, B e C: A - se identificam com o trabalho agrícola, mas não possuem terras sendo empurrados/as para as subdivisões seguintes, B - a intenção no mercado de trabalho formal ou/e não formal inviabilizados/as pelo isolamento de suas comunidades ou assentamentos e C - buscam contínua escolarização, impossibilitados/as pela condição financeira de seus/suas responsáveis.

A organização desses grupos acima elencados faz parte dos objetivos da pesquisa ao identificar a real situação da geração de trabalho e renda encontrada atualmente pelos/as jovens camponeses, podendo servir de dados para ações futuras no campo que tenham o objetivo de transformação social.

Igualmente no início do Curso quando seguimos adequando-nos aos relatos das famílias camponesas no sertão cearense por meio das reuniões com as comunidades e assentamentos, elaboramos uma formação que abordasse a raiz de suas angústias. Somente, a partir do diagnóstico dessas realidades, as ações seguiam considerando suas particularidades, especificidades e peculiaridades do cotidiano das famílias.

O processo foi complexo e precisou que seus executores/as tivessem completa e real noção do ponto onde queriam chegar. O Curso não aconteceu por mero protocolo, mas movido por convicções políticas e ideológicas. “A gente vem numa formação muito deficiente, nessa parte de quais métodos que podemos estar usando, as

dinâmicas para trabalhar com grupos e principalmente para a juventude, porque é muito desafiador. (ENTREVISTA/FACILITADOR A – 2017)

Era crucial que o Curso não repetisse o modelo de formação ao qual criticava. Dialogou conteúdos que versavam a intenção da lógica burguesa, sua ideologia neoliberal e as facetas do sistema capitalista no intuito de promover reflexões que potencializassem a desnaturalização desses ideais introjetadas pelos/as filhos/as da classe trabalhadora do campo.

Tratava-se, também, de experimentar princípios do associativismo, da coletividade e da solidariedade que ocorre no sentido da autoproteção, autopreservação e sobrevivência, sentimentos intrínsecos aos seres humanos que elevam o ser através de suas relações pessoais.

Porém, por vezes, há distorções na construção psíquica através de princípios e valores quanto ao produzirem sujeitos individualizantes. Podemos dizer que somos a soma da exposição educativa aos diversos grupos sociais aos quais temos acesso cotidianamente, a qual uma aberração se faz metodicamente no seio das instituições, o ideal pequeno burguês que habita no imaginário da classe trabalhadora.

A contribuição concreta do Curso se encontra na sua imaterialidade. Isto é, mesmo não se implementando as unidades de produção como proposta inicial para a inserção produtiva dos/as educandos/as, sua dialética materializa-se através de uma prática pedagógica emergindo numa formação para a vida, fortalecendo a permanência da juventude do campo. Podemos dizer que:

[...] foi o que sentimos durante o Curso inteiro, um certo crescimento e amadurecimento deles, porque no início eles estavam muito perdidos, muito soltos, onde depois nós descobrimos que muitos não tinham inserção no trabalho rural. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO – 2017)

Essa contribuição do Curso aparece no amadurecimento de forma direta na progressão comportamental dos/as educandos/as através da ampliação de suas leituras de mundo nos relatos de melhoria na conduta em casa e na escola, na busca de trabalho ou retorno aos estudos impulsionados/as por suas inquietações após o processo formativo segundo os depoimentos dos/as entrevistados/as.

Ampliar a visão é organizar informações de ordem social, intelectual, psicológica e emocional promovendo um processo permanente de perceber suas limitações e agir sobre elas. Cada um a seu tempo e a sua forma, começou a identificar

seus opressores fora de si e o lugar onde estavam, começaram a expurgá-los não aceitando esse lugar.

Porém, em meio aos estímulos sofridos pelos/as educandos/as que caminharam para o despertar crítico e político das relações sociais e suas instituições, vemos que para consolidar esses processos é necessário que esses/as mesmos/as educandos/as estejam em espaços que promovam essa continuidade.

Sendo assim, compreendemos que esse movimento de se distanciar da parte para olhar o todo na busca de uma melhor análise da conjuntura que está em foco é um exercício sofisticado que produz conscientização.

E por falar em conscientização, mesmo sendo difícil como pesquisadores fazermos apontamentos negativos sobre o Curso por nosso envolvimento, não faríamos diferente daqueles/as aos/as quais são apontados/as na pesquisa por faltarem com a ética, com o compromisso científico e social, se não os/as relatássemos.

Em meio todo o processo, da quantidade de pessoas envolvidas, do longo período e intensas atividades, tivemos dois apontamentos negativos que emergiram nas entrevistas: a não continuidade da segunda etapa do Curso e a falta de certificação²⁴ dos/as educandos/as.

Ao que se propõe o trabalho, esse é um dos resultados da pesquisa ao avaliar o Curso. Não agiremos de complacência corporativista, não omitiremos os pontos negativos ressaltados nas entrevistas, não maquiaremos o direcionamento da pesquisa em avaliar seus registros e identificaremos a necessidade de aperfeiçoamento e adequações para corroborar com ações futuras.

Para o/a leitor/a é bom entender o contexto, para daí emitir um parecer sobre a situação desses apontamentos. O Curso teve em sua execução a duração de um ano e tínhamos como logística os cuidados com deslocamento, alojamento e alimentação de trezentos jovens, mais o grupo de facilitadores/as e coordenadores/as, durante os períodos de alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade.

Diante da dimensão que exigiu organização extrema para que tudo fosse pensado, sem outros pontos negativos a considerar, parece ter havido um relaxamento do grupo ao final da experiência. Talvez pelo cansaço, talvez pelo desânimo, o fato é que as duas situações aconteceram.

²⁴ Um compromisso do Curso firmado com os/as educandos/as ao concluir suas atividades mediante permanência, frequência e atuação.

Dando voz aos sujeitos, surgiram esses apontamentos, transformando-se na subcategoria: certificação e não continuidade do Curso. Esses dois acontecimentos tiveram seus desdobramentos com graves consequências na inserção produtiva, implicando na permanência da juventude do campo. Afirma Entrevista/Facilitador/a B - 2017:

[...] a gente vê a falha que ficou no processo que seria a continuidade, mesmo que não fosse uma continuidade, o próprio Curso financiar as unidades produtivas. Do Curso manter pelo menos a mobilização e a articulação com esses jovens para que possibilitasse acesso as políticas públicas já existentes.

Asugestão do/a Facilitador/a B, seria a criação de grupos (facilitadores/as e educandos/as) auxiliados pela coordenação com formação específica para buscar “independência financeira” visando a segunda etapa do Curso através de editais via políticas públicas e programas governamentais ou mesmo não havendo condições das implementação das unidades produtivas, utilizar os mesmos grupos para consolidar minimamente a mobilização e articulação dos/as jovens em seus territórios, no sentido de garantir o trabalho contínuo, sequencial, integral e orgânico ampliando as possibilidades de inserção produtiva dos/as educandos/as. Pois,

[...] ele quer trabalhar, é possível, é viável, o que tem de matéria prima e de recursos na comunidade dele, foram preparados para isso. Porém, quando chegou lá no final, a gente se esbarra com o certificado e não há uma continuidade do projeto. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Tanto os/as educandos/as, quanto seus responsáveis são cobrados por familiares e amigos por resultados mais concretos, como um encaminhamento para um trabalho, seja ele, qual for. Esse fato específico, mas não isolado da certificação, poderia ser evitado com a emissão do documento feito por qualquer instituição envolvida no processo. Pois,

a pior coisa é quando o pessoal chega para você e pergunta: e aí, você terminou o Curso e agora vai trabalhar em quê? Vão fazer o quê? [...] O ruim é que a gente passou por uma formação federal e não podemos usar o certificado. (ENTREVISTA/EDUCANDO/A – 2017)

Simbolicamente, no evento de encerramento da primeira etapa do Curso, em Crateús, foi entregue uma declaração, numa folha de A4, sem pauta, para os/as educandos/as. Foi sinalizado que a verba tinha acabado e os certificados não tinham

entrado nos custos, ficando seu repasse para outro momento e que seria fornecido pela própria UNILAB. Então,

essas perguntas é da família ou do pessoal da comunidade mesmo. [...] Ela (amiga) disse que um certificado sem folha de pauta não vale de nada. [...] dá até para tu fazer o Mais Educação (programa do governo), pela carga horária dá até para tu entrar. [...] Foi o que todo mundo se queixou foi desse certificado. Onde a gente vai apresentar o certificado eles pedem o original. (ENTREVISTA/EDUCANDO/A – 2017)

Olhando por um ângulo mais geral, presenciamos algo maior mesmo diante do acontecido ao nos encontramos com os gargalos. Pois, pensando na extensão e na repercussão do Curso, apresentar dois apontamentos negativos após sua execução, podemos considerar positivo. Isso não diminui as consequências da contradição gerada pela falta de cuidado na confecção da certificação que atingiu o sujeito central da ação dificultando o objetivo do trabalho, a inserção produtiva dos/as educandos/as.

Após identificados os dois fatores, chegamos à conclusão que se trata de responsabilidade externa e interna, ou seja, externa (não continuidade da segunda etapa) o Curso foi no seu limite na busca de financiamento, sem sucesso e interna (falta de certificação) de responsabilidade direta da coordenação. A falta de certificação pode parecer pequena, mas quando nos aproximamos, entendemos sua reverberação, inclusive por se tratar de natureza primária, como sua entrega na conclusão de qualquer Curso.

Esse fato elementar demonstra falta de planejamento, principalmente diante de uma ação simples se comparada a logística. E ainda, diante do comunicado que esse inconveniente viria a ser resolvido posteriormente, através da troca das declarações pelos certificados, caindo no esquecimento. Segundo Entrevista/Facilitador/a B – 2017:

toda aquela perspectiva de receber um certificado num bom material, porque um certificado ele é histórico, vai servir no seu currículo, será apresentado para comprovar que você tem experiência com aquilo ali.

O/a facilitador/a acima, nos fala de sua decepção com o Curso no trato com os/as educandos/as referente a certificação. Diz que até hoje são cobrados porque se expuseram como profissionais ligados ao Curso. Garante que:

[...] se a gente soubesse que os certificados seriam daquele jeito, nós teríamos providenciado, com recursos próprios se fosse o caso, para garantir a qualidade. [...] É uma questão que marcou, que pode ser simples ou

pequena, mas que foi negativa. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Uma situação constrangedora que poderia ter sido evitada, uma coisa simples que por sua importância, teve grande repercussão. Realmente, quando vão apresentar a declaração a instituição a qual estão pleiteando uma vaga, pedem imediatamente o certificado original.

A ideia é refletir sobre todos os fatos ocorridos no Curso na tentativa de promover ações que acompanhem cada vez mais seu nível de excelência, e o início é tratando os problemas com seriedade e os sujeitos com respeito. A excepcionalidade do trabalho, seu desenvolvimento e resultados expressivos, não serão embaraçados por essas observações.

Seguiremos delineando os demais subtópicos nas análises dos dados referentes as suas categorias. Por vezes, utilizamos pontos que facilmente se enquadrariam noutra categoria de análise, porém, a necessidade se faz de perpassarem e complementarem-se, uma a outra, intercalando e inter-relacionando as fontes.

7.1.2 Categoria de Análise - Inserção Produtiva

Essa categoria de análise avançará na discussão, relacionando os elementos de construção de suas subcategorias. Êxodo rural, pluriatividade do campo e miscigenação: urbano verso rural, juntas dialogam com as implicações na geração de trabalho e renda da juventude rural, apresentando elementos da realidade do campo e perpassando pelas características da cultura camponesa.

A base da investigação se encontra nos dados coletados nas entrevistas, que servirão de fundamentação teórica para a elaboração textual, sua abordagem está no delineamento das estruturas de apoio às famílias do campo e a reelaboração da identidade pessoal e profissional dos camponeses.

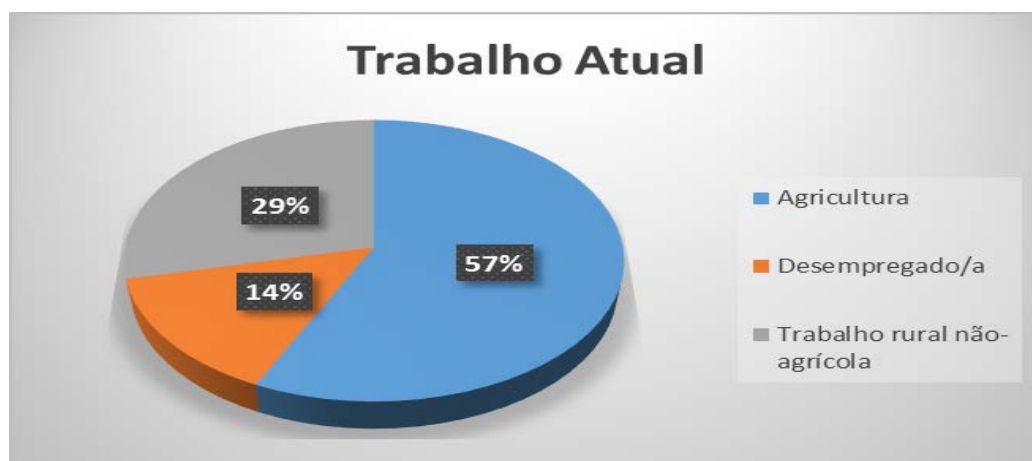
Quem são os agricultores/as familiares? Segundo a Lei nº 11.326/2006, agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento ou empreendimento por parentes. Também entram nesta classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e assentados de Reforma Agrária.

Geração de trabalho e renda foi o foco do processo formativo do Curso. Todo o desprendimento de tempo, energia e dinheiro está na garantia de inserção produtiva dos educandos/as, visando o fortalecimento da juventude rural através da melhoria da qualidade de vida das famílias em seus territórios.

Ainda nos primeiros momentos do processo de formação, foi considerado a existência de educandos/as que não se identificavam com o trabalho agrícola. Foi pensado que, após uma formação, seguiriam as construções dos coletivos através das unidades produtivas, onde os/as jovens fossem ressignificando sua existência e seu espaço.

O gráfico traz uma representação da realidade dos/as educandos/as referente a seus trabalhos na atualidade e localiza onde estão e qual a situação desses trabalhos, se no campo ou na cidade, se é agrícola, não-agrícola, e ainda, a situação de desemprego ou sem ocupação.

GRÁFICO 02 – TRABALHO ATUAL DOS/AS EDUCANDOS/AS



Fonte: Registro do Pesquisador(2017)

Ou seja, que eles/as mesmo com a influência da cultura urbana, poderiam conviver e sobreviver das atividades agrícolas, interagindo com a cultura camponesa. A ideia era que resolvessem seus conflitos, auxiliados pelos conteúdos trabalhados no Curso, concomitantemente, ao estarem inseridos nas práticas agrícolas.

Com vínculos fortes com o campo, seria possível equilíbrio entre suas identidades, garantindo renda proporcionando tranquilidade para resoluções futuras. Através de condições dignas, fazerem suas escolhas, decidindo seu trabalho e sua vida, sobre uma nova perspectiva. Como aconteceu, iniciativas individuais que apareceram como consequência do Curso. Foi dito,

por minha parte, eu fui atrás de fazer o que eu gosto, curso de eletricidade, sonorização. Antigamente, eu era meio tapado para essas coisas, era só do colégio para casa mesmo, depois que eu fiz esse Curso (UNILAB), abriu minha cabeça e eu resolvi fazer o que eu gosto. (ENTREVISTA/EDUCANDOS/AS – 2017)

Diante da falta de garantias na inserção produtiva, seja no mercado de trabalho formal ou não formal, urbano ou rural, de características agrícolas ou não, o direcionamento final do Curso era o “fazer camponês” através da prática na agricultura e na criação.

Não seria problema redirecionar e ampliar o projeto para atender essa demanda específica dos/as jovens nas atividades não-agrícolas, já que a abordagem metodológica do Curso garantia essas adequações conforme a vontade e o desejo da juventude. Compreendendo que há pluriatividade no trabalho agrícola, desde o arar a terra perpassando pela gestão, comercialização, mobilização, transporte da produção, etc.

Em meio a falta de políticas públicas específicas para a juventude rural e medidas que garantissem sua inserção produtiva ao término das ações, percebemos a falta de sequencialidade nas ações, clareza na gerência de recursos e intenção de consolidações estruturantes por parte do Estado e dos movimentos camponeses, se consumando na falta de geração de trabalho e renda atuais.

A materialização organizacional do Curso está na iniciativa da própria juventude atendida. O Curso desencadeou o processo, sua receptividade potencializou o processo, pois o processo são eles/as, o Curso foi o meio, que encontrou nos/as educandos/as um fim em si mesmo.

A prática pedagógica libertadora utilizada através dos parâmetros e diretrizes da Educação do Campo, poderiam ser reproduzidas no sentido de nortear políticas públicas para a juventude rural brasileira por se tratar de um projeto piloto da SNJ, como ressaltou o/a facilitador/a A. Claro que, sofrendo os devidos ajustes pertinentes as especificidades dos povos tradicionais das águas, das florestas e do campo. Atentando para o valor a multiculturalidade em suas diversas formas de expressões através da vida e do trabalho.

Nesse contexto, o importante é investir na juventude do campo como meio para um processo que possibilite a transformação do campo, tendo seu fim, na própria

inserção produtiva. Pois, sem essa geração de trabalho e renda, sua transformação fica inviabilizada.

Compreendemos que não são os movimentos sociais e sindicais que determinam as políticas públicas, é dever do Estado através de suas instituições, porém, enquanto pressão política, dialogando com a sociedade e com os setores do campesinato cearense, a segunda etapa do Curso poderia ter tido um desfecho diferente.

Principalmente, quando sabemos da realidade do campo, com o avanço da urbanização, os defensores da modernização parecem não se preocupar com suas consequências. Como a crescente violência, o aumento do êxodo rural e a ampliação da descaracterização da cultura camponesa. Onde, sabemos que:

[...] não são eles que executam a política pública na conjuntura, enquanto pressão política, poderiam ter priorizado o Curso, tendo em vista o que a gente sabe o que tem acontecido com a juventude do campo. Todo dia a galera sai da zona rural sem nenhuma perspectiva, as drogas chegando no campo e o pessoal vê a violência que está aumentando, mas qual é a ação que está sendo feita junto a juventude para que ela não caia na marginalização? (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

Essa citação denuncia várias questões, reforçada em falas seguidamente nas entrevistas. Inicia abordando o descaso com a juventude do campo pela ausência de políticas públicas, desconhecidas pelos próprios militantes dos movimentos camponeses.

Enfatiza que o Curso como projeto piloto deveria ter tido outro trato pelas autoridades e os parceiros, que em seus discursos defendem a propriedade rural no modelo da agricultura familiar e camponesa, quando na prática, o que vemos é a ampliação do modelo de Reforma Agrária de Mercado comandado pelo Banco Mundial.

As reais intenções ficam mais perceptíveis quando as estruturas de combate às desigualdades sociais no campo, revelam sua inoperância na execução de políticas públicas paliativas ou compensatórias por meio de financiamento de crédito que não permitem o acesso da juventude pela burocratização ou promovendo o endividamento de seus responsáveis. Segundo Entrevista/Facilitador/a C – 2017:

nós capacitamos os jovens e quando a gente vai para o crédito rural, [...] diz que uma instituição tem de assumir a assistência técnica, como um PRONAFJOVEM que é o tipo de financiamento para o jovem. Só que quando você chega na documentação é necessário que esse jovem tenha sua atividade numa propriedade que esteja regularizada e registrada em cartório e que o proprietário faça um contrato de arrendamento para ser possível o financiamento. Então, isso se limita aí, é como se existisse a linha de crédito, porém, ela é inacessível.

Algumas afirmações caminham para o desconhecimento de políticas públicas voltadas para atender a juventude camponesa do semiárido cearense. Entretanto, confrontando as informações coletadas, ao falar de juventude rural, acreditamos que:

[...] trata de política pública ou política de crédito que possa melhorar ou implantar o sistema produtivo dele, podemos citar o PRONAFJOVEM. Mas o programa ainda é muito limitado, porque está numa linha de investimento que precisa de se ter uma propriedade legalizada, e aí, entra outra discussão que puxa a área fundiária que por mais que eu ou meu pai tenha a terra, nós não temos o título da terra em cartório. E essa linha de financiamento para esses jovens se limita na burocracia. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Um dizer cearense define essa situação: “tem, mas tá faltando”. Ou seja, ela existe, mas é inalcançável considerando a realidade dos/as jovens, confirmando as relações de inoperância das políticas públicas e suas estruturas denunciadas na explanação.

Os movimentos parceiros lidam diariamente com a realidade do campo, são acusados de omissão por não incluírem o Curso em suas pautas, minimizando sua importância como modelo a ampliar, mesmo estando cientes da marginalização e criminalização que sofre a juventude.

Será que queremos as mesmas coisas? Incompatibilidade, divergência e rivalidade de cunho político e ideológico entre os movimentos foram determinantes para resistirem na pressão que poderiam ter exercido junto a SNJ em detrimento da população que representam.

Estamos falando de um grupo de trezentos jovens prontos para o trabalho após um processo formativo. A população jovem do campo, amarga uma dura realidade com a falta de dispositivos que venham impulsioná-los/as a inserção produtiva forçando a busca de trabalho precarizado nas cidades. Segundo Entrevista/Educando/a – 2017:

[...] comecei a trabalhar com vendas, trabalhava muito, ganhava muito, mas também gastava muito. Você nem vê o dinheiro que você ganha. A pessoa tem de gastar com comida, aluguel, para sair (lazer), você gasta com tudo. [...] Você fica tão preso naquilo, num quadrado. [...] quando você está de folga, você só quer ficar em casa, não quer sair pra nada. Para arrumar sua casa, lavar suas roupas e dormir. Só isso. A questão é que quando eu parei e pensei, disse: eu não quero isso pra mim. Fiz um plano de voltar pra casa, todo mês eu dizia que vinha, passei um ano. Lá a gente tem de trabalhar direto e todo dia. Domingo tem de trabalhar, feriado tem de trabalhar.

Através dos tempos, mudanças ocorridas intensificando o trabalho precarizado tem influenciado a forma de concepção na construção da subjetividade dos sujeitos nas sociedades. Dialeticamente, lembramos que o trabalho se dá pela necessidade de o homem transformar a natureza, que transforma o homem, que transforma a vida.

É impactante o relato desse/a jovem ao expor sua experiência na cidade grande. Analisa o engodo na relação capital-trabalho: modos de produção, mais valia, relações trabalhistas, ganho desproporcional aos custos, exploração, expropriação, dentre outros. Ainda,

[...] as estatísticas falam que a depressão é por causa disso. No final do ano é o período que você vende mais, eu vendi 45 mil reais e ganhei 2 mil reais. Aqui (no campo) você trabalha, mas o seu ganho é seu. Menos estresse, sair agora só pra passear, para trabalhar não dá certo. (ENTREVISTA/EDUCANDO/A – 2017)

Essa é uma questão de saúde pública por se tratar do adoecimento da população. É uma epidemia que ele/a mesmo reconhece como depressão, a sociedade precisa dialogar para se reconhecer nesse processo, desnaturalizando-o.

Na verdade, o que abordamos aqui, trata de denunciar as relações de várias naturezas: econômica, financeira, cultural, social, ambiental, tecnológica e profissional. Essa é uma questão que precisa de muita delicadeza e seriedade, pois, revela a vida moderna.

Outra forma de total desumanização na relação capital-trabalho é o agronegócio. Com seu foco nos altos lucros, não cogitam em refazer-se em função da saúde das pessoas. O modelo de agricultura do agronegócio devora o modo de agricultura familiar. Hoje, sofremos seus efeitos através do excessivo uso de agroquímicos nas plantações e no consumo de suas produções.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil são 4,4 milhões de empreendimentos familiares rurais, isso representa 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários do país. Essa realidade não se manifesta expressivamente apenas nacionalmente, de cada dez propriedades agrícolas mundiais, nove são propriedades agrícolas rurais, 570 milhões são geridas por famílias, produzindo cerca de 80% dos alimentos em todo o mundo. Então,

a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. O setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. O setor também emprega 74% das pessoas ocupadas no campo, de 10 postos de trabalho no meio rural, sete são de agricultores familiares. (CENSO AGROPECUÁRIO – 2006)

A importância econômica vincula-se ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros, uma vez que mais de 50% dos alimentos da cesta básica são produzidos por ela, a agricultura familiar. É ela a responsável por garantir a segurança alimentar e a erradicação da fome. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar²⁵.

Diante da produção de tanta riqueza, quem está ficando rico? Nos perguntamos o porquê de tanta pobreza e dificuldade vivenciada ainda no campo, quando nos deparamos com a situação de localidades com terras produtivas e água em abundância. No estado do Ceará, o governo ainda não conseguiu minimizar o problema da expansão do uso de tecnologias para as comunidades rurais, mas há o ostensivo direcionamento do uso de venenos.

Outro ponto de contradição que podemos citar são os volumes de incentivos e isenções que são destinados ao agronegócio, enquanto para a agricultura familiar houve cortes e diminuição nos investimentos.

Mesmo com programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado pelo decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, com o objetivo de fortalecer a produção de base familiar através de linhas de crédito individual ou coletivas em condições mais acessíveis, possuindo taxas de juros mais baixas que o mercado convencional, e ainda, fazendorelação com outras políticas, como: PAA, PNAE, Seguro Safra, PNATER, P1MC, P1+2, dentre outros, não se consegue chegar a todas as comunidades que precisam de ajuda.

A questão maior é que as famílias produtoras que em muitos casos são carentes desse bojo de tecnologias para avançar na independência e melhoria da vida, quando são alcançadas, essas tecnologias que se complementam, não chegam juntas. E

²⁵ <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>

ainda, precisam lidar com a realidade política, ficando nas mãos dos prefeitos e dos vereadores em suas localidades que perpetuam o comércio em torno das políticas públicas na compra de votos.

Uma problemática real é a desmobilização das comunidades que têm dificuldades em seu desenvolvimento comunitário e organizativo, implicando na desarticulação das associações e no enfraquecimento dos sindicatos.

O Curso possibilitou que educadores/as e educandos/as através da observação reflexiva na relação entre conhecimento teórico-crítico e experiência prática produzissem análises das realidades, chegando a conclusões complexas e abstratas. Quando,

na realidade, o que a gente tem aqui é tudo diferente, por isso que as vezes, eu me pegava pensando, lá em casa numa hora dessa, estava no mercado, soltando as ovelhas, depois iria ficar em casa de boa, jogar uma bola, rodava, ia num forró de boa. (ENTREVISTA/EDUCANDO/A – 2017)

Os/as jovens foram impactados, pois, esse fenômeno foi identificado diversas vezes nas entrevistas. Ver o não mostrado, ler o não escrito, ouvir o não dito, se trata de capacidades cognitivas intuitivas desenvolvidas na formação para uma nova leitura de mundo.

Nesse momento, visualizamos o/a educando/a conseguindo identificar seu opressor fora de si. Evidentemente, esse é um processo contínuo que seria estimulado com a criação de espaços de formação para discussão política. “Duas coisas, uma é estratégica e a outra é necessária: formação política e os espaços alternativos, porque infelizmente essa formação não acontece nos espaços de sala de aula”. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

Toda essa reflexão nos diz que é possível gerar unidade para a superação das dificuldades quando nos aproximamos dos sujeitos envolvidos nos processos e compartilhamos a vida através de abordagens metodológicas participativas que produzam elucidação política e ética.

O processo de formação potencializou a conscientização para “a relação entre a clareza política na leitura do mundo e os níveis de engajamento no processo de mobilização e de organização para a luta, para a defesa dos direitos, para a reivindicação da justiça”. (FREIRE, 2011, p. 58)

Inclusive, ressaltar a agroecologia como um princípio do modo para a agricultura familiar e camponesa, desenvolvida para a formação técnica e cidadã da juventude rural assistida pelo Curso. Ainda podemos dizer que:

não dá para a gente colocar, que a partir da formação, hoje, eles têm uma visão agroecológica e estão trabalhando com agroecologia, isso é fantasioso. Mas dentro da turma, tem jovens que se destacam e que está nesse debate de manutenção e de cuidado com o meio ambiente. De produzir de forma agroecológica, porque a gente tem aí uma sociedade que está em cima com o incentivo da monocultura, da utilização dos agrotóxicos em relação a produtividade. (ENTREVISTA/FACILITADOR B – 2017)

Mesmo com a crescente descaracterização da agricultura familiar que incorpora os modos do agronegócio, precisamos focar no resgate dos valores e princípios intrínsecos a agricultura primitiva, fortalecidos pelos povos dos campos e as comunidades tradicionais que percebe em toda forma de vida, sua soberania.

O fato de o Curso permitir que os/as educandos/as, em seus pares, expusessem conflitos e anseios potencializou várias construções. “Para eles discutirem as necessidades deles, entre eles, mexeu individualmente com a solidariedade”. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A C – 2017):

[...] a busca da coletividade, despertou para alguns jovens que por mais que não tivessem acesso a grandes áreas ou a terra mesmo, um grupo se juntou e tentou via associação ou via proprietário o acesso a alguns espaços para produção. [...] Onde ele conseguiu se libertar sozinho de um campo opressor. [...] Outro destaque é quando se discute autonomia, se discute identidade. Quando eu tenho minha própria autonomia eu me represento, tal como eu sou, como eu desejo, minha opção sexual. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Solidariedade, coletividade, liberdade, autonomia e identidade são princípios e valores enfatizados acima que têm seus efeitos na organização dos grupos em suas comunidades e assentamentos. São formas de resistir e existir através de suas muitas manifestações sociais como no enfrentamento em seus espaços de socialização contra a homofobia, transfobia, misoginia, racismo, intolerância religiosa, enfim, todas as formas de preconceitos.

Também, refletiu na forma artística e cultural dado ao aprofundamento de suas tradições ligando raízes a ancestralidades, redimensionando o respeito a vida, a natureza e a si próprios/as.

São expressões do conhecimento empírico e do saber popular que estão sendo deixados de lado, ignorando suas técnicas sustentáveis de conviver em equilíbrio

com o meio ambiente. O modo de fazer agricultura de forma tradicional reflete um paradigma economicamente possível, financeiramente viável e ambientalmente responsável.

A negação da cultura camponesa faz parte de um processo de desarticulação e marginalização da juventude rural. Desconsiderar suas peculiaridades é inferiorizar e desqualificar sua história. “A grande questão é o que é negado para os jovens em seus espaços. [...] como facilitador aprendi muito e me despertou para essas diversas relações de jovens, de diversos locais, é a urbanização do meio rural”. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017):

não vou dizer que não exista um conflito geracional, é claro que existe, um pessoal que estava no campo e quem tinha as coisas do campo como algo a seguir. Tem um monte de coisas sendo conflitadas constantemente, a televisão permite esses conflitos, está todo mundo vendo televisão, está em todos os lares. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A C – 2017)

O conflito geracional sempre vai existir, a questão é como ele será abordado, encarada e discutida. Quem abordará estará preparado/a para propor soluções ao invés de aumentar seus conflitos? Ou ter sensibilidade ao ponto de tratar com respeito uma cultura desconhecida por ele/a? Logo veremos que:

[...] a falta de incentivo e a falta de alternativas como foi mostrada no Curso influencia na descaracterização, interfere nessa fuga (êxodo). Fazer com que a juventude venha a se apaixonar e queira trabalhar no campo, também acho que seja influenciado. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A C – 2017)

A Educação do Campo tem sua importância como bandeira de luta dos movimentos camponeses por fortalecer a identidade cultural, uma coluna no combate à descaracterização, deformação e esquecimento dos fazeres tradicionais e manifestações populares no campo. Que por sua vez, o Curso mostrou sua conexão com todo o desenvolvimento teórico e prático. Sem sua influência na valorização que o campo representa, não existe o campo e não se constrói a luta.

A identidade dos sujeitos aparece em destaque nos apontamentos das entrevistas para a construção das categorias de análises. Outra questão é se o avanço da cultura urbana no meio rural gera uma crise de identidade. Segundo Entrevista/Facilitador/a C – 2017:

eu só fico preocupado da gente vê como uma questão de identidade, porque [...] há uma resignificação da identidade, ela não é mais como o agricultor tradicional. Então, diante de tudo isso, eu percebo que tem jovens que não tem

um pingo de características rurais, mas a atividade produtiva deles é no campo. Não tem identidade, mas vê como viável, participa. Mas eles também já perceberam que o fato daquela identidade não representar mais o local onde eles estão, não é necessariamente um motivo para sair, tudo isso ligado e se comunicando aceitavelmente.

A multiculturalidade e a pluriatividade do campo é construída com e por seus pares, através das mudanças e oportunidades, ou seja, por suas faltas, o campo não para de se reinventar. A modernização afeta a juventude, sua inserção produtiva e o lugar que habitam. Sabe-se que:

[...] todos eles têm um anseio de ter um emprego, eles não anseiam só contribuir com a produção rural da família, mas que diante da realidade esse emprego não existia, pelo menos para todos. Aos poucos, nós sentimos que eles foram se sensibilizando e que a inserção produtiva deles naquela propriedade familiar era importante, deu para a gente perceber isso. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO – 2017)

Mesmo a agricultura familiar absorvendo 74% da mão de obra do campo a taxa de desemprego é alta. E ainda, existem os mecanismos institucionais que não amparam e não promovem a inserção produtiva dessa juventude, que precisa ter força e coragem para resolverem seus problemas sozinhos.

É interessante perceber o que o/a entrevistado/a acima expõe, em meio aos conflitos financeiros e educacionais que fragilizam suas identidades, as situações aparecem numa perspectiva de inquietações, porém, com resoluções harmônicas nos dizendo que esses conflitos vão aparecer, mas que podem ter uma positiva definição.

Por exemplo:

têm jovens que não se identificava especificamente com o campo, têm jovens que achavam que não se identificavam com o campo e a partir do Curso buscou formação agrária na área do campo. Jovens que hoje está fazendo zootecnia, agronomia, técnico agrícola e que está na perspectiva de outro curso na área das agrárias. Jovens que está na comunidade, ao mesmo tempo, está no setor produtivo e jovens na área do processo de regularização e de conscientização no processo do meio ambiente. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Jovens que não se relacionavam positivamente com sua cultura e que rejeitavam suas identidades com o campo, após a formação do Curso, passaram a ressignificar-se através de um novo olhar sensibilizado ao longo dos processos, produzindo valor a cultura camponesa, dando orientação a sua permanência. Jovens que tomaram decisões conscientes através da compreensão de sua história e lutas.

Interessante perceber o real vínculo de relação dos/as jovens com seus territórios. Mesmo com toda a influência da cidade, esse grau de maturidade e de enraizamento se apresenta no processo formativo como ferramenta em suas localidades na contribuição de seu trabalho. Então,

[...] a gente consegue ver isso como frutos, por mais que não sejam os trezentos jovens, mas os jovens que mudaram, estão sendo exemplos dentro da própria comunidade. Jovens que teve um ensino formal de qualquer jeito, desgastante, jovens que terminaram o ensino médio sem nenhuma perspectiva. Hoje, está formado em uma área das agrárias, está exercendo uma atividade autônoma e está trabalhando sozinho.
(ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Como uma subcategoria de análise, a miscigenação do urbano verso rural é outro ponto relevante. A palavra verso entre urbano e rural é para ressaltar esse lugar de tensões e disputas, política e ideológica, discutidas no corpo do trabalho.

Dependendo do direcionamento, a convivência entre o urbano e o rural pode, mesmo em conflitos, se estabilizar. As entrevistas garantem essa relação sem dicotomias ou como já dito, possibilita uma ressignificação das identidades. É quando,

o jovem por mais que viva lá no meio rural ele tem acesso à internet, ele está vivenciando as influências boas, [...] isso facilita a pesquisa, a informação, as relações, as culturas urbanas. Também assimilando as coisas ruins como a cocaína, a maconha e todas as drogas lícitas.
(ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

Com o processo de urbanização do campo, segue também, todas as problemáticas como a violência e as drogas. Essa realidade já havia sido detectada nos primeiros diagnósticos do Curso.

Esses pontos da violência e das drogas serão comentados mais a seguir na perspectiva dos/as entrevistados/as, fazendo referência a contribuição do Curso no comportamento dos/as educandos/as ao lidar com essas e outras situações, após a formação.

7.1.3 Categoria de Análise - Prática Pedagógica

A partir daqui, teremos desenvolvimento dos pontos considerados relevantes pelos/as entrevistados/as. Sua organização resultou na elaboração da própria categoria de análise, possibilitando a categorização de suas subcategorias: relações

interpessoais, teorizando a partir da prática, experiência do método Paulo Freire e institucionalização da opressão e exploração.

Nas categorias de análises trabalhadas anteriormente, praticamente, não aparecem contribuições dos/as teóricos/as como apareceram na fundamentação textual das categorias conceituais. Pois, esse embasamento se deu na discussão desenvolvida entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Entretanto, para essa construção específica, aparecerá fortemente a contribuição do patrono da educação brasileira, Paulo Freire com suas reflexões.

O Curso se desenvolveu nas estratégias, métodos e técnicas de Paulo Freire, Pedagogia da Alternância e Formação por Pares. A grande novidade no Curso, inclusive para a Coordenação, foi a Formação por Pares, revelando-se uma ferramenta determinante para a realização dos objetivos alcançados. Então, ao iniciarmos o Curso, fazíamos um:

[...] diagnóstico da realidade para saber o que faziam, o que queriam, como participavam da vida no ambiente do assentamento ou da comunidade, conforme cada caso. A partir desse levantamento da realidade foi feito um programa inicial, onde ia sendo ajustado ao longo do Curso, mediante a necessidade que a gente sentia, conteúdos e posturas. Porque era bastante formativo, não era só informativo, para voltarem para o campo e aplicarem. Nós não trabalhamos com técnicas, para eles aplicarem técnicas, era muito mais a sensibilização, o que é você viver no rural e o que é você ter uma inserção produtiva. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO DO CURSO - 2017)

A Educação Popular tem sua abordagem nas práticas: prática pedagógica, prática profissional, prática familiar, prática no trabalho, prática escolar, prática no ensino, dentre outras. Visa uma formação ampla e participativa dos sujeitos, construída num processo de autoconscientização na agroecologia como posicionamento político, para a soberania da segurança alimentar e na valorização da identidade cultural. Pois,

tentamos fazer um Curso onde nós tivéssemos uma abordagem participativa, onde tivesse a participação de facilitadores como monitores, pessoas jovens dos movimentos sociais. Quando pensamos nisso, era para atender a dois grupos de muita gente, onde cada grupo eram 150 jovens. Nós (facilitadores/as e coordenadores/as) não íamos dar conta sozinhos dessa abordagem participativa e, também, porque a nossa abordagem, inclusive, não gosto de chamar de metodologia, mas de abordagem metodológica que a gente desenvolveu, supõe essa coisa da Participação por Pares. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO DO CURSO - 2017)

Essa novidade da Formação por Pares do Curso, foi uma adaptação feita pela coordenação. O material original foi desenvolvido por profissionais da área da saúde,

trabalho participativo junto a uma comunidade tradicional ribeirinha, na Irlanda. Diante da prática pedagógica que a coordenação gostaria de aprofundar, foi pensado o seguinte:

[...] chamar alguns jovens, formar esses jovens para trabalharem na perspectiva da INPA (Intervenção Participativa dos Atores), na ação participativa de todos os envolvidos. [...] Era um Curso onde nós queríamos que os jovens viessem e trouxessem suas vivências, trabalhando os conteúdos a partir das vivências que eles tinham. (ENTREVISTA/COORDENAÇÃO DO CURSO – 2017)

A prática pedagógica do Curso tem sua dinamicidade na formação participativa dos sujeitos como atores, central na construção do novo conhecimento experimentado e compartilhado por todos/as. Adentrar nesse lugar abstrato onde estavam os/as educandos/as era a chave da questão para se alcançar os objetivos desejados.

Auxiliados/as por três facilitadores/as, divididos/as por grupos em seu ambiente de reflexão (AR), conseguiu-se potencializar seus vários níveis de consciência, compreendendo a consciência como um fenômeno individual em movimento constante.

Esse processo evolutivo dos/as educandos/as aconteceu em rede (inter-relações) e em cadeia (intra-relações), aparecendo nas entrevistas. A Pedagogia da Alternância reduz as possibilidades de distrações, levando-os a um estado de concentração integral, sequencial, contínuo e orgânico.

Convido o/a leitor/a para acompanhar a síntese de uma reflexão da conjuntura política atual, feita pelo grupo focal na perspectiva dos/as educandos/as. Por suas análises, podemos nos situar, exatamente, do lugar onde estão, após o Curso. Enfatizo a lucidez e a sensibilidade da leitura de mundo dificultada por sua complexidade, quando este lugar onde estão, é ameaçado constantemente por falta de continuidade nos processos reflexivos, acentuando sua vulnerabilidade. É,

quando a gente pensa no que está acontecendo no Brasil é meio desmotivante. [...] você começa a ver o que estão fazendo com as reformas trabalhistas, dificultando a vida do trabalhador. Tudo que está acontecendo com o Brasil, essa crise, o que eles (políticos) estão acontecendo lá, vai melhorar alguma coisa para o trabalhador, em especial os do campo? Aí a gente pensa: rapaz, não tá dando, o que é que a gente vai fazer? Vamos ficar nossa vida todinha aqui? Vai dá certo, não vai. [...] A gente está aqui abandonado mesmo. Essas reformas todas aí, eles só botam em votação quando eles sabem que vão ganhar. Essa agora da previdência ficam adiando, adiando, porque já sabem que se levarem para a votação, já sabem que não vão ganhar. Porque é tudo do jeito que eles querem e a cada dia que se passa

eles ficam mais ricos e nós mais pobres. (ENTREVISTA/EDUCANDO/A – 2017)

A pedagogia de Paulo Freire, conhecida como libertadora, convida a reflexões produzindo introjeções capazes de impulsionar mudanças internas, manifestas no comportamento concreto. Não dependendo da idade ou maturidade cronológica, mental ou psicológica, mas parte de um lugar comum. Parte do conhecimento dos sujeitos, do ponto onde estão suas percepções do mundo que estão inseridos e das compreensões de si mesmos. Começa um desabrochar, iniciando por questionamentos sobre a estrutura imposta a eles/as, como aconteceu no Curso:

jovens que entraram lá com uma formação e que não falavam, que tinha uma visão muito resumida da sociedade, passaram a fazer uma leitura crítica sobre vários aspectos, então foi uma coisa que as vezes no ensino médio e em toda a escolarização (descontextualizada) em poucos meses foi possível se construir uma coisa bem maior. (ENTREVISTA/FACILITADOR A – 2017)

A dicotomia que abordaremos mais adiante entre o ensino regular e o complementar parecem ser antagônicos e conflitantes. O que nos leva a pensar dessa forma? Qual seria o “emburrecedor” ou crítico? Não age um em concordância com o outro?

São questões que nos levam a discussão para entendermos a importância das organizações e instituições rumo ao conhecimento libertador na construção subjetiva dos sujeitos para atuarem sobre a mesma realidade de uma nova perspectiva. Como afirma ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017, quando se refere aos educandos/as:

ele entendeu que o sistema educacional libertador é aquele que prepara ele para o mercado de trabalho convencional, é aquele que prepara ele para a vida cotidiana, que prepara ele para lutar pelos seus direitos. Muitos deles foram buscar esse sistema educacional, [...] Isso por conta das dificuldades locais, porque é difícil, um jovem criado na comunidade local, só no pé da mãe, no pé da avó, decidir, eu vou sair.[...] Então, não é fácil, não é qualquer pessoa, se não tiver passado por um processo de formação e desenvolvido autonomia, interesse e se identificado como pessoa diante do meio que ele convive.[...] para mim, o Curso trouxe forte, identificar seu meio de convivência, lhe identificar como pessoa, lhe despertar para a convivência social e lhe despertar para buscar formação para o que é possível, viável e interessante, saber o que eu quero para mim na minha comunidade, acho que isso o Curso trouxe.

Essa consolidação foi fortalecida com base na relação horizontalizada e de confiança que se estabeleceu entre educandos/as-facilitadores/as-coordenadores/as desde os primeiros encontros de formação dos grupos.

A citação seguinte, se refere, inicialmente ao trabalho reelaborado que hoje é desenvolvido por alguns técnicos do sindicato junto aos produtores rurais, finalizando com a afirmação que o Curso trouxe reflexões que contribuíram para essas mudanças. [...] “todo o trabalho que a gente vem desenvolvendo, vem desse desenrolar”. (Entrevista/Facilitador/a C – 2017):

depois que a gente passou pelo curso, a gente passou a ter uma proximidade com o sindicato como apoio. Fazendo outros cursos de formação pelo sindicato, tipo de três módulos. Acredito que esse movimento do sindicato hoje, tem a ver com os facilitadores do Curso que são do sindicato. Tinha curso pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), uma vez por ano, agora é pelo sindicato, chega a ser três cursos por ano. Esses cursos (do sindicato), são bem ligados ao Curso que nós fazia (UNILAB), terminou o Curso e os meninos (facilitadores) começaram a fazer esses cursos (pelo sindicato) na assistência técnica. [...] O curso pelo sindicato fortalece a assistência técnica, facilita e ajuda a gente a trabalhar no campo, na agricultura. (ENTREVISTA/EDUCANDOS/AS – 2017)

Interessante observar a congruência das falas quando se reportam os/as entrevistados/as ao saírem desse processo formativo, que concomitantemente, proporcionou reflexões individuais e coletivas, ampliando uma visão mais real do todo, potencializando a transformação de suas realidades. Foi dito:

eu pensava que ia ser um cursinho qualquer. No começo eu achei uma coisinha fraca, mas na semana ele (Prof. Ribamar) mostrou para gente, para que a gente estava lá. Eu era aquele rapaz bobo do interior, nunca tinha saído para fora e escola hoje em dia, não mostra tudo né? As coisas do campo não mostra, lá (Curso) mostrou praticamente quase tudo, até mexer com animais. Abriu meus olhos para outro mundo, o que foi interessante é que a gente não estava acostumado com aquilo, por a gente ter outra visão. A escola não mostra tudo, mostra algumas coisas de uma maneira mais maquiada, é a forma de ser repassado os conteúdos da escola convencional. (Entrevista/Educando/a – 2017)

Analisando a colocação acima, podemos tirar grandes e valiosas lições, quanto ao posicionar-se ao Curso como mais um. Podemos compreender que todos os outros processos formativos ao qual o sujeito se inseriu, inclusive, seu processo de escolarização, além de não preparar para a vida, pode atrapalhar, dificultando sua visão e leitura de mundo.

É a crise de identidade que se ampliam nas instituições em suas práticas no currículo oculto. As perguntas que devemos nos fazer são: As instituições de ensino estão formando? E estão formando quem? E para quê? Vamos esmiuçar:

olha o que acontece, o IFCE tem dois cursos das ciências agrárias, entrou agora geografia agrária, mas os agricultores camponeses estão sendo massacrados, eles (filhos) estão voltando para casa e estão dizendo: pai, se o senhor deixar eu fazer o certo eu venho trabalhar aqui, se não deixar, eu não venho. [...] Um pai que sustenta, inclusive, um curso superior hoje, com agricultura e criação de porcos, o filho diz que não vem aqui porque o senhor faz errado, é um absurdo. (ENTREVISTADO/FACILITADOR/A C – 2017)

Essa afirmação parte de um profissional que tem vínculo e identidade com o campo. Atualmente, atua na assistência técnica pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em sua região, que tem um convênio junto ao IFCE no programa de estágio, coordena a assistência técnica dos cursos das agrárias acompanhando formandos/as em zootecnia e técnicas em agropecuária.

Pela sua proximidade, fala sobre a descaracterização dos/as profissionais docentes dos cursos superiores ao abordarem questões da cultura camponesa, gerando problemas ao invés de trazer soluções. Ao acompanhar a formação desses grupos específicos dos cursos das agrárias, se espanta ao relatar que,

[...] um professor da URCA disse: vocês têm de entender isso como algo positivo, porque está modernizando e não tem como a gente segurar. Visto muito pasteurizado, como se essa mudança não tivesse significância ou impactos para o próprio camponês. [...] Um teórico baseado naquela diferença entre o agricultor familiar e o agricultor camponês, uma descaracterização do agricultor camponês para a agricultura familiar. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A C – 2017)

Essas evidências demonstram que os/as profissionais estão impregnados de valores e princípios de suas instituições formadoras que as mesmas formando a classe trabalhadora não tem relação com ela, pois sua base está na naturalização da desumanização e violência institucionalizadas.

Incapazes de fazer empatia com aqueles/as que estão formando, geram uma cadeia de deformados e adoecidos, impossibilitando diretamente numa transformação da sociedade. Deixa escapar um período fundamental determinando o estado de permanência do status quo de sua população atendida. Essa falta de postura se concretiza quando:

durante o período que nós passamos lá (período de alternância), tivemos até repreensão no colégio por causa do Curso, assim: tu tá dando mais valor a esse Curso que tu tá fazendo lá fora do que aqui dentro. A professora sempre dava aquela chamada de atenção na gente e sempre citava isso. Sempre dizia assim: tá fazendo o Curso lá fora e agora lá é teus professores? E aqui? Sempre jogavam isso na cara da gente.[...] Vocês que estão fazendo o Curso no Quixadá, fala aí. Ficava cutucando a gente mesmo, o que a gente ia fazer? Não tinha nada a ver. Eles queriam jogar pra gente porque a gente estava estudando fora, fazendo outro Curso. (Entrevista/Educando/a – 2017)

Essa falta de perceber-se nos processos formativos (formadores/as) ou de não se ter conhecimento suficiente (formandos/as) para questionar o tipo de direção dada a formação recebida, desagua na aceitação e no repasse de formação sem reflexão em espaços que deveriam, em sua essência, serem críticos. Naturalizam as perseguições, as relações promiscuas e assédios de toda a natureza dentro de um total velamento.

Não deveria o ensino provocar a criticidade na promoção de atores para a vida? Fica fácil fazer uma separação entre o ensino regular e o ensino complementar, é como se falássemos de duas coisas distintas e isoladas em si e que as duas existem para finalidades diferentes. Havendo um que condução a uma formação mecânica para a inserção no mercado de trabalho e outra para o cotidiano, para a vida em suas dimensões. Como se existissem dois tipos de seres humanos e profissionais, e se de fato existem, o que isso significa?

Existe uma esfera na formação onde o/a profissional de qualquer área de atuação, é preparado para resolução de problemas, no trato com outras pessoas, seja urbano ou rural, independentemente de sua função, onde sua prática é compatível com a valorização e o cuidado daqueles que, de alguma forma, dependem ou precisam dele/a. Declara Entrevista/Educando/a – 2017, “[...] no colégio a gente aprende outras coisas, para mim foi a primeira vez que a gente estava vendo aquelas coisas (conteúdos críticos) e,

essa foi uma das grandes contribuições da formação, os temas que foram abordados são pertinentes a juventude, onde nós focamos na geração de renda, mas há vários outros temas transversais que foram discutidos como gênero, sexualidade e a própria organização produtiva. (ENTREVISTA/FACILITADOR/AA – 2017)

Quando se consegue estabelecer uma relação de respeito com aqueles/as que estão em sua volta, relacionando conteúdos com temas transversais através de uma

abordagem participativa, há fluidez no processo, objetivos são alcançados e resultados ficam acima do satisfatório. Como afirma Entrevista/Educando/a – 2017:

[...] começaram a perceber uma certa mudança em mim. Eu mudei muito lá (Tempo-Escola), estava fazendo o 2º ano aqui, mudei muito até no meu modo de estudar. O que eu acho em relação ao ensino do Curso é o seguinte: [...] abre a mente dos jovens e na escola tradicional não. Na escola a ideia era estudar e encontrar emprego fora (cidade) e a metodologia do Curso não, era formar os jovens para ficar no campo.

A mudança de comportamento dos/as jovens, foi ressaltada várias vezes durante as entrevistas pelos/as facilitadores/as e pelos/as responsáveis dos/as educandos/as. A avaliação desses sujeitos de convívio direto com os/as educandos/as, trazem consistência e realidade aos achados. Segundo Entrevista/Responsável B – 2017, “não mudaram para pior, mudaram para melhor. Pelo que eles me falaram que participaram, acredito que o Curso preparava para o trabalho, tratava da criação e da plantação”. E,

acho que aprendeu muita coisa, muito conhecimento que ele não sabia, ele aprendeu. O estudo certo tem futuro, melhorou muito com essas coisas da criação, aprendeu umas coisas que melhorou. Vejo nas técnicas que ele faz aqui. Ele trabalha junto comigo, aí eu vejo que ele aprendeu e faz desde criança comigo, ensinei muito a ele, depois dos cursos ele mesmo é quem faz. Graças a Deus ele é um rapaz muito sério, diante do Curso eu acho que não precisa melhorar mais nada não. (Entrevista/Responsável C – 2017)

Consequentemente, complementando as falas na mesma direção, o terceiro responsável se manifesta, fazendo menção ao comportamento de seu filho/a, totalizando 100% das respostas positivas por parte dos responsáveis abordados para a realização da pesquisa. Pois,

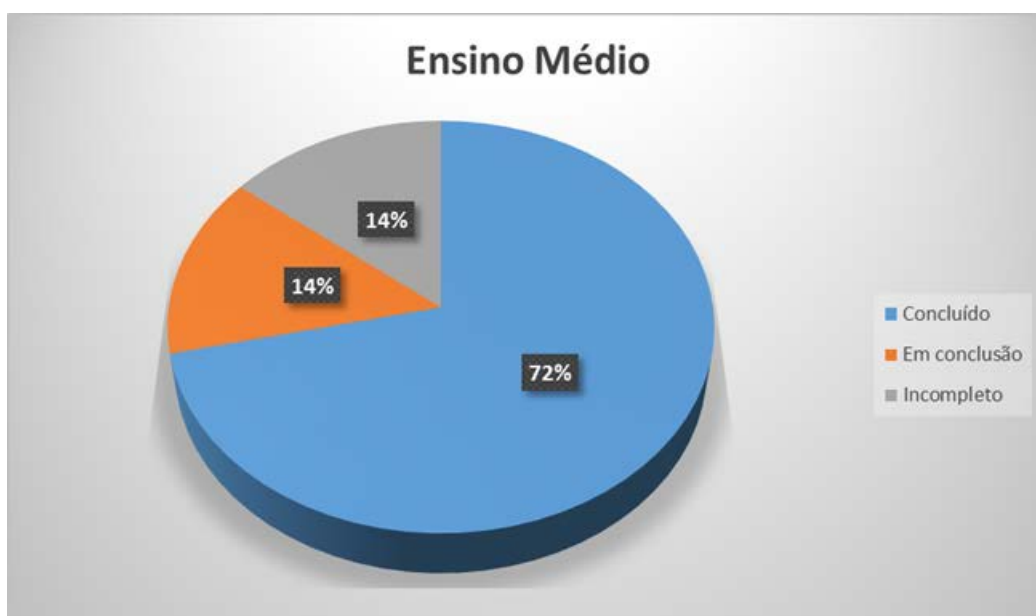
eu acredito que depois do Curso até na escola houve mudança, porque antigamente ele passava três, quatro anos numa série só. Não se interessava, e agora já se interessou. [...] Melhorou na convivência dele com a gente, não é falando, mas ele era muito ignorante com nós em casa. [...] Teve um tempo que eu fui até para um psicólogo com ele para ver se ele mudava. Ele aprendeu a se expressar mais com as pessoas, aprendeu a ser mais educado, o patrão dele mesmo me disse que ele sabia falar com as pessoas. Aí eu disse que era por isso que ele sabia falar com as pessoas, por causa desses cursos. Eu não sei do que se tratava o Curso, ele nunca falou não. Eu vi ele dedicado a esse Curso, percebi só essas mudanças mesmo, ele não é de falar muito. (Entrevista/Responsável A – 2017)

Curioso e que se repetiu nas entrevistas foi o fato dos/as responsáveis não estarem cientes do que se tratava o Curso, entretanto, todos/as confiam no trabalho das

instituições através de suas ações de qualquer espécie, como algo importante na formação profissional e pessoal de seus filhos/as, mesmo eles/as próprios/as tendo baixa escolaridade.

O gráfico abaixo, mostra que houve um avanço na inserção e conclusão no ensino médio dos/as jovens do campo, entretanto, o que quero questionar é a qualidade desse ensino, mediante as falas dos/as entrevistados/as.

GRÁFICO 03 – ENSINO MÉDIO DOS/AS EDUCANDOS/AS



Fonte: Registro do Pesquisador(2017)

Mesmo questionando a qualidade e o direcionamento do processo de escolarização dos/as filhos da classe trabalhadora, compreendo sua implicação para aqueles/as jovens que se ausentaram dele. Principalmente, quando me refiro a jovens do campo que não se identificam com a agricultura e se voltam para atividades não-agrícolas. Onde seu grau de instrução faz diferença ou pode ser determinante na sua inserção no mercado de trabalho.

Outro reflexo é a continuidade de seus estudos, ou seja, o ingresso desse público atendido pelo Curso no retorno ao ensino básico e no superior. Podemos dizer que os/as educandos/as:

não estavam dentro da universidade, mas a turma teve proximidade com a UNILAB, teve contato com a própria estrutura da universidade, convívio mais próximo com os professores da UFC e da UECE. Então, isso acaba que na cabeça deles, encurtou essa distância que eles viam da universidade. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

Segundo Entrevista/Responsável B – 2017, disse: “meus pais, nem sair para estudar em Crateús eles deixavam, só podia estudar até a 5ª série e pronto, ali parava. Hoje não, está tudo mais fácil, não era que nem agora”. Não é bem assim que as coisas funcionam, pois, em meio ao Curso ter aproximado ou fortalecido o processo de escolarização dos/as educandos/as, fortalecendo a reinserção de alguns e algumas que haviam abandonado seus estudos e impulsionado outros/as ao nível superior, a situação de acesso e permanência nesses espaços, ainda são complexos para a juventude do campo. Como o caso que:

[...] ele passou, fez o ENEM, passou na segunda fase do vestibular, e ele não foi. Não teve oportunidade de fazer, não tinha com quem morar, a gente não tinha como pagar um aluguel. [...] Passou não foi por sorte, foi por saber. Porque ele passou na primeira fase do vestibular e depois passou no ENEM, mas ele perdeu de fazer a matrícula. (ENTREVISTA/RESPONSÁVEL B – 2017)

Se de um lado, noutra época, a impossibilidade partia da própria família, atualmente, as dificuldades advêm externas a ela. Com a superação de uma fatalidade, se esbarram numa causalidade. Pois,

atualmente não existe nenhuma política pública voltada para a juventude do campo, se estiver algum burocrata do governo ele iria pautar várias, como o programa de licenciatura em Educação do Campo que é para a universidade, aí a gente pode pegar quantos no Ceará estão fazendo e quantos vão concluir? (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

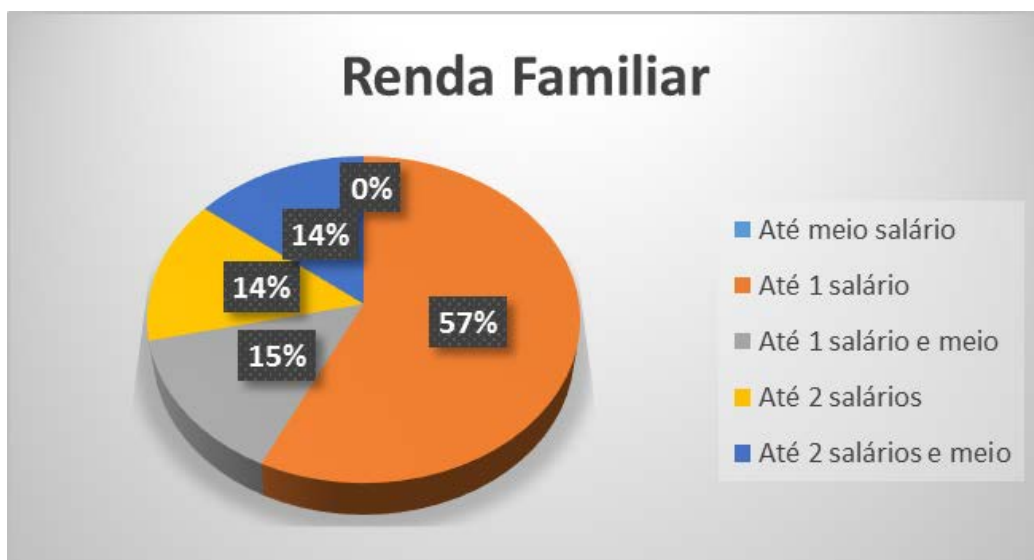
É importante para a reflexão, fazer empatia, se colocar no lugar desse/a jovem camponês/a conhecer os aspectos de suas dificuldades. Considerar suprimir seus anseios e vontades, quando após a submissão de uma avaliação nacional (ENEM) com resultado positivo, não se encontra uma estrutura de apoio ampla, proporcional as exigências do Estado para continuidade dos estudos, gerando consequências dolorosas compartilhadas por toda a família. Pois,

eu chorei tanto, ainda hoje eu choro, já faz dois anos. Aí todo mundo fica falando que não era para ele estar aqui nesse lugar, sem ganhar nada, era para estar estudando, mas eu não pude fazer nada. [...] Mas daí eu paro e penso: Jesus vai dar mais oportunidade para mim e para meu filho, não deu certo, mas ele é novo ainda e é inteligente. [...] É porque não era para ser. Sou uma pessoa que sou conformada com as coisas, tudo é na hora e no tempo certo de Deus. A gente procurou de todas as formas, mas não deu certo, mas Deus dará uma nova oportunidade a meus filhos. Entrevista/Responsável B – 2017), e ainda:

[...] porque a gente faz a maior força para os nossos filhos estudarem, para poder sair daqui (para estudar) porque tudo é difícil. Mas com sacrifício e Deus ajudando faz. Chega lá. Ele é guerreiro, não tem melhor para um pai, os filhos estarem no caminho certo. (Entrevista/Responsável C – 2017)

Na continuidade das ideias, segundo Entrevista/Responsável A – 2017, “graças a Deus, porque desse Curso aí é que ele começou a querer fazer mais cursos, porque antes ele não fazia, era só de farra, como se diz”. Duas situações se esbarram os/as jovens para a não continuidade de seus estudos, uma é falta de condição financeira das famílias para mantê-los/as estudando e a outra é que as famílias precisam de sua ajuda para despesas domésticas.

GRÁFICO 04 – RENDA FAMILIAR DOS/AS EDUCANDOS/AS



Fonte: Registro do Pesquisador(2017)

Abaixo, vemos uma amostragem gráfica da quantidade de moradores por família, nos dando uma ideia de redução no número de membros por residência. Essa nova estrutura familiar tem consequências em suas relações doméstica, econômica e profissional.

GRÁFICO 05 – MORADORES POR FAMÍLIA DOS/AS EDUCANDOS/AS



Fonte: Registro do Pesquisador(2017)

Sabemos que o grande número de indivíduos por residência no campo, se dava pela necessidade de auxílio no trabalho agropecuário da família, fazendo parte do planejamento de natalidade. Um dos aspectos detectados, mas não aprofundado, é se esse novo modelo familiar se dar numa perspectiva de controle familiar pela falta de terras a trabalhar.

Me chama atenção, a relação de esperança e fé dos/as responsáveis entrevistados/as. Sempre confiantes em um ser superior que em meio as dificuldades, está presente, ou ainda, está no controle, permitindo ou não realizações, por saber o tempo certo das coisas acontecerem.

Até que ponto a fé se faz importante ou necessária na promoção da alienação ou da revolução. Me vem outro pensamento, a implicação da orientação ideológica na formação dos/as profissionais que em suas funções incidem na formação e informação das massas. Em relação a Crateús, podemos dizer que:

[...] tem uma coisa das CEBs que é forte, agora que eu estou aqui, eu consigo perceber. O histórico de organização do Dom Frágoso, esse trabalho que tem uma história na raiz de Crateús que é incrível, você ver uma coisa de valorização que está ali, ligado a eles. Eles perderam isso no discurso, como importância de militar, porque a militância meio que deu uma refecida. Mas dentro deles, na agricultura, vejo o carisma, eu tive acompanhando os agricultores de perto agora. E os jovens, também, percebi isso, é muito interessante. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A C – 2017)

Outro ponto que podemos destacar mediante a citação é a dissolução dos valores e princípios essenciais ao movimento social e sindical que, ao longo do tempo, vêm estruturalmente se reelaborando como empresas numa lógica neoliberal, distanciando a materialização das conquistas e enfraquecendo os movimentos camponeses através da relação interpessoal de padrão vertical e mercantil no interior de suas organizações. Seguem três citações que se complementam na justificativa da afirmação:

estou com dificuldade de ver alternativas, está muito cruel, os movimentos sociais estão caóticos, estão se digladiando, em função de não conseguir analisar que a direita se reorganizou, eles não conseguem perceber isso, que houve essa reorganização da direita. Não há uma percepção disso enquanto consequência política, quanto estratégia em função das nossas ações, não há uma crítica as próprias organizações e está todo mundo cego num tiroteio cruzado, estão se queimando. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A C – 2017)

[...] nas ONGs, tem no estatuto que dentro das ações e dos objetivos com a juventude do campo é preciso que eu faça alguma ação desse tipo para quando na hora que estiver um edital, eu tenha experiência comprovada em ação com a juventude. Ter como conseguir comprovar isso por causa dos recursos, tipo os jovens que estão inseridos nesses processos estão sendo vítimas porque só estão sendo usados. As vezes acontece os eventos aí, é preciso está rebanhando juventude para participar e para no final aparecer apenas quantitativo, está na lista de presença. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

referente a política (pública) aqui não tem nada não. Só lembro do projeto São José que veio por aqui e veio o poço profundo, da época do prefeito Mauro. Hoje nós temos água encanada por causa desse poço, a água não é muito boa não porque é salgada, mas, foi a coisa mais boa que foi feito, porque a gente lava roupa, toma banho e cuida das coisas por conta desse poço. Todo mundo da comunidade, a gente colocou a bomba dentro e joga água para as casas, mudou a vida da gente para melhor, está com uns cinco anos, faz muito tempo não. Lutar com o manemago né brincadeira não. (ENTREVISTA/RESPONSÁVEL A – 2017)

Os movimentos populares do campo que estão inseridos nos territórios, se deparam diariamente com o empobrecimento e a subserviência de uma parcela da população que representam. Aparentemente, fecham os olhos e se comportam, em muitos casos, como braços do governo na docilização e domesticação psicológica, física e emocional desses grupos. É um ponto micro, mas se aprofundarmos, veremos que:

se a gente percebe a dimensão que foi essa formação e os representantes enquanto categoria não levantam isso enquanto bandeira de luta, tendo em vista que a gente não tem nenhuma ação específica para a juventude do campo. Então, os movimentos que se diziam parceiros não assumiram isso como bandeira de luta sua. [...] O sindicato como um todo não assumiu isso como projeto político. [...] Um ponto crucial foi a falta de assumir o

compromisso enquanto Curso e como proposta política dos movimentos sociais. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

Precisamos renovar a esperança ao saber que o futuro é a juventude. E a mocidade pode ser alcançada por incentivos que venham no caminho crítico e reflexivo através de ações que inquietem, instiguem e estimulem. Promovendo a ressignificação nas relações e fenômenos sociais na direção da solidariedade, da coletividade e da pluralidade.

É nesse sentimento que reconhecemos a importância histórica dos movimentos sociais e sindicais nas conquistas e avanços da classe trabalhadora no campo e na cidade. Este fato precisa ser respeitado e compartilhado por seu alicerce na construção da resistência da humanidade, onde sua luta se faz na sua prática, no enfrentamento, na conscientização, na rebeldia, no poder do diálogo e na força do povo.

A Educação do Campo é uma reivindicação do povo camponês e tem fundamental destaque diante dos processos de transformação da sociedade, por ser palco de tensões e de disputa ideológica no controle ou no despertar mental e intelectual para a manutenção e ampliação de seus espaços no caminho de seus direitos.

Sem generalizações, mas, mesmo em espaços ditos críticos e avançados, a condição de militante/participante que contribui organicamente para a força que os movimentos têm, em seu trato é inferiorizado, oprimido e explorado por estarem dependentes financeiramente e ideologicamente tais movimentos.

Suas vidas cegamente envolvidas, entregue a uma causa nobre que se justifica em si por ser um movimento de vanguarda esquerdista, porém, com características de organismos multilaterais-empresariais.

Estabelecem com outros militantes/participantes de função superior, uma relação de patrão/empregado. É quando, cordialmente, aceitam todos os encaminhamentos de suas direções, mesmo quando discordam, o fazem. Não por convicção ou por unidade, mas por medo.

Há necessidade emergencial dos movimentos sociais buscarem através da autocrítica o caminho da autonomia: primeiro – voltar-se para o auto reconhecimento das bases e segundo - retomar a sobriedade da avaliação e auto avaliação no sentido de reorganização. Já vimos que o projeto burguês/trabalhador não deu certo através da união direita/esquerda nos governos atuais.

Por isso, cabem críticas relevantes e pertinentes no que tange a recriação dos movimentos sociais e sindicais na luta de classes do campesinato, porque fica mais difícil

do campo se fortalecer com a dinâmica atual de seus representantes, são interdependentes. Ainda em relação a falta de prioridade dos parceiros,

[...] eu acho que a primeira coisa era conhecer a dimensão do projeto, o pessoal está muito numa rotina de onde tem recurso e tem projeto, a gente já taca a logotipo lá como parceiro, não está muito preocupado com os resultados disso, acaba que sendo por ser mais um, por ter recurso, divulga como conquista, mas na prática não mede todos os esforços para que a coisa aconteça. Porque já estão tão acostumados com as coisas acontecerem e no final aparecem resultados superficiais que já foi naturalizado dentro dos movimentos. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

Ainda são chocantes alguns relatos e saber que não são casos isolados o sentimento de tristeza e solidão afloram. Pensamos no projeto piloto como pano de fundo de algo maior e a seguir.

Um tipo de formação não só para a manutenção e fortalecimento de seus próprios espaços, mais de fato libertário no sentido de seus indivíduos permanecerem por ideologia e não por privilégios ou esmolas que se concretizam na falta de autonomia e de ética.

Um projeto piloto é um protótipo, algo feito pela primeira vez com o intuito de ser copiado ou reproduzido, servindo de modelo ou padrão para sua multiplicação rumo a melhoria de vida da juventude camponesa. É, em si,

[...] uma proposta de projeto de sociedade, então é uma ação que como o próprio nome dizia, um projeto piloto que dava pra gente ter dado uma continuidade muito interessante. [...] A gente pegou uma fatia muito pequena da juventude, trezentos jovens no universo do estado do Ceará, não aparece, foi apenas uma amostragem. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

E ainda nos deparamos com a não continuidade do Curso que se deu por questão política e não financeira. Isso se evidencia diante dos resultados obtidos e repassados para a SNJ através dos relatórios, onde, aparecem os resultados alcançadas e a mobilização feita nos territórios²⁶.

Nos leva a pensar que a implementação de políticas públicas nacionais, regionais ou locais em suas esferas, são garantidas e financiadas por meio de apadrinhamento político movido por interesses pessoais.

²⁶Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Ramos Filho apud Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013, p. 44)

O suposto nos leva a reflexão: mediante uma ação bem-sucedida que poderia ser ampliada ganhando notoriedade e visibilidade, ao invés disso, é engavetada não tendo repercussão alguma, deixando essa parcela da população preparada para o trabalho desprotegida, ao sabor do que poderia ter sido, referente a sua inserção produtiva, precisamos refletir por que não vingou?

Para políticos, industriais e banqueiros que sobrevivem da exploração do trabalho alheio, em conluio com o Estado, se torna impossível garantir a independência da população. Esse, talvez, seja o pior medo que permeiam as elites, o despertar da classe trabalhadora.

Presenciamos esse movimento atualmente através dos duros ataques acometidos aos direitos da classe trabalhadora, desconstroem os direitos trabalhistas relocandoos/as trabalhadores/as para um lugar ainda mais inseguro e incerto.

Brincam com a justiça como crianças mimadas, sem limites e sem consciência. Quando se esbarram na lei a tiram facilmente do caminho. Anulam, refazem ou complementam ao prazer de seus lucros. Vendem o que não tem preço, leiloam as riquezas do país, fazem conchavos contra a população que deveriam defender.

Alguém tem dúvida do conflito de interesse que há entre o discurso das instituições públicas e as necessidades da população? Acreditamos que não, porém, as vezes nos falta conhecimento para entendermos o que de fato acontece.

A exemplo da população que em sua totalidade se diz contra a corrupção e vai para a rua se manifestar. Vemos duas manifestações que se dizem contra a corrupção e que em seu discurso são contrárias, mas ao aprofundarmos, percebemos sua mesma essência.

De um lado, a esquerda influenciada pelo Estado, do outro, a direita influenciada pelo capital estrangeiro. A conjuntura é complicada e no calor da emoção somos idiotizados e manobrados, seguindo um dos lados, nos dividindo e nos atacando violentamente.

Para quem já leu “O Príncipe” de Maquiavel, existe uma versão que ainda tem os comentários de Napoleão Bonaparte. Sabe que trata de estratégias de guerra para a expansão territorial, permanência e aumento de poder. Como dividir para dominar, são estratégias antigas, mas que funcionam até hoje.

Essa confusão mental gerada na população que acredita pertencer a um lado e que esse lado assumido está a seu favor, leva a inércia da reação popular e ao coas

orquestrado, seus dirigentes controlam minunciosamente a intensidade e a direção da “revolução”.

Então, o projeto de uma nova sociedade está nos palanques e nos discursos, mas não no coração de quem os professa. Não há intenção ou interesse, já que a pobreza gera ricos para a manutenção do poder das oligarquias. Mesmo que para garantir sua melhoria, condicione seus iguais a permanente miséria. Porque,

muitas das ações das instituições aparecem apenas para dar conta de um protocolo, de um regimento. Têm de ter uma pasta da juventude, então, vamos fazer pelo menos esse seminário aqui para dar uma resposta, muito maior a estrutura da organização do que de fato uma contribuição significativa para a juventude. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A A – 2017)

É quando se apresenta a problemática dos movimentos sociais e sindicais estarem rebanhando pessoas para plateia, ao invés de participantes dos processos formativos e educativos fortalecendo alguma mudança. Podemos afirmar que o Curso contribuiu como potencializador para um estado de consciência dos/as educandos/as em vários níveis. Em meio as diferenças de idades, vivências e experiências, entendemos cada indivíduo como único.

Não temos como quantificar o desdobramento desse movimento, ao mesmo tempo que aguçam suas angustias por seus desejos serem conflitantes com suas condições. Por outro lado, move também, inconformidade com sua realidade ao ponto de agirem diretamente sobre ela. Pois, “a juventude está aí e ela está cheia de anseios, é preciso que alguma instituição consiga criar uma ação em resposta a isso dialogada com a juventude”. ENTREVISTA/FACILITADOR A - 2017)

É esperançosa a forma que o Curso tocou na vida de seus participantes, daqueles que falaram, que indagaram, que se posicionaram, como também, aqueles mais tímidos, calados e mais distantes, todos/as foram alcançados de alguma forma.

O poder da educação em alcance é revigorante para os/as educadores/as, ainda mais com essa devolutiva através das entrevistas com um retorno concordante no comportamento e na postura dos/as educandos/as e facilitadores/as.

A prática pedagógica numa abordagem metodológica participativa na visão do Curso possibilitou a real função da educação, estimulando sujeitos mais conscientes e críticos buscando superação e não se detendo em suas dificuldades. Inclusive, afastando-os/as de experiências perigosas e danosas, tornando-os/as agentes multiplicadores em suas comunidades e assentamentos com seus pares. E,

não quero dizer aqui que todos os jovens que participaram do Curso da UNILAB não usam nenhum tipo de droga, de forma alguma, estou dizendo é que o Curso trouxe um estado de consciência que dificultou a inserção de uma boa parte dos jovens. [...] A gente ainda tem uma relação forte com eles, sabemos quem são, onde estão e o que andam fazendo. [...] A gente consegue observar que os jovens que participaram do Curso não estão se inserindo nisso, eles estão é dialogando com os outros jovens da comunidade no sentido de não ser bom. Então, a gente conseguiu fazer com que eles tivessem uma nova visão de mundo, um mundo mais real. (ENTREVISTA/FACILITADOR/A B – 2017)

O uso de drogas, lícitas e ilícitas, aparece junto aos fatores de violência e que está no bojo da crescente modernização e urbanização do campo. Quando falamos de estado de consciência falamos também de identidade cultural, ou seja, de autoconhecimento, de se perceber nos processos. É como se limpássemos a lente de um óculo, é enxergar por outra perspectiva, onde, para chegarmos nesse ponto é fundamental ter alguns subsídios.

O Curso teve seu desenvolvimento e alcance além do desejado. Sua alta equivalência por seus participantes quanto as experiências exitosas se comparavam a algumas de grande repercussão, porém, sempre passivo a críticas. Pois,

eu comparava muito a formação, que ela deveria aparecer como aquela experiência do Paulo Freire que conseguiu alfabetizar os trabalhadores em quarenta e poucos dias. O mesmo processo de transformação dessa juventude, de se posicionar, falar em público nessa visão crítica. O método que foi abordado tinha conseguido fazer naquela mesma dimensão do Paulo Freire, foi um negócio realmente extraordinário. (Entrevista/Facilitador/a A – 2017)

O/a facilitador/a A faz uma relação do Curso com o trabalho desenvolvido pelo grande educador Paulo Freire, que nos anos 60 foi convidado e implementou um programa de alfabetização para 380 pessoas em 45 dias, em Angicos/RN. Ficando conhecido como as quarenta horas de Angicos, ganhou notoriedade por compreender que a educação é um importante instrumento no desvelar da ideologia dominante.

O fascínio pela obra de Paulo Freire se dá através da promoção de reflexões e expressões dos próprios oprimidos desencadeando um processo contínuo de identificação e desconstrução de si e de suas realidades. Leonardo Boff faz o prefácio de Pedagogia da Esperança, onde descreve que junto a Pedagogia do Oprimido perfazem um livro só.

De abordagem crítica, sua obra tem sua teoria criada a partir da leitura da expropriação da vida de operários e camponeses de diversas partes do mundo. Sua obra

é inacabada, pois, se refaz enquanto houver injustiça e desigualdade pelo mundo, é quando suas memórias são necessárias contribuindo inicialmente para o diagnóstico das realidades impulsionando sua transformação.

Foi criticado por “politização exagerada” e atualmente o acusam de vitimismo. Quando na verdade seus acusadores que não são politicamente neutros em seus discursos e suas ações tentam denegrir e manchar sua história.

A crítica e a avaliação são procedimentos necessários para manter o foco e a progressão coletiva de qualquer organização, instituição, etc., pois, no caminho do melhoramento e aperfeiçoamento das ações, superando as dificuldades e problemas que apresentam, crescemos e amadurecemos pessoal e profissionalmente. Uma dinâmica que nem sempre é tranquila, porém, sempre produz resultados positivos.

Como aconteceu com Paulo Freire, após a publicação e divulgação de *Pedagogia do Oprimido*, passou a receber cartas de suas leitoras, de várias partes do mundo, onde sua obra conseguiu chegar.

Essas cartas traziam críticas a sua obra, elas diziam: como pode ser uma obra crítica se traz a ideologia autoritária e a opressão feminina na sua linguagem? Diante das acusações, sua reação não foi das melhores, mas refletindo com mais atenção, percebeu sua contradição através de sua linguagem machista.

Igualmente a Paulo Freire, a ideia era que os/as educandos/as percebessem através dos questionamentos a eles/as direcionados/as às mensagens ocultas que há nos discursos que são expostos/as e vissem a ideologia por traz das linguagens.

A única coisa que a classe política teme é a reação popular, povo na rua, lutando contra a democratização da sem-vergonhice que assola o país. A população exige mudança, mas como em toda guerra existem os infiltrados que a um preço, agem contra seus próprios pares, vivenciamos essa guerra suja e não fria na atualidade.

Os poderosos atacam os direitos dos trabalhadores, desenham um cenário de falência econômica do país e estimulam a confusão mental. Constroem seus movimentos em conluio com o capital estrangeiro e investem contra os movimentos de resistência e luta. Dividem para dominar e a população atordoada, cheia de raiva e ira, agem com as próprias mãos, reverberando nos programas como justiça.

Segundo Freire (2011), “enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. [...] Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo”. O povo tangido feito gado é

um diagnóstico do quanto precisamos refletir sobre quem é nosso opressor. Precisamos nos distanciarmos para localizar e expurgar nosso hospedeiro.

Para chegarmos a esse entendimento é preciso entender o mundo se aproximando de pessoas e espaços que agucem os sentidos nessa direção. A abordagem metodológica do Curso contribuiu para esse movimento, teorizando a partir da prática camponesa dos sertões cearense ampliando para questões econômicas internacionais.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade foram fundamentais para a composição das temáticas, auxiliando as correntes ideológicas e filosóficas em suas interpretações, estimulando e identificando elementos a sua volta antes não percebidos, favorecendo a construção de um novo conhecimento sobre o que é viver no campo.

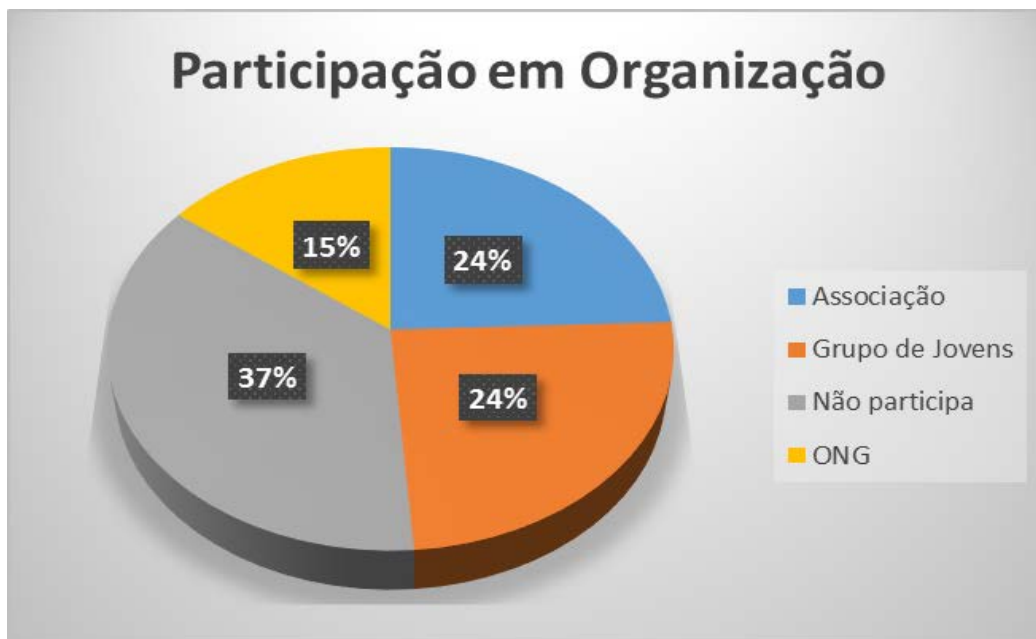
É completamente dispensável para o papel e função do/a educador/a popular ao lidar com responsabilidades junto a seus educandos/as supor a simplicidade de alguns grupos por não manusearem determinados conteúdos não implicando na capacidade de seu aprendizado, esse pensamento é arrogante, altivo e preconceituoso. Quando,

possivelmente foi a convivência sempre respeitosa que tive com o “senso comum”, desde os idos de minha experiência no Nordeste brasileiro, a que se junta a certeza que em mim nunca fraquejou de que sua superação passa por ele, que me fez jamais desdenhá-lo. Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do “senso comum”, também não é possível aceitar a prática educativa que, zerado o “saber de experiência feito” parta do conhecimento sistemático do/a educador/a. (FREIRE, 2011, p. 81)

Toda forma de pensamento por mais elaborada que seja, já passou em algum momento pelo senso comum. É importância para o/a educador/a popular saber partir desse ponto, pois, o centro do processo que está no diálogo, tem como matéria prima o senso comum e nele não pode ser desconsiderado o saber de experiência feito.

A participação em organizações é um importante mecanismo de despertar político e crítico diante de um perfil de educação que queremos propagandar, mesmo em meio as críticas apontadas anteriormente. O Curso teve influências de seus parceiros no processo formativo e educativo para trabalhar organicidade da juventude camponesa, pensando também, no trabalho conjunto que poderiam desenvolver após as conclusões de suas etapas, deixando algo concreto no campo.

GRÁFICO 06 – PARTICIPAÇÃO DOS/AS EDUCANDOS/AS EM ORGANIZAÇÃO



Fonte: Registro do Pesquisador(2017)

Os movimentos têm uma forte articulação em seus territórios, consolidariam o aprendizado do Curso e fortaleceriam a inserção dos/as educandos/as no movimento social e sindical, ampliando as vivências em dinâmicas participativas colaborativas.

Então, toda prática pedagógica desenvolvida pelo Curso era envolvida de conteúdos críticos que iniciavam os/as educandos/as num processo de desconstrução, considerando as sutilezas da vida camponesa e suas influências na intenção da construção de um novo conhecimento.

Baseado em suas próprias experiências e vivências relacionando-as ao seu cotidiano, o Curso buscou despertar os/as educandos/as para a vida, trabalhando conceitos que facilitassem o entendimento das elaborações sociais e a importância do refazer as pautas e lutas do campesinato cearense através de sua nova leitura de mundo.

Finalizamos o tópico que dialogou com as categorias de análises produzindo esse estudo, seus resultados servirão de fundamentação teórica que contribuam para futuras ações, norteadas por projetos que considerem a realidade do semiárido cearense.

8. CONCLUSÃO

Esse processo sequencial de formação continuada e de excelência profissional foi determinante para a segurança e o amadurecimento pessoal adquirido nesse andamento. Estudar as categorias conceituais, construir as categorias de análises e aplicar técnicas de coleta de campo, nos permitiu adentrar com maior intensidade na vida acadêmica, nos fazendo aprofundar um tema ao qual fomos despertados.

Há limites para o aprofundamento e intensidade da pesquisa ao nos esbarrarmos no tempo através das etapas exigidas pelo programa de pós-graduação como: prazos bem definidos, inexperiência do pesquisador por se tratar de um trabalho de mestrado e disciplina necessária em manter o foco do problema proposto conciliado com situações adversas, de várias naturezas, possibilitando implicações na atenção que merecem todas as questões.

Respondendo à pergunta principal: Qual a contribuição do Curso da UNILAB para a inserção produtiva através da promoção da geração de trabalho e renda, na perspectiva do desenvolvimento rural cearense no sentido da melhoria de vida dos/as educandos/as e seus familiares?

Referente à pesquisa realizada no grupo dos/as educandos/as foram entrevistados/as sete (07) no total, sendo seis (06) homens jovens e uma (01) mulher jovem, o gráfico referente ao “trabalho atual” dos/as educandos/as, demonstra a situação dos/as cursistas em suas atividades atuais. A partir dessa leitura gráfica, foi possível sistematizar os grupos elencados com suas referentes subdivisões:

- 57% desenvolvem suas atividades na agricultura;
- 29% do trabalho rural não-agrícola;
- 14% desempregado/a.

A conscientização aparece muito forte como contribuição do Curso em todas as entrevistas executadas nos grupos (educando/as, responsáveis, facilitadores/as e coordenação pedagógica) como ponto propulsor e desencadeador de todo esse resultado por meio da abordagem metodológica aplicada. Então, podemos afirmar que através dos dados apresentados o Curso contribuiu com a inserção produtiva da Juventude Camponesa atendida.

Constatamos que a consciência crítica dos/as jovens assistidos/as foi potencializada em seus vários níveis, gerando maturidade conduzindo a efeitos na

melhoria de vida. Acompanhamos constante mudança comportamental e de postura ao confrontarem suas realidades, encontraram resoluções positivas, como:

- crescente diminuição da agressividade na família e na escola;
- retorno e comprometimento escolar;
- responsabilidade profissional;
- enfraquecimento do êxodo rural;
- rompimento de relações abusivas;
- fortalecimento na identidade sexual;
- independência econômica, psicológica e emocional;
- engajamento em espaços políticos;
- inserção no ensino superior e profissionalizante;
- retomada e conclusão do ensino fundamental e médio.

Através da conscientização nesse movimento que deveria ser orgânico, contínuo e sequencial, quanto mais se aprofunda e intensifica, mais resultados positivos são alcançados. Não estamos falando de uma educação redentora que superará a falta de estruturação para a agricultura familiar, se resolvendo após uma ação pedagógica crítica. O que estamos dizendo é que a conscientização é um importante passo para se alavancar transformações sociais as quais sonhamos.

Indicamos o uso da abordagem pedagógica com métodos participativos e estratégias integrativas executada pelo Curso como ferramenta na organização mental e psicológica produzindo um processo educativo/formativo que amplia a leitura de mundo na interação dos sujeitos, entre si e com o mundo, potencializando a superação de problemas socioculturais e econômicos enfrentado pela juventude do campo.

A divulgação de seus resultados, mostra o crescimento desabrochado pelos/as educandos/as de autogerir-se, criando oportunidades promovidas pela conscientização, evidenciando que não se perderam no rompimento do processo.

Vamos sistematizar o grupo dos/as educandos/as identificados mediante suas atividades e disposições segundo as entrevistas. 1º grupo – que se identificam com o trabalho agrícola, 2º grupo - que se identificam com o trabalho não-agrícola e 3º grupo - desempregados ou sem ocupação.

1º grupo subdividido em A e B: A – através do trabalho de valorização de identidade cultural regressaram para o trabalho familiar, B – que já desenvolviam

atividades agrícolas fortaleceram suas produções por meio da busca de assistência técnica e tecnológica.

2º grupo subdividido em A e B: A - inserção em empregos precarizados no trabalho doméstico ou comércio, B - retornaram ou concluíram sua escolarização nos níveis fundamental, médio, superior e técnico.

3º grupo subdividido em A, B e C: A – se identificam com o trabalho agrícola, mas não possuem terras sendo empurrados/as para as subdivisões seguintes, B – buscam no trabalho formal ou/e não formal possibilidades de superar suas condições socioeconômicas e C - buscam retorno ou contínua escolarização, inviabilizados/as pela situação financeira de suas famílias e isolados do Estado em suas comunidades ou assentamentos.

Esse diagnóstico parte da realidade dos/as educandos/as para saber o que fazem, o que querem e como participam da vida no ambiente de suas famílias e localidades, conforme os casos pesquisados.

Afirmamos que houve inserção produtiva e geração de trabalho e renda dos/as educandos/as, mesmo sem a implementação das unidades produtivas, ou seja, a segunda etapa do Curso.

Localizamos cursistas que através de iniciativas, individuais ou coletivas, superaram suas condições de dificuldades, identificados/as e enquadrados/as no 1º e 2º grupos em suas subdivisões A e B, surgindo como contribuição do Curso:

- aperfeiçoamento pessoal e profissional se inserindo aos movimentos sociais contribuindo com a organização de espaços de formação humana;
- formação técnica se tornando referências em suas famílias e comunidades/assentamentos atuando na assistência técnica pelos sindicatos juntos aos/as agricultores/as;
- melhoramento das roças familiares por meio do despertar agroecológico e crítico;
- articulação de grupos deslocando-se para as sedes de seus municípios investindo no estudo e no trabalho não-agrícola;
- ingresso no nível superior;
- retomando seu processo escolar de nível fundamental e médio;
- inserção no comércio ou no trabalho doméstico conscientes de sua precarização;

- organização coletiva por falta de terras e que solicitaram mediação do sindicato ou das associações locais para viabilizarem um projeto produtivo.

Mesmo se deparando com problemáticas diversas, tiveram ou criaram condições forçando sua inserção produtiva e geração de trabalho e renda, seja em suas propriedades, no mercado de trabalho formal ou informal e retomando ou continuando seus processos de escolarização.

Entretanto, é real o 3º grupo e suas subcategorias A, B e C. Onde, se encaixam os/as educandos/as que estão imobilizados/as diante do total isolamento econômico, sociocultural e político, causados pela:

- falta de terras para desenvolverem suas atividades agrícolas;
- sem acesso ao movimento social e sindical;
- mínima ou nenhuma seguridade social do Estado;
- desarticulação social comunitária;
- sem recurso financeiro para garantir a permanência dos/as filhos/as na Universidade;
- indisponibilidade material para investir na moradia dos/as filhos/as nas sedes dos municípios para trabalharem.

Especificamente esse 3º grupo. Em meio a todo o empenho na abordagem metodológica do Curso, mesmo havendo conscientização dos/as cursistas, evidenciamos que sem investimento no campo (material e concreto) para a reestruturação das famílias camponesas, essas continuarão ocupando esse lugar de angústia e insatisfação que pode ter solução com a ampliação de políticas públicas de democratização das terras, acesso às tecnologias e universalização da educação.

A contribuição do Curso para os/as facilitadores/as se deu antes do atendimento aos/as educandos/as. Se inicia pelos espaços de formação que preparou a atuação conjunta do grupo, gerando introjeções através da socialização e sensibilização dos conteúdos durante os períodos dos encontros.

A contribuição do Curso para a coordenação pedagógica foi a comprovação da aplicabilidade metodológica-pedagógica desencadeado em seus processos educativos e formativos, onde o desafio foi preparar os/as facilitadores/as para assistirem aos/as trezentos/as jovens da forma que idealizaram sua formação.

A contribuição do Curso para os povos tradicionais das águas, das florestas e do campo está no aprofundamento e intensificação do debate sobre responsabilidade

ambiental e políticas públicas que contemplem a diversidade e a pluriatividade concernentes a esses grupos, e ainda, trezentos/as jovens formados/as e preparados/as para o trabalho no semiárido cearense.

A contribuição do Curso para a Universidade foi a construção de novos conhecimentos produzidos através de comprovações científica, concomitantemente, a valorização dos saberes empíricos na crescente superação das desigualdades por meio da divulgação do acúmulo adquirido ao longo da história da humanidade buscando sempre fazer sua função social.

A contribuição do Curso para a sociedade se inicia em sua elaboração teórica, quanto ao testar uma abordagem metodológica com o objetivo de experimento social de organização comunitária. E ainda prático, por meio das vivências e experiências compartilhadas junto as comunidades e assentamentos que inter-relacionaram-se, mostrando viabilidade na criação de um novo “fazer” de base agroecológica possibilitando a melhoria de vida das famílias camponesas dos territórios envolvidos.

A pesquisa manteve seu foco na inserção produtiva da juventude rural perpassando por vários dilemas que envolvem o campo. É quando esperamos que esse trabalho seja acessível aos diversos grupos: comunidades rurais tradicionais, populações ribeirinhas, extrativistas, atingidos/as por barragens, quilombolas, indígenas, mulheres trabalhadoras rurais, assentados/as de Reforma Agrária e aos demais povos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANADÓN, Marta. A pesquisa dita qualitativa: sua cultura e seus questionamentos: comunicação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “FORMAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO”. Jun. 2005. Senhor do Bomfim, BA. **Anais....** Senhor do Bomfim, BA: UNEB/UQAC, 2005.

BELLÉN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria aos métodos**. 3.ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Rio e Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Programa Nacional de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã e Agroecológica**. Brasília, 2012

BRITTO, Sulamita de. **Sociologia da Juventude I: da europa de marx à américa latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968.

CALDART et al, **Dicionário da educação do campo**. 2.ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salette. PALUDO, Conceição. DOLL, Johannes. **Como se formam os sujeitos do campo?: idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. Brasília: 2006.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Entre o sonho e a realidade: educação e perspectivas de trabalho para os jovens**. Fortaleza: Tropical, 2004.

FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque. VERAS, Clédia Inês de Matos. LINS, Lucicléia Teixeira. **Educação popular e movimentos sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Imprece, 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria. Geografia. Revolução verde. In: **Portal de Educação Brasil Escola**. Goiânia. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/revolucao-verde.htm>>. Acesso em 19 de julho de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. 17.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. 3.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.
- FROMM, Erick. **O medo à liberdade**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: 2000.
- LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG – Artmed, 1999.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- LUNAS, Alessandra da Costa. ROCHA, Eliene Novaes. **Práticas pedagógicas e formação de educadores(as) do campo**: caderno pedagógico de educação do campo. 2.ed. Brasília: 2010.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Jovens e crianças**: outras imagens. Fortaleza: Edições UFC, 2006.
- NOSSO Futuro Comum/convenção mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento** (Comissão de Brundtland). 2. ed. Rio de Janeiro. Editora & Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- NUNES, Neuza Maria dos Santos. **Inserção produtiva e assistência social: caminhos para a inclusão**. 2012. 119f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2012.
- PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Naciona; Casa da Moeda, 2003.
- RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.
- ROMANELLI, Geraldo. **Famílias de camadas médias**: a trajetória da modernidade. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1986.
- ROMANELLI, Geraldo. BIASOLI-ALVES, Zélia Maria. **Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summer, 1998.
- SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **Terras, sujeitos e condição agrária**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

SANTOS, Clarice Aparecida. **Educação do campo**: campo - políticas públicas - educação. Brasília, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

SZYMANSKI, Heloisa. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIENTARSKI, Clarice. Pereira, Karla Raphaela Costa. Freire, Perla Almeida Rodrigues. **Escola da Terra Ceará**: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice I – MEMÓRIAS DO CURSO

**FOTO 01 – FORMAÇÃO DOS FACILITADORES/SÍTIO GURGURI - REDENÇÃO/Ce.
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, FORMAÇÃO POR PARES E ESTRATÉGIAS
METODOLÓGICAS FREIREANAS.**



Fonte: Registro do Pesquisador(2014)

**FOTO 02 – AR DOM FRAGOSO – EM EXECUÇÃO O “JOGO DAS AGRICULTURAS”
MATERIAL DESENVOLVIDO DURANTE A FORMAÇÃO NO SANTUÁRIO NOSSA
SENHORA IMACULADA RAINHA DO SERTÃO/QUIXADÁ/Ce.**



Fonte: Registro do Pesquisador(2014)

**FOTO 03 – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
REUNIÃO DE PLANEJAMENTO - FORRTALEZA/Ce.
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E FACILITADORES/AS**



Fonte: Registro do Pesquisador(2014)

**FOTO 04 – FLORESTAN FERNANDES/MST - FORTALEZA/CE
FORMAÇÃO DOS/AS FACILITADORES/AS**



Fonte: Registro do Pesquisador(2014)

Apêndice II – Ficha criada para controle do pesquisador**FICHA DE CADASTRO DE ENTREVISTADO**

Dados do Entrevistado:

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Sujeito na pesquisa: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Estado Civil: _____ Filhos: _____

Telefone/Whatsapp: _____ Idade: _____

Sexo:

 Feminino Masculino

Escolaridade: _____

Mora com quantas pessoas? _____

Renda familiar: _____

Último emprego: _____ Ano: _____

Emprego atual: _____ Ano: _____

Faz parte de alguma organização: _____ Qual? _____

Morou em outro local? ____ Onde? _____

Conhece outro:

 Sim Não – Assentamento Sim Não - Município Sim Não – Cidade Sim Não – Estado Sim Não – PaísFoi: Passeio Trabalho_____
ASSINATURA DO ENTREVISTADO

RG: _____

Apêndice III –Quadro de Entrevistas 1 – Unidade de Registro

Tema: Formação Cidadã e Técnica

Categoria de Análise	Sujeito - Entrevistado(a)	Resposta	Síntese das Respostas
Contribuição do Curso	Quem é? Qual seu envolvimento?	Transcrição	Pontos importantes para a pesquisa

Tema: Geração de Trabalho e Renda dos/as Educandos(as)

Categoria de Análise	Sujeito - Entrevistado(a)	Resposta	Síntese das Respostas
Inserção Produtiva	Quem é? Qual seu envolvimento?	Transcrição	Pontos importantes para a pesquisa

Fonte: Elaboração dos Autores(2018)

Apêndice IV - Quadro de Entrevistas 2 – Unidade de Contexto

Categoria de Análise: Contribuição do Curso

Subcategorias	Apontamentos de construção	Consequências da ação
Pilares da categoria de análise	Emergiram da síntese das respostas do quadro I	Qual o efeito gerado por tal fato?

Categoria de Análise: Inserção Produtiva

Subcategorias	Apontamentos de construção	Consequências da ação
Pilares da categoria de análise	Emergiram da síntese das respostas do quadro I	Qual o efeito gerado por tal fato?

Categoria de Análise: Prática Pedagógica

Subcategorias	Apontamentos de construção	Consequências da ação
Pilares da categoria de análise	Emergiram da síntese das respostas do quadro I	Qual o efeito gerado por tal fato?

Fonte: Elaboração dos Autores(2018)

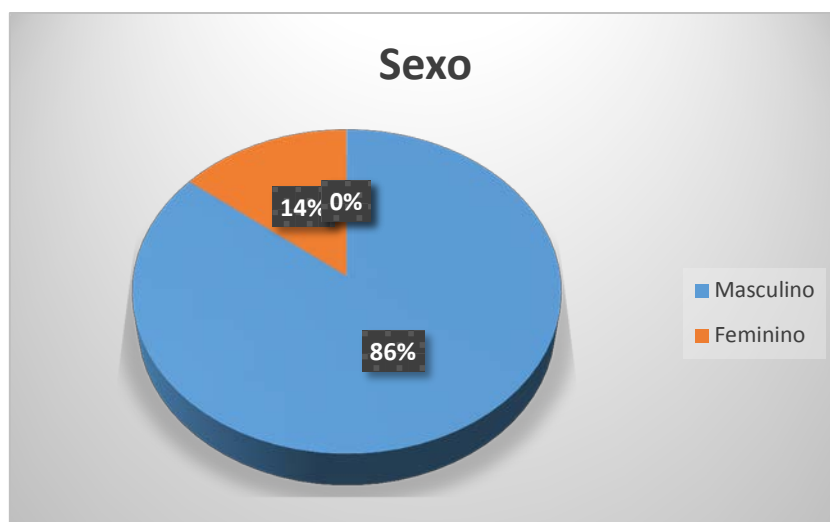
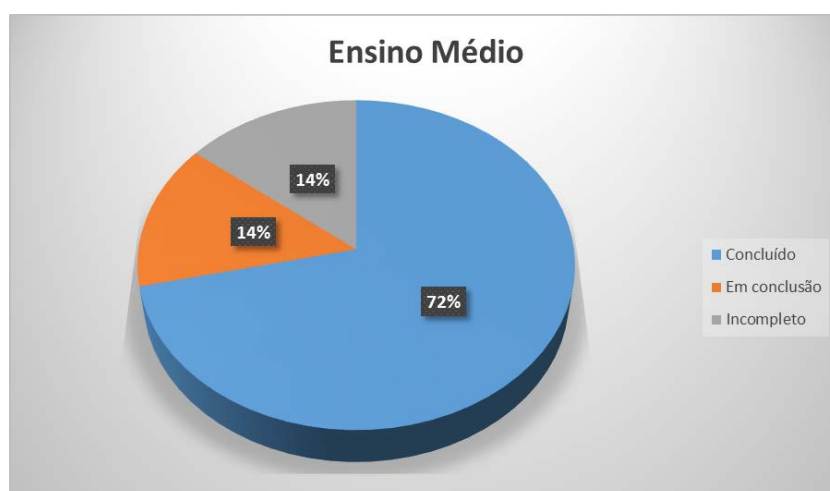
Apêndice V – Gráficos construídos a partir da ficha de cadastro do entrevistado**GRÁFICO 01****GRÁFICO 02****GRÁFICO 03**

GRÁFICO 04

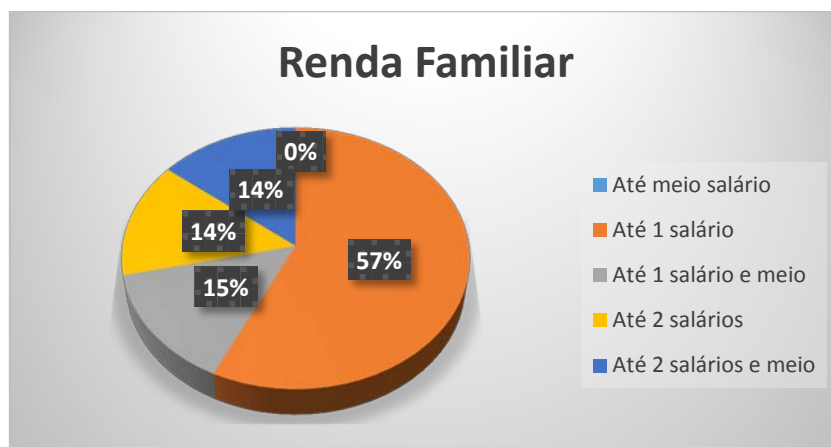


GRÁFICO 5

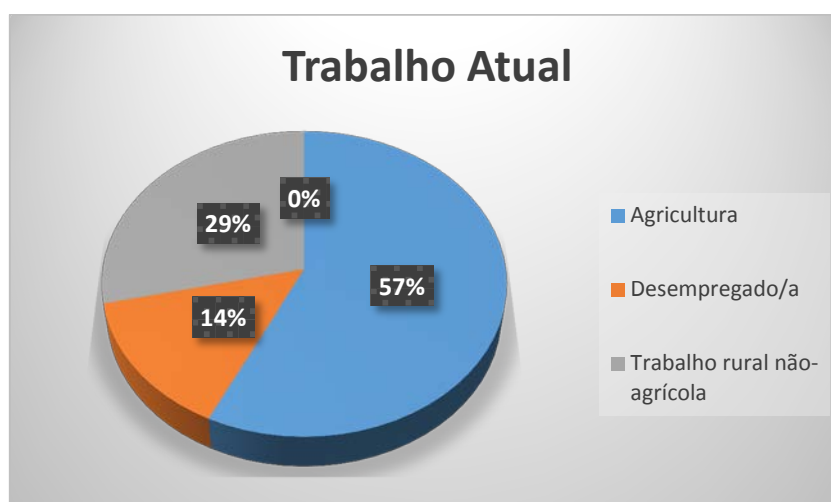


GRÁFICO 06



GRÁFICO 07



GRÁFICO 08

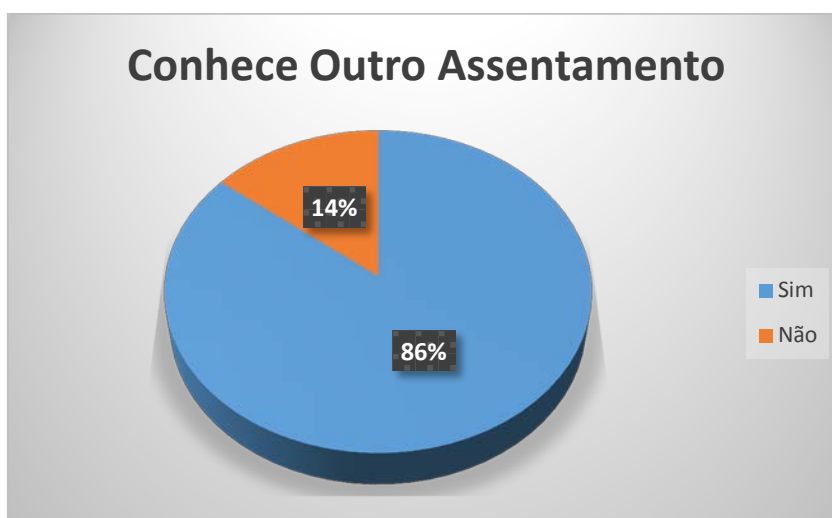


GRÁFICO 09

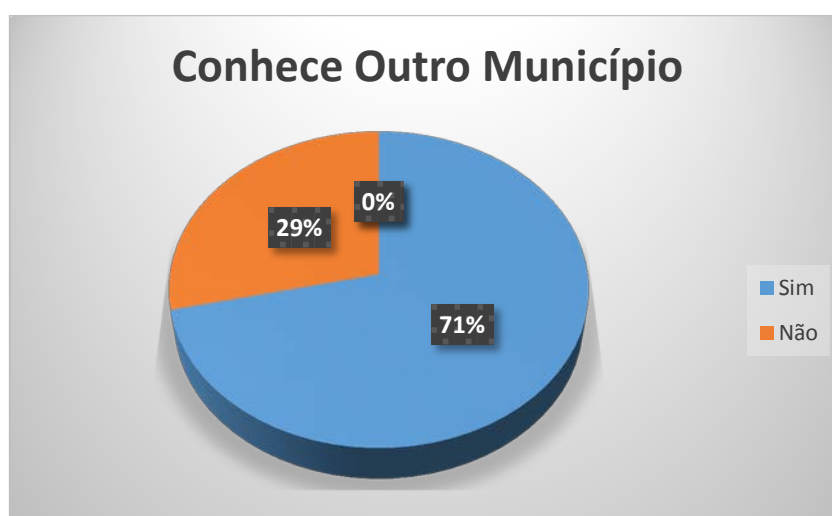


GRÁFICO 10

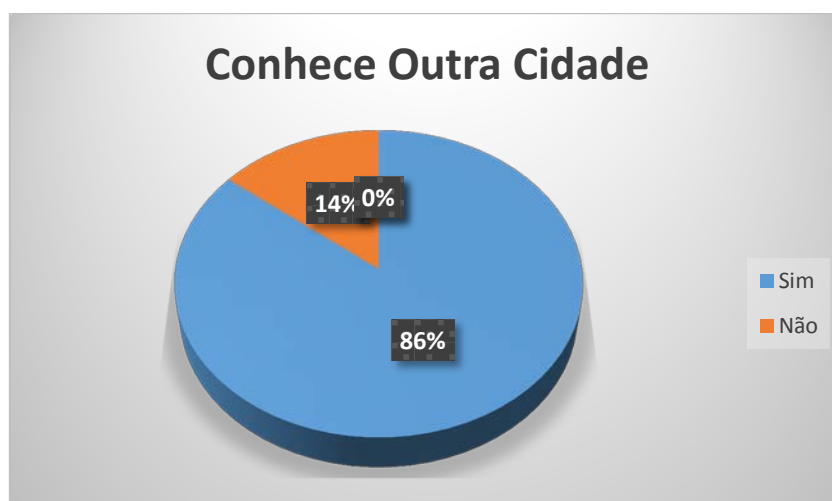


GRÁFICO 11

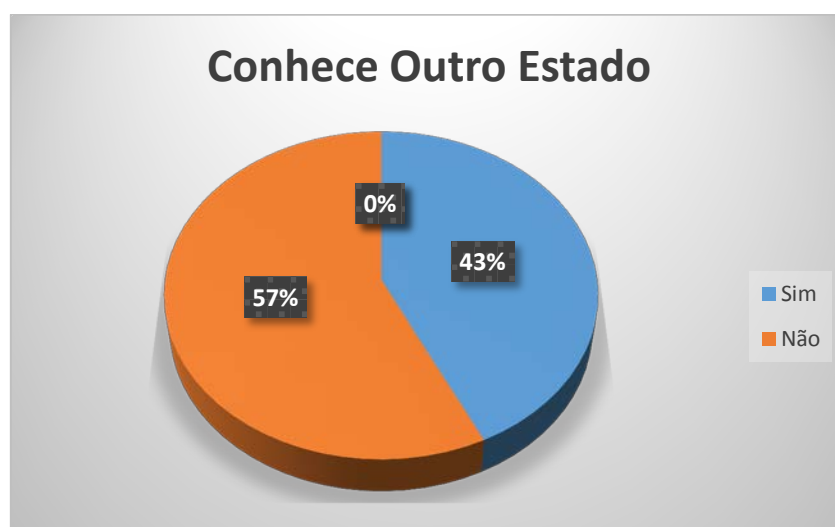


GRÁFICO 12

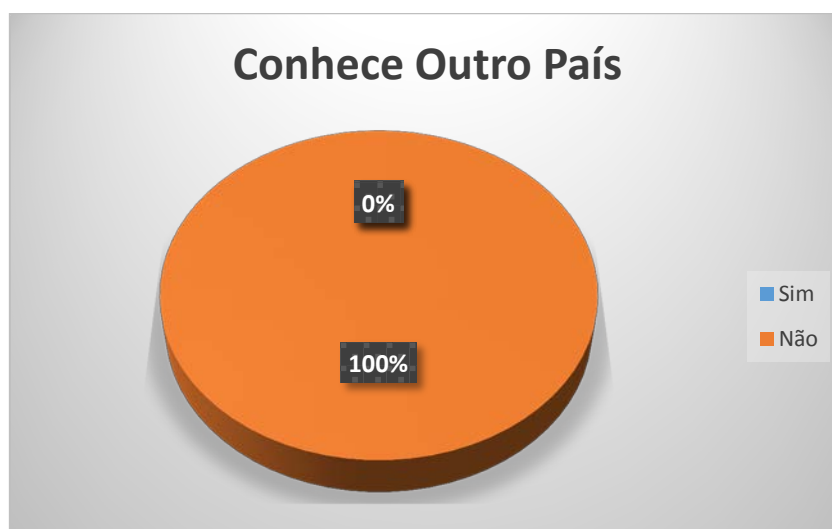


GRÁFICO 13

